



COLEÇÃO CULT

# ENECULT 10 anos

Linda Rubim, Mariella Veira  
& Delmira de Souza (Org.)



ENECULT 10 anos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA Dora Leal Rosa

VICE-REITOR Luiz Rogério Bastos Leal



EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

*Titulares*

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Alberto Brum Novaes

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo



CULT — CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

COORDENAÇÃO Clarissa Braga

VICE-COORDENAÇÃO Leonardo Costa

COLEÇÃO CULT

# ENECULT 10 anos

*Linda Rubim*

*Mariella Pitombo Veira*

*Delmira Nunes de Souza*

*(Organizadoras)*

EDUFBA

SALVADOR, 2014

2014, autores.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o depósito legal.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

REVISÃO Larissa Nakamura

NORMALIZAÇÃO Equipe da Edufba

DIAGRAMAÇÃO Edson Nascimento Sales

ARTE DA CAPA Germana Gonçalves de Araújo

Sistema de Bibliotecas - UFBA

---

ENECULT 10 anos / Linda Rubim, Mariella Pitombo Veira, Delmira Nunes de Souza. (Organizadoras) . - Salvador : EDUFBA, 2014.

213 p. - (Coleção Cult).

ISBN 978-85-232-1251-3

1. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - História. 2. Cultura - Congressos - História. I. Rubim, Lindinalva Silva Oliveira. II. Veira, Mariella Pitombo. III. Souza, Delmira Nunes de. IV. Série.

CDD - 306

---

EDITORA FILIADA À:



EDUFBA Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina,  
Salvador – Bahia CEP 40170-115 tel/fax (71) 3283-6164  
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br) [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

## SUMÁRIO

9

Apresentação

Enecult, dez anos: balanço, trajetórias e resultados

*Delmira Nunes Souza*

*Linda Rubim*

*Mariella Pitombo Vieira*

33

Depoimentos

43

O Enecult e os estudos da cultura no Brasil

*Antonio Albino Canelas Rubim*

67

O Enecult como um lugar de formação

*Laura Bezerra*

*Leonardo Figueiredo Costa*

85

Estudos da Cultura na América Latina e o Enecult

*Renata Rocha*

107

Coleção Cult: cultura, memória, política cultural

*Flávia Rosa*

*Susane Barros*

*Rodrigo Meirelles*

125

Indústrias Criativas x Economias Criativas:  
a disputa entre modelos de desenvolvimento

*Cláudia Sousa Leitão*

147

Algumas contribuições para o Enecult: cidade, corpo e cultura

*Paola Berenstein Jacques*

159

Estudos de política cultural no Brasil: um olhar desde o Enecult

*Alexandre Barbalho*

*Jocasta Holanda*

183

Algumas anotações sobre o percurso do eixo temático

Culturas e Mídia no Enecult

*Rita de Cássia Aragão Matos*

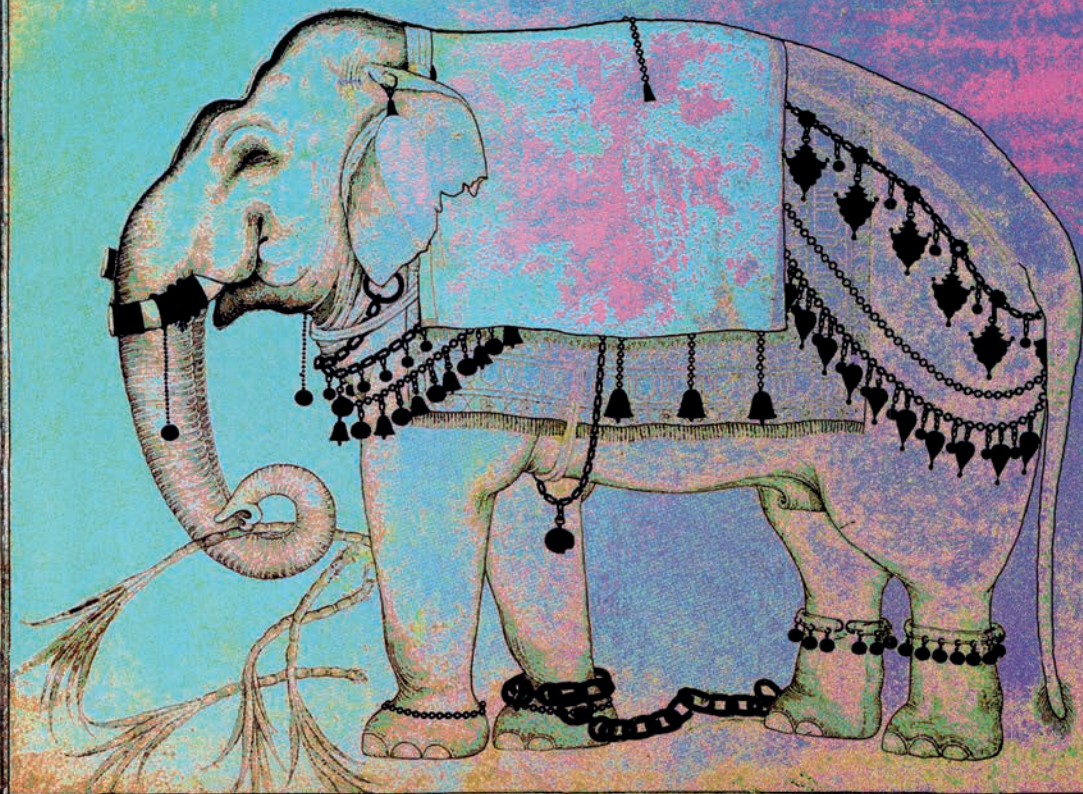
197

Cultura e arte: transversalidade das imagens, gestos,  
sons e vozes na cultura

*Edilene Matos*

211

Outros títulos da Coleção Cult



# I ENECULT

**ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**

**SALVADOR BAHIA 14 A 15 DE ABRIL DE 2005**

Informações: [nicom@ufba.br](mailto:nicom@ufba.br) ou (71) 3263 6182



Apoio



Promoção



Realização







## Apresentação

### Enecult, dez anos: balanço, trajetórias e resultados

*Delmira Nunes Souza*

*Linda Rubim*

*Mariella Pitombo Vieira*

Dez anos de realização do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) têm muito a revelar. Todo momento de balanço e avaliação de trajetórias acaba nos levando a deparar com surpresas que estão por ser desveladas, ainda que algumas delas já sejam vislumbradas. Esses momentos apontam para o que deu certo como também para o que não funcionou, para o esperado, mas também para o imprevisível. E é justamente aí que reside o desafio: juntar os nacos de informação aleatoriamente gerados e desenhar paisagens possíveis pela composição e entrecruzamento de informações disponíveis de forma dispersa.

Lançar mão do exercício de análise da trajetória do Enecult ao longo dos últimos dez anos é preparar-se para confirmar suspeitas, mas também para estar alerta ao inaudito e o inesperado. Em 2004, professores da Faculdade de Comunicação da UFBA, juntamente com outros pesquisadores, quando se reuniram para criar o Enecult, certamente não tinham a dimensão que este evento sopraria para caminhos tão alvissareiros e geraria frutos tão diversos. Naquele momento, o que mobilizava aquelas pessoas era o interesse de responder a uma demanda que, se não explicitada de forma enfática, estava latente para os que investiam nesse campo como objeto de pesquisa. Havia originalmente a necessidade de refletir sobre a cultura, um objeto de interesse que, tradicionalmente, tem a sua existência reconhecida pelo fazer. Se dúvidas quanto a isto possam existir, uma série de acontecimentos colaborou para desvelar esse descompasso. Vale lembrar, por exemplo, o alvoroço que causou na cidade de Salvador a criação do Curso de Produção e Organização da Cultura, pela Faculdade de Comunicação em 1996.<sup>1</sup> O barulho, que na época nos parecia uma simples e imediatista reserva de mercado, com o tempo foi ganhando uma certa complexidade, uma vez que por trás da veemente negação daquele projeto, se afirmava uma noção elitista de cultura. Tal percepção pode ser identificada, porque na medida em que se nega o sentido de formação nesse/desse campo, se restabelece o tradicional estigma de que cultura é um campo para predestinados, para portadores de dons que se movem pela inspiração. De modo que, ao rechaçar os possíveis alcances da cultura, no seu papel instrumental de transformação humana, os adeptos dessa compreensão, renegam a cultura enquanto um campo possível de profissionalização. Não é sem propósito que, grande parte de organismos culturais, em especial aqueles gestados pelos adeptos da visão da cultura como dom, rejeitem expressões como gestão e organização, expressões que contrariam a espontaneidade, traço incontestado, dos modos de fazer cultura que ainda hoje se realizam recorrendo à chamada “broadagem”.<sup>2</sup>

Dessas variadas investidas, permeadas naturalmente pelas tensões do campo cultural, como aponta Pierre Bourdieu, nasce o Enecult, cuja grande pretensão era instituir um lugar onde pesquisadores, dos mais diferentes lugares e formação, pudessem dialogar através dos entremeios dos tecidos culturais. As primeiras ideias para realização do Enecult foram gestadas em 2003, em meio à criação de projetos para o recém-nascido Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Em maio de 2004, foi então realizada a primeira edição do Enecult. Ao longo das suas nove edições, o evento não só inspirou ricos debates acerca de temas ligados ao campo de estudos da cultura – seu propósito inicial – mas foi mais além: semeou cursos de pós-graduação (Pós-Cultura)<sup>3</sup>, articulou rede de pesquisas (Redepcult)<sup>4</sup>, inspirou a criação de tantos outros eventos similares<sup>5</sup> (Ebexcult, os Seminários Internacionais de Políticas Culturais e I Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura), gerou publicações de referência para estudiosos da cultura (Coleção CULT)<sup>6</sup>, extrapolou sua dimensão acadêmica ao imprimir também um caráter político em suas reflexões, pois muitas das ideias ali debatidas tornaram-se fundamento para que estudiosos da cultura que ali transitaram pudessem contribuir para formulação de políticas culturais não só para a Bahia, como também para outros lugares do Brasil. Não por acaso, é desse solo semeado com reflexões sobre o campo da cultura que se pavimenta a legitimidade para que o idealizador do Enecult, Prof. Albino Rubim, viesse a ocupar o cargo de Secretário de Cultura do Estado da Bahia, em 2007. Um exemplo, ao qual se seguem outros, traduzidos pelo número significativo de pessoas, que frequentadoras dos cotidianos do CULT/Enecult, ocuparam ou ainda ocupam lugares estratégicos em organismos que lidam com as políticas públicas de cultura, seja na Bahia ou no Ministério da Cultura, em Brasília. Não se pode também esquecer que boa parte destas pessoas, ex-alunos dos Programas de Pós-Graduação gestados sob a influência do CULT/Enecult, hoje está na docência universitária, reproduzindo essa cadeia

de formação de pensadores da cultura. Como se vê, o insuspeitado parece ter-se tornado mais real do que o imaginado...

Os contornos da paisagem que se quer aqui rabiscar pretendem oferecer uma possível compreensão sobre o perfil e tendências que os estudos sobre cultura vêm ganhando no Brasil nos últimos dez anos, bem como as contribuições que o referido evento vem legando para o campo dos estudos sobre cultura. Retraçar a trajetória do Enecult é também colaborar para sistematizar sua memória, buscando no seu passado recente lembranças de feitos e realizações que iluminam o presente ao tempo que apontam para o futuro no momento em que são reatualizadas.

Evidentemente que o retrato a ser delineado é apenas uma configuração possível, não se esgotando aqui a complexidade que tal empreitada exige. Afinal, não podemos perder de vista que tecer memórias é lidar com o que é lembrado, mas também com o esquecido – assim nos ensina o filósofo Walter Benjamin. Mas se é tarefa árdua apreender a configuração de um campo de estudos, tomar como referência o trânsito de ideias e de estudiosos em um recorte de tempo e espaço específico (no caso, os dez anos de Enecult), pode-nos oferecer interessantes ferramentas de análise que outros mecanismos não ofereceriam. Aqui, os dados empíricos falam mais alto, pois apresentam alguns destinos, eleição de objetos, filiações teórico-metodológicas que os estudiosos brasileiros vêm delineando, em torno do tema da cultura contemporaneamente. Nesse sentido, pretende-se tomar o Enecult como uma síntese de tendências que possivelmente se conformam no campo dos estudos da cultura no Brasil.

Entender esse quadro é também correlacioná-lo com o contexto socio-histórico específico no qual a dimensão da cultura ganha relevo ao tempo em que aponta mudanças sociais, econômicas e políticas. Os mais de dois mil trabalhos apresentados no Enecult não nascem em um vazio socio-histórico. Antes pelo contrário: a eleição de determinadas temáticas de pesquisa comparece como sintoma de fenômenos sociais mais amplos, que estimulam o esforço de investigação de

pesquisadores no encalço de compreender suas específicas configurações sociais. Nesse sentido, os trabalhos apresentados em um evento científico como o Enecult têm muito a dizer sobre os caminhos que os estudos da cultura vêm ganhando no país, como também se constituem em importantes indicadores de mudanças sociais e culturais que se dão em escala ampliada. Os *papers* debatidos são uma rica fonte de dados ainda pouco escrutinados, mas que se bem explorados, podem vir a ser um bom indicador das vocações e possíveis contribuições científicas para os estudos da cultura no Brasil.

A principal fonte de dados que embasam a análise das nove edições do Enecult foi a importante pesquisa realizada pela servidora da UFBA, Delmira Souza (testemunha privilegiada dos bastidores do Enecult), que em um esforço de sistematização, fruto do seu trabalho de conclusão de curso da pós-Graduação em Gestão de Processos Universitários compilou e organizou informações antes dispersas sobre o Enecult, gerando, portanto, importantes indicadores para uma análise mais aprofundada sobre as tendências dos estudos sobre cultura no país. Ademais, tomou-se como base também os *papers* apresentados durante as nove edições do Encontro.

*O mito de origem, a história, terreno favorável:  
o contexto de surgimento do Enecult*

O mito de origem do qual os baianos se apropriam para que ninguém esqueça que “aqui nasceu o Brasil”, também é muito recorrente na história da cultura do estado. É palavra chave na retórica do baiano, que não se inibe em propagar a Bahia como o grande berço da cultura brasileira. Glauber Rocha, por exemplo, espalhava aos quatro cantos do mundo essa supremacia. Em meio aos seus inúmeros devaneios, o cineasta previa um enfrentamento entre a Bahia, considerada por ele como “a capital cultural do terceiro mundo”, e Paris, reconhecida como a “capital do mundo”. Guardadas as devidas proporções e com uma

necessária dose de modéstia, também a UFBA se apropria deste mito de origem, quando recorrentemente alardeia a sua vocação cultural.

Fundada em 1946 por Edgard Santos, um médico da elite modernizante da época e também o seu primeiro reitor, a UFBA conquista importância através de um projeto de universidade como lugar de produção e expansão do conhecimento nos territórios sociais. Depois do primeiro momento do seu mandato, voltado para as unidades universitárias tradicionais, o reitor alonga seu olhar para a cultura, apostando neste campo como um caminho possível para a transformação humana. Foi em relação às manifestações da cultura que a UFBA, gestada por Edgard Santos, despontou como um projeto singular nos cenários do ensino superior. As “pupilas do Senhor Reitor”, como foram ironicamente chamadas as pioneiras escolas de arte de nível superior do Brasil, conquistam para a cultura um lugar destacado junto às escolas tradicionais e com elas participam do clima de modernidade cosmopolita que se instala na velha cidade da Bahia (RISERIO, 1995). Gestadas por especialistas renomados, as novas escolas se configuram como espaços privilegiados de criação artística. Por um lado, estimulam a experimentação na busca de novas linguagens; por outro, procuram evitar o amadorismo, tratando as produções artísticas com rigoroso apuro técnico. Buscam uma relação profissional com a cultura e se estabelecem como polos formadores de diversas gerações, referências do ensino e reflexão acerca de arte e cultura no país. Às trilhas artísticas pode ser adicionado o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), criação essencial, no sentido político, para a oficialização da cultura negra. O Centro de Estudos foi multiplicador das pesquisas sobre africanidades que já se realizavam, efetivando, de fato, os contatos entre o Brasil e África e instituindo um aporte novo para o tratamento da cultura baiana de então.

É inegável o papel da Universidade Federal da Bahia no processo do renascimento baiano. Uma instituição nova que foi se formando a partir de cada gesto, da manifestação de cada ousadia. Essa singularidade, como já visto, decorre da existência de um projeto que redesenhava o

modo de relação da Universidade com a cultura. Sem dúvida, um projeto pioneiro que somado às outras referências faz a trajetória da UFBA, participe incontestemente, do “mito de origem” já enunciado nesse texto. A recorrência da memória mais distante sobre a criação da UFBA e a gestão do seu fundador e primeiro reitor, são raízes, referências importantes para compreender a relação dessa instituição com a cultura. É um olhar para o passado mais distante que nos impulsiona para os tempos seguintes para encontrar também um exemplo dessa relação.

O *élan* que motivou a criação do Enecult nasce da ideia de pesquisadores do CULT, então liderado pelo Prof. Albino Rubim, de criar um fórum de debates no qual o tema da cultura fosse protagonista das discussões. A intenção era criar um espaço em que a questão da cultura não fosse tratada periféricamente, como habitualmente acontece em congressos e encontros de áreas correlatas, tais como nas ciências sociais ou na comunicação, por exemplo. Antes pelo contrário. O propósito era criar um fórum no qual o tema da cultura fosse analisado em uma perspectiva multi-inter-transdisciplinar, evitando-se assim, o encarceramento disciplinar na abordagem de temática tão complexa.

Como lembra Souza (2014), a iniciativa de criação do Enecult vem no rastro da realização bem-sucedida do evento ComBahia – Encontros de Estudos em Cultura e Comunicação – realizados entre 1997 e 2003 na Faculdade de Comunicação da UFBA. Os resultados positivos desses encontros, somados à intenção de consolidar as ações de pesquisa e extensão do então recém-criado CULT (2003), motivaram os pesquisadores do referido Centro a realizar um encontro anual que congregasse, em uma perspectiva multidisciplinar, estudiosos e pensadores dedicados ao tema da cultura. Ambas as iniciativas (criação do CULT e do Enecult) emergem em uma época em que a questão cultural vinha ganhando centralidade tanto econômica, quanto política e ideológica.

Econômica, no sentido de que a geração de riquezas promovida pelas indústrias do simbólico começa a galgar protagonismo na contabilidade da produção econômica mundial (estimativas do Banco



Mundial apontam para o fato de que cerca de 7% PIB mundial advém de atividades culturais) a ponto de ser considerada como uma importante alternativa de desenvolvimento dos países. Tal expressividade econômica da cultura ensejou a formulação (não só por acadêmicos, mas também por agentes outros como governos e organismos internacionais) de novas categorias de entendimento, tais como “economia da cultura”, “economia criativa” ou “economia do conhecimento” como tentativa de compreensão do fenômeno de crescimento impressionante da produção, circulação e consumo de bens simbólicos. Fenômeno esse que tem suas raízes na mutação da lógica do capitalismo tardio, convocando aqui Frederic Jameson (1997)<sup>7</sup>, no qual as bases para sua reprodução passam a ser determinadas também pelos insumos de caráter “imaterial” ou “cultural” (design, publicidade, moda), engendrando uma condição em que a produção estética está intimamente integrada à produção de mercadorias em geral.

Neste volume, o artigo de Cláudia Leitão aborda especificamente o tema da economia criativa e da economia da cultura, uma vez que, se constituem em importantes agendas debatidas no Enecult. Leitão, em uma abordagem crítica, estabelece distinções conceituais entre as categorias de indústrias criativas e economia criativa, tomando-as como distintos modelos de desenvolvimento econômico. Destoando de uma corrente hegemônica que festeja os números expressivos da riqueza gerada pela produção simbólica na atualidade, a autora chama a atenção para o vetor potencialmente gerador de desigualdades que repousa na lógica das indústrias criativas. Nesse sentido, Leitão traz um interessante ponto de vista ao colocar luz sobre um aspecto um tanto quanto relegado pelos arautos dos benefícios gerados pelas indústrias criativas, ao salientar que estas mesmas indústrias, ainda que produzam criatividade, também “reproduzem a lógica industrial da acumulação e da dependência, ao invés de produzirem redistribuição, colaboração ou solidariedade entre povos e nações”.

Uma outra dimensão social que aponta para o protagonismo da cultura na atualidade é a político-ideológica. A questão cultural ganha evidência e se manifesta na ascensão dos debates em torno das questões da

construção das identidades culturais, nos processos de “choques civilizatórios” de base religiosa ou cultural, na importância da valorização das tradições e expressões culturais dos povos, incensada, por sua vez, pela ascensão do discurso da diversidade cultural. No Brasil, mais contemporaneamente, tal disposição vai se expressar mediante o fortalecimento das políticas públicas para a cultura que, por sua vez, evidenciam tanto a tendência da estreita correlação entre cultura e economia como também a filiação à episteme em torno da diversidade cultural.

Desde o início da Era Lula, é inegável reconhecer a reformulação que o país presenciou no que se refere aos modos de o Estado gerir o campo cultural. O que se passa a vivenciar é uma retomada da centralidade do papel do Estado na condução de políticas de fomento à produção cultural no país, buscando assim reatar os laços entre Estado e cultura cortados pela política de matiz liberalizante que predominou no Brasil desde o início da redemocratização na década de 1980 e se estendeu até o fim da Era FHC, em 2002. A administração pública nesse período ficou marcada, sobretudo, pela desregulamentação das funções do Estado em várias searas da vida social, inclusive no campo cultural – disposição que se evidenciou pela ascendência das leis de incentivo à cultura como o principal expediente de fomento à produção cultural do país. Quando se inicia a Era Lula, o Ministério da Cultura, sob a batuta de Gilberto Gil, inaugura um novo momento na forma de gestar e conduzir as políticas para o desenvolvimento da cultura no país. (RUBIM, 2007) Uma opção em que se traduz pela revalorização do Estado como importante ator social para fazer girar a máquina a favor da ebulição da produção criativa no país. Tal opção foi poeticamente traduzida pelo Ministro-artista ao afirmar que “formular políticas culturais é fazer cultura”. (GIL, 2003, p.11) Se para seus detratores tal opção evocou o velho fantasma do dirigismo cultural, vista por outro ângulo, tal opção política representou mudanças significativas que se exprimiram na sua base conceitual (opta-se pelo conceito “antropológico” de cultura em detrimento da ideia de cultura como negócio) e na diversidade de ações e programas implementados. A título de ilustração é nesse momento que: a) se cria a Secretaria da Identidade e da Diversidade Culturais (sintomática da opção do conceito alargado

de cultura); b) se constitui o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura – instrumentos voltados para o fortalecimento da institucionalização das políticas culturais como políticas de Estado de modo a imunizá-las contra os voluntarismos de governos que marcam os processos sucessórios na história da política brasileira; c) se ampliam os mecanismos de financiamento à cultura mediante a regulamentação do Fundo Nacional de Cultura que passa a operar principalmente através de editais públicos. Baseado no princípio da livre concorrência, o expediente dos editais<sup>8</sup>, amplia o acesso dos produtores culturais às fontes de financiamento público à cultura (antes concentradas basicamente nas leis de incentivo à cultura), proporciona a descentralização dos recursos e torna mais transparente o processo de seleção dos projetos. (NUSSBAUMER, 2012)

Diante desse contexto de fortalecimento da institucionalização das políticas públicas para a cultura, não por acaso, como veremos adiante, o Enecult acabou se transformando em um espaço singular que reúne estudiosos, pensadores e profissionais dedicados ao tema das políticas culturais, a ponto de se tornar importante referência nacional sobre o assunto a partir das publicações geradas pelo evento.

O conhecimento gerado pelo Enecult, materializado em suas publicações (anais e a Coleção Cult) tornou-se uma conquista tão significativa do evento, que não se pôde escapar de uma análise desse aspecto na presente coletânea. O artigo “Coleção Cult: cultura, memória, política cultural”, de autoria de Flavia Rosa, Susane Barros e Rodrigo Meirelles, aborda, entre outros aspectos, a parceria estabelecida entre EDUFBA e o CULT para viabilizar a publicação da Coleção Cult. Os autores trazem dados que comprovam o fortalecimento da Coleção como importante fonte para os estudos da cultura. Até o momento foram publicados (sem contar com o presente volume), 16 títulos que versam predominantemente sobre o tema das políticas culturais. Conforme informam os autores, a tiragem média dos títulos é de 500 exemplares, sendo que quatro deles passaram por uma segunda impressão por terem tido suas

edições esgotadas. Sendo assim, pode-se estimar que cerca de nove mil títulos da Coleção Cult estão potencialmente circulando entre estudiosos e pesquisadores. Mas se já é alentadora a expressividade dos números das publicações impressas, revelador é o número de acessos aos títulos da Coleção mediante o Repositório Institucional da UFBA – plataforma digital de gerenciamento e disseminação da produção acadêmica gerada pela universidade. Entre março e abril de 2014 registraram-se mais de 25 mil acessos aos títulos da Coleção Cult, um indicador expressivo do interesse e abrangência que a coleção vem alcançando. Delmira Souza (2014), em sua pesquisa, reforça o argumento da crescente utilização da Coleção Cult como referência bibliográfica ao afirmar que:

tanto as publicações dos trabalhos apresentados durante os eventos do Enecult quanto os livros da Coleção Cult, que também derivam de debates, trabalhos, palestras e mesas-redondas, são fontes de pesquisas para estudantes, professores e demais pesquisadores da área de Cultura, e são bibliografias indicadas nos cursos de BI – Bacharelados Interdisciplinares do IHAC e de Produção Cultural na Faculdade de Comunicação conforme pode ser observado nas ementas das disciplinas dos respectivos cursos.<sup>9</sup> (SOUZA, 2014, p. 24)

Além da sintonia com o contexto social, político e cultural contemporâneo, o Enecult nasce também inspirado na vocação da Bahia e da própria Universidade Federal da Bahia para o campo cultural. Este aspecto é abordado no artigo “O Enecult e os estudos da cultura no Brasil”, que abre esta coletânea. De autoria de Albino Rubim, o artigo explora o contexto institucional da UFBA que favoreceu o florescimento de um espaço multi-inter-transdisciplinar para os estudos da cultura como o Enecult, correlacionando-o com o percurso histórico da universidade, especialmente vocacionado para as artes e para a cultura. Em seu artigo, Rubim ainda apresenta um panorama do conjunto de iniciativas que vem sendo tomadas por diferentes instituições no estado (universidades, ONGs e outras entidades) a favor da formação

e qualificação em cultura na Bahia, evidenciando, assim, as condições favoráveis para que o estado se transforme em polo de referência nacional para profissionalização no âmbito da cultura.

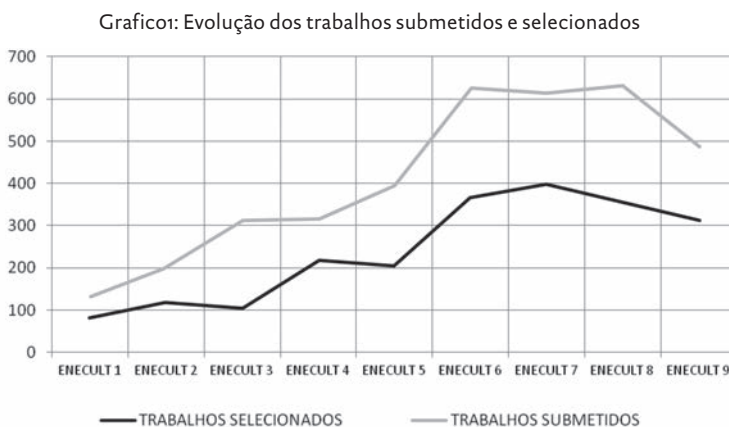
No que se refere ao aspecto da formação em cultura, uma contribuição inegável legada pelo Enecult, o artigo “O Enecult como lugar de formação”, de autoria de Laura Bezerra e Leonardo Costa, explora o modo pelo qual o tema da formação foi paulatinamente conformando uma agenda nas edições do evento. Para os autores, a constituição de eixo temático sobre formação reflete “a crescente percepção de artistas, gestores, estudantes e pesquisadores sobre a necessidade de maiores debates neste setor, bem como pelas modificações na agenda político-cultural brasileira a partir de 2003, que ampliaram a demanda por pessoal qualificado no campo da cultura”. Segundo os autores, a demanda por formação e qualificação passou a figurar em políticas estruturantes tais como o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, sinalizando assim para a condição estratégica da formação para o desenvolvimento da produção cultural no país. Desse modo, o Enecult desempenha um importante papel não somente para a reflexão acadêmica sobre o tema como também se constitui em espaço privilegiado que colabora para a formação e qualificação em cultura.

É nesse caudal de transformações culturais, que tem como pano de fundo o crescente protagonismo da cultura como instância de legitimação das práticas sociais, que o Enecult se apresenta então como um fórum de reflexão e debate sobre essas mesmas mutações, oferecendo um amplo panorama analítico sobre temas, objetos de estudo e abordagens teórico-metodológicas acerca dos fenômenos culturais contemporâneos. Desde sua primeira edição, o evento tem tido o privilégio de contar com a participação de especialistas de renome do campo da cultura e seu formato é composto de palestras, mesas-redondas e apresentação de trabalhos. Em todas estas modalidades são apresentadas pesquisas e estudos científicos em cultura nos mais variados campos dos saberes em uma perspectiva transversal e multidisciplinar.

Para ilustrar a participação do variado leque de especialistas e estudiosos que participaram do Enecult nos últimos nove anos, o leitor encontrará neste volume, entremendo seus capítulos, depoimentos de alguns desses pesquisadores convidados relatando suas impressões sobre o evento. Como se trata de uma edição comemorativa, brindamos também o leitor com uma retrospectiva visual do evento, ilustrada através da publicação dos seus cartazes de divulgação – peças gráficas que se tornaram espécie de marcas visuais do Encontro e que desde sua primeira edição foram reconhecidas pela ousadia e criatividade.

### *Revelando tendências: alguns indicadores do Enecult*

No conjunto das suas nove edições, o Enecult reúne indicadores que comprovam a sua crescente consolidação, a ponto de torná-lo um dos mais importantes eventos científicos do país dedicado ao tema da cultura. Entre 2005 e 2013, foram submetidos 3.719 trabalhos, dos quais 2.170 foram selecionados para serem apresentados no evento (ver gráfico 1).



Fonte: SOUZA (2014)

Nesse mesmo período, mais de quatro mil pessoas participaram oficialmente do evento (número medido pelas inscrições) denotando assim um significativo trânsito de pesquisadores e estudantes que se dedicam à questão cultural como objeto de investigação. Há de se registrar também a abrangência geográfica que o Enecult atingiu em termos de origem dos seus participantes. A quase totalidade dos estados brasileiros (apenas o Amapá e o Acre não tiveram participantes) teve representação no evento. Como não poderia deixar de ser, a Bahia, por ser a sede do evento, contribuiu com mais da metade dos participantes, registrando um número de 2.479 pesquisadores e estudiosos que transitaram pelo evento no período. Mas há de se destacar também a participação de outros estados tais como: Rio de Janeiro com 514 participantes, São Paulo com 212, Pernambuco com 154, Minas Gerais com 123, seguido pelo Ceará com 113 participantes. (SOUZA, 2014)

O Enecult extrapola as fronteiras nacionais e reúne também pesquisadores de países estrangeiros. Durante as nove edições, 44 estudiosos da cultura de origens diversas marcaram presença no evento na condição de convidados para proferir palestras e compor mesas-redondas. Chama a atenção o estreitamento do intercâmbio com pesquisadores oriundos da América Latina – uma aproximação científica e cultural que se desejou estabelecer desde a sua implantação. Já a partir da sua primeira edição, o Enecult contou com a participação de 26 pesquisadores convidados daquele continente. Ao longo dos nove anos, passaram pelo Encontro investigadores do Chile, da Argentina, Colômbia, Bolívia, Peru, Uruguai, Paraguai, Venezuela e México. Nessa relação entre territórios, cabe observar também, a presença de uma parcela pequena, mas não menos significativa, de outros pesquisadores da cultura oriundos de outros continentes e que, de alguma maneira, também se identificam com as postulações do Enecult. Entre estes, podemos destacar as presenças do escritor Mia Couto (Moçambique) e da professora Maria de Lurdes Lima dos Santos, à época diretora do Observatório de Cultura de Lisboa.

Renata Rocha, em seu artigo “Estudos da Cultura na América Latina e o Enecult”, que compõe esse volume, traça um interessante panorama

sobre a participação de pesquisadores provenientes da América Latina, apontando para o modo como o Enecult se transformou também em um espaço de frutífera cooperação acadêmica e de estabelecimento de redes entre pesquisadores brasileiros (especialmente vinculados ao CULT) e de países outros países latino-americanos. A autora ainda chama a atenção para o fato de que a partir da sua quarta edição, no ano de 2008, o evento passou a receber inscrições de estudantes e pesquisadores estrangeiros para apresentação de artigos, indicando assim a internacionalização do evento. Pelos dados apresentados no artigo de Rocha, é possível verificar um contínuo fortalecimento do Encontro como espaço de aproximação e intercâmbio de pesquisadores latino-americanos dedicados aos estudos da cultura – indicador promissor se considerarmos a posição um tanto quanto insular que o Brasil ocupa na conformação da região.

De 2005 a 2013, como não poderia ser diferente, o evento passou por muitas transformações, mas também estabeleceu regularidades. Em relação às evoluções experimentadas no decorrer das suas edições, uma das mais notórias é aquela relativa ao aspecto organizacional do Encontro. Como toda atividade que dá seus primeiros passos, o Enecult se efetivou de forma experimental, um tanto quanto amadora e com recursos (humanos e materiais) modestos. O Encontro foi realizado baseado em grande medida no forte desejo de seus realizadores e na adesão voluntária de professores, colaboradores, funcionários e estudantes vinculados ao CULT. A cada ano, o evento foi ganhando dimensões mais ousadas e amplas, reveladas pelo crescente número de participantes, de trabalhos submetidos, da abrangência geográfica dos convidados e participantes e também pela diversidade de fontes de financiamento e apoiadores. À medida que foi se consolidando como evento científico singular na área de estudos da cultura, o Enecult ganhou credibilidade tanto dentro do universo acadêmico-científico, quanto cultural. Ao logo desse tempo, ganhou a adesão financeira de importantes agências nacionais e internacionais tais como: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq),



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), Instituto Itaú Cultural, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae),

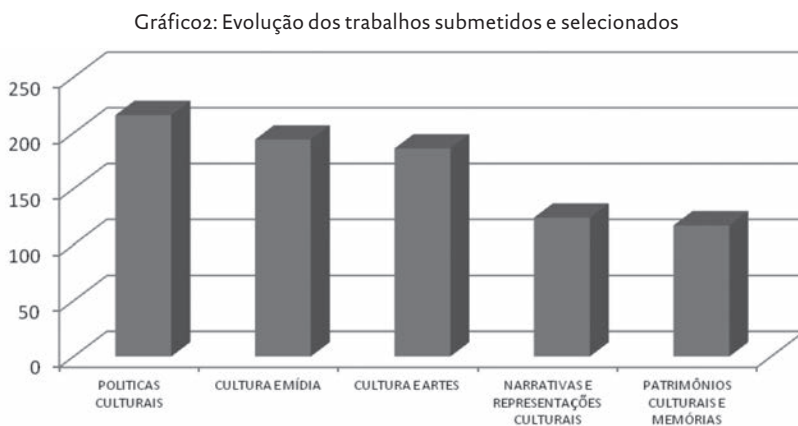
O Encontro é ainda hoje organizado pelo CULT, totalmente produzido no âmbito da UFBA, envolvendo a comunidade universitária, incluindo os professores na coordenação acadêmica e científica, técnico-administrativos e alunos da graduação e da pós-graduação em todas as etapas de produção, contando com serviços de empresas terceirizadas apenas para a logística do evento. Como relata Souza (2014), em termos operacionais, até o III Encontro, toda a gestão era feita manualmente. Somente a partir da IV edição, passou-se a utilizar o sistema de Gerência de Eventos – Gere, desenvolvido pela Universidade Federal da Bahia, para o gerenciamento da parte acadêmica: inscrição, submissão, distribuição, avaliação, certificação e demais tarefas de apoio administrativo. Esse indicador revela a maturidade organizacional que o evento foi incorporando ao longo das suas edições.

#### *Temas, objetos e filiações teóricas: as vocações do Enecult*

No que se refere às inclinações científicas do Encontro, destaca-se a consolidação de determinados eixos temáticos, delineando assim as vocações do evento. A política de definição de grupos de trabalho (GT) só foi adotada a partir da quarta edição do evento, em 2008. Antes, os trabalhos eram submetidos sem especificação temática e cabia à comissão científica organizar as sessões de apresentação de trabalhos por similaridade de temas. Somente a partir do IV Enecult, a comissão científica instituiu previamente os eixos temáticos, cabendo ao proponente a inscrição do seu trabalho no GT correspondente ao assunto abordado no seu artigo.

Como esclarece Souza (2014), a definição e a continuidade dos GTs estão diretamente correlacionadas às linhas de pesquisa do CULT<sup>o</sup> e do Pós-cultura, mas também estão condicionados à avaliação de

desempenho do GT no que concerne ao número de submissões de trabalhos e pertinência temática. Ao longo de suas nove edições, os eixos que se estabilizaram e angariaram um maior número de trabalhos foram os seguintes: “Políticas Culturais”, “Cultura e Mídia”, “Cultura e Artes”, “Narrativas e Representações Culturais”; “Patrimônios Culturais e Memórias”.



Fonte: SOUZA (2014)

Sem embargo, a consolidação desses eixos exprime tendências de investigação que vem se conformando sobre o campo da cultura na última década.

Como já mencionado anteriormente, o tema das políticas culturais acabou ganhando relevância nos debates promovidos pelo encontro, a ponto de transformar o Enecult e a produção daí resultante (os artigos publicados em seus anais e a Coleção Cult que daí se originou) em uma das principais fontes bibliográficas sobre estudos que doravante passaram a tomar as políticas para cultura como objeto de investigação. Não é por acaso que o eixo temático que congrega artigos sobre Políticas Culturais é aquele que apresenta o maior número de trabalhos submetidos e aprovados. Interessante notar que tal tendência se afirma

justamente numa área que até então padecia de reflexões acadêmicas e de um substrato de referências bibliográficas dedicadas às múltiplas questões que atravessam o tema das políticas culturais.

Um quadro revelador da consolidação do Enecult como espaço dedicado ao debate em torno das políticas culturais pode ser obtido através do artigo “Estudos de Política Cultural no Brasil: um olhar desde o Enecult”, de autoria de Alexandre Barbalho e Jocastra Holanda. Em criteriosa análise, os autores escrutinam os dados gerados pelos textos publicados nos anais do evento e traçam um detalhado panorama sobre a configuração dos estudos sobre políticas culturais no país, tomando como eixos norteadores para sua análise os seguintes parâmetros: a procedência dos autores dos textos; o nível federativo das políticas culturais (federal, estadual e/ou municipal); os agentes das políticas culturais (governo, movimentos sociais, ONG, empresas etc.); perspectivas sob as quais a política cultural é discutida (patrimônio, diversidade cultural, desenvolvimento); a natureza da abordagem (pesquisa conceitual ou pesquisas empíricas); identificação das disciplinas, autores e livros predominantes nos trabalhos apresentados. Sem sombra de dúvidas, o quadro apresentado pelos autores fornece um interessante diagnóstico sobre as direções que os estudos em políticas culturais vêm tomando no Brasil, tornando-se referência importante para aqueles que pretendem se aventurar neste campo de estudo.

“Cultura e Mídia” é o segundo eixo temático que mais aglutinou submissão e aprovação de trabalhos no Enecult. Neste volume, o perfil deste GT é traçado por Rita Aragão em seu artigo “Algumas anotações sobre o Percurso do Eixo Temático Culturas e Mídia no Enecult”. Em uma análise perspicaz, a autora sintetiza com precisão os principais objetos debatidos no referido eixo, quais sejam: “a concepção de experiência problematizada a partir do mundo vivido por sujeitos que se movem sob os auspícios das mídias e a relação destas mídias com as diversas dimensões do mundo social – a política, a religião, as artes – bem como a análise das complexas operações de produção de sentidos”. Aragão aponta ainda as

principais filiações teóricas apresentadas pelos artigos, boa parte delas abrigadas no guarda-chuva conceitual dos Estudos Culturais. Mas se há uma característica marcante deste eixo temático é que ele reitera o crescente interesse, das mais diversas disciplinas, pelos fenômenos midiáticos como objeto de estudo para se compreender o contemporâneo.

O terceiro eixo temático que apresenta maior número de trabalhos no Enecult é o de “Cultura e Artes”. Parte desse êxito pode ser interpretado pela abrangência de abordagens possíveis para esse GT tendo em vista sua ementa. Senão vejamos: “Aceita trabalhos que discutam arte e representação social. Arte e diversidade cultural. Arte e cultura estética. Arte como espaço de construção e desorganização de fronteiras entre o erudito e o popular. Tradição e contemporaneidade nas manifestações artísticas: literatura, dramaturgia, dança, encenação, artes visuais, performance, moda e intervenção urbana”. Como se vê, o GT potencialmente abriga um leque diversificado de objetos de estudo e, conseqüentemente, de abordagens teórico-metodológicas. Neste eixo, as expressões e linguagens artísticas (teatro, dança, artes visuais, literatura, música) foram alvo de análises do ponto de estético, histórico e político, reiterando assim o olhar caleidoscópico que esses objetos reivindicam. Uma reflexão mais conceitual sobre a correlação entre “arte e cultura” é contemplada no artigo “Cultura e arte: transversalidade das imagens, gestos, sons e vozes na cultura”, de Edilene Matos. Lançando mão de uma abordagem filosófica e do seu recurso estilístico de ensaísta, Matos nos oferece uma análise do papel da arte – e por extensão do artista, seu inventor e intérprete por excelência – como caminho de busca pelo sentido da vida. O faz recorrendo a uma plêiade de pensadores – dos gregos, como Aristóteles e Platão, passando por Roland Barthes, Jakobson e Paul Zumthor – que se ocuparam em tecer reflexões sobre a importância e o papel que os objetos artísticos desempenham nas sociedades. Um outro eixo temático que acabou se consolidando no evento foi o que se denominou de “Narrativas e representações culturais”. É um GT que passou por variadas mudanças de

denominações ao longo das edições do Enecult, mas manteve sua característica principal de aglutinar trabalhos que abordassem a representação e as narrativas acerca da identidade cultural a partir da análise de produtos culturais. Nesse sentido, o fenômeno da construção das identidades culturais foi escrutinado a partir de interpretações das representações identitárias em produtos culturais como programas de TV, músicas, obras literárias, filmes. O leque de objetos é amplo, mas boa parte das análises está amparada teoricamente nos Estudos Culturais. Assim, autores que se tornaram clássicos representantes desta corrente teórica como Stuart Hall, Homi Bhabha, Benedict Anderson, Judith Butler, Néstor Canclini, Jesús Martín-Barbero são reiteradamente acionados pelos autores para iluminar suas interpretações. Sob esta lente de análise, fenômenos culturais contemporâneos tais como a construção e representação de identidades regionais, de gênero (mulheres e homossexuais), de etnias (negros, indígenas) foram fartamente debatidos nas edições do Enecult. Há de se destacar o crescimento do número de artigos apresentados acerca da questão entre corpo, gênero e sexualidade nas últimas edições do Enecult (especialmente a 11<sup>a</sup>. 12<sup>a</sup>. 13<sup>a</sup>. edições). É notório o volume de trabalhos que versam sobre a construção da identidade, sobretudo de gênero (LGBT; Mulher), e que tomam como problemática de investigação a hegemonia da heteronormatividade como construção e representação da sexualidade, análises essas embasadas em grande medida nos aportes conceituais da teoria queer. A hipótese que aqui se suscita para o crescimento da submissão de artigos com esse enfoque, talvez seja a consolidação dos grupos de pesquisas Cultura e Sexualidades (CuS) e do Miradas, sediados no CULT, sob a liderança dos Professores Leandro Colling e Linda Rubim, respectivamente.

O tema do patrimônio cultural revelou-se como uma questão importante debatida ao longo das edições do Enecult, a ponto de figurar entre os principais eixos temáticos do evento. Tal relevância aponta para a importância que a questão da valorização e preservação do patrimônio cultural acabou ganhando na agenda política tanto em âmbito nacional como internacional. Os trabalhos apresentados no Enecult expressam

um vasto leque de abordagens com ênfase no tema do patrimônio imaterial. Nessa direção, são discutidas políticas e práticas de patrimonialização que se realizam em diversas localidades do Brasil, seus usos políticos e ideológicos, as representações identitárias daí derivadas, a relação entre patrimônio e memória social, entre outros.

Vale salientar que as fronteiras teórico-conceituais dos distintos GTs funcionam em maior medida como um artifício classificatório para facilitar a operacionalização do encontro e propiciar debates convergentes, do que propriamente um expediente que delimite grades disciplinares. Boa parte dos trabalhos apresentados dialoga entre si e sinaliza para a tendência das abordagens multidisciplinares como ferramenta para a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais contemporâneos.

O sentido que orientou a organização do livro teve como direção reunir reflexões de pesquisadores que foram testemunhas do desenvolvimento do evento ao longo das suas nove edições de modo a propiciar um panorama sobre distintos aspectos que marcaram a evolução do Enecult e que conformaram sua especificidade enquanto fórum especializado em estudos da cultura. Nos próximos capítulos, o leitor encontrará reflexões que apontam para o êxito do encontro no que ele se propôs a realizar desde seu início, lá no ano de 2005, a saber: difundir e debater estudos desenvolvidos no campo da cultura; constituir redes de cooperação e de intercâmbio de estudos, bibliografias, pesquisas e pesquisadores; contribuir para a ampliação de recursos humanos em cultura; e consolidar um fórum permanente de debates políticos e acadêmicos em cultura.

Boa Leitura!

*Salvador, junho de 2014*

## Notas

- 1 O Curso de Produção e Organização da Cultura, criado em 1996, o primeiro do gênero no Brasil, ainda que depois, no mesmo ano, tenha nascido o da UFF, foi criado através da mobilização de alguns professores que depois também fundaram o CULT/Enecult.
- 2 Contrariando essa percepção, o curso de Produção e organização da Cultura, criado em 1995 na UFBA, desde os primeiros vestibulares para admissão de alunos, frequentou os ranques dos mais procurados. Por outro lado os egressos desse curso têm encontrado um mercado de trabalho razoável, seja em órgãos governamentais, em empresas privadas ou como empreendedores culturais.
- 3 O programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade foi criado em 2005 e hoje está abrigado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Professor Milton Santos (IHAC), na Universidade Federal da Bahia.
- 4 A Rede de Estudos em Políticas Culturais (Redepcult) nasce do encontro de pesquisadores da área, presentes na terceira edição do Enecult, realizada em 2007. A rede reúne pesquisadores de vários estados brasileiros e é responsável, entre outras ações, pela edição do periódico científico Políticas Culturais em Revista.
- 5 O Encontro baiano de Estudos em Cultura (Ebecult) contou com a realização de três edições, nas seguintes universidades: Universidade Federal da Bahia (2008), Universidade Estadual de Feira de Santana (2009) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2012). Os Seminários Internacionais de Políticas Culturais vêm sendo promovidos pela Fundação Casa de Rui Barbosa (Ministério da Cultura) desde 2010. Já I Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura foi realizado pela USP, em 2013 e foi precedido de dois encontros regionais – o I Encontro Paulista dos Pesquisadores da Cultura e o I Encontro Fluminense e Capixaba dos Pesquisadores da Cultura.
- 6 A Coleção CULT foi lançada em 2007, é editada pela EDUFBA e já conta com a publicação de 16 títulos.
- 7 JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- 8 Não se pode negar a importância da política de editais como instrumento de democratização de acesso aos recursos públicos para a cultura. O referido mecanismo de financiamento tem se configurado como o principal instrumento para o fomento a produção cultura no país desde 2003 e vem se multiplicando como prática não apenas no âmbito do Ministério da Cultura, como também entre os estados e municípios. Contudo, a prevalência dos editais como fonte de financiamento tem gerado algumas distorções (pulverização de recursos, excesso de burocracia), manifestada pela crescente insatisfação de parte da classe artística.
- 9 A título de ilustração, as ementas podem ser encontradas nos seguintes endereços: <<http://www.facom.ufba.br/portal/academico/ensino/programas-de-disciplinas/>> e <[http://is-suu.com/ihac/docs/projeto\\_pedag\\_\\_gico\\_bih\\_final](http://is-suu.com/ihac/docs/projeto_pedag__gico_bih_final)>
- 10 Atualmente, o CULT organiza suas pesquisas nas seguintes linhas: Cultura e Subalternidades; Culturas e Artes; Culturas e Gênero; Culturas e Identidade; Culturas e Sexualidades; Economia da Cultura e Políticas Culturais. Já o Pós-Cultura, trabalha com as seguintes linhas de pesquisa: Cultura e Desenvolvimento; Cultura e Identidade e Cultura e Arte.

## *Referências*

GIL, Gilberto; FERREIRA Juca. *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

NUSSBAUMER, Gisele. *Políticas para as artes e a cultura*. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 8. Salvador. [Trabalho apresentado] Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT; Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA, Salvador: Universidade Federal da Bahia.

RUBIM, Albino. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*. In: RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUZA, Delmira Nunes. *O ENECULT: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e suas contribuições para os estudos no campo da cultura na Universidade Federal da Bahia*. 49f. Monografia (Especialização em Gestão de Processos Universitários) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.





## Depoimentos

Por su modalidad Enecult se constituye en un importante espacio de diálogo regional, donde se abordan temas acerca de los acontecimientos de las teorías culturales; a la vez éstas reflexiones se proyectan a la escena mundial mediante las participaciones de destacados teóricos.

Estos espacios de intercambio generan la dinámica que moviliza y actualiza las reflexiones en la sociedad, que luego se transforman en demandas a los ámbitos estatales para que éstos proyecten mecanismos -leyes e instituciones-, necesarios para el establecimiento de políticas culturales tendientes a la construcción de sociedades más tolerantes e incluyentes.

*Rocio Ortega – Conselheira da  
Comissão de Cultura da Honorable  
Câmara de Senadores*

É muito interessante, dez anos depois, olhar a dimensão que tomou o Encontro de Pesquisadores em Cultura. No campo das políticas culturais, tudo era pioneirismo, tanto no que diz respeito aos estudos quanto às práticas, com a gestão do Ministro Gilberto Gil ainda em seus primeiros anos construindo novos projetos e políticas. Nessa década que se passou diversas teses e dissertações trataram dos mais diversos ângulos das políticas culturais e a grande maioria delas teve no Enecult um espaço privilegiado de discussão. Eu saúdo essa primeira década de existência do Encontro desejando que tenha uma vida próspera e longa.

*Lia Calabre – Fundação Casa de Rui Barbosa*

Com a realização do Enecult, a cultura brasileira ganhou um importante espaço de reflexão que reúne anualmente o setor acadêmico, gestores e militantes da cultura para um rico debate sobre as mais diversas questões da cultura. Nestes dez anos vem contribuindo para que tenhamos uma maior compreensão da nossa rica diversidade cultural, para a socialização das informações e dos estudos produzidos pelas universidades, para o aprofundamento e avaliação crítica das diversas experiências no campo da gestão cultural. Durante esses anos tenho acompanhado a sua evolução e participado de várias de suas edições onde tive a oportunidade, como militante cultural, de tratar de diversas questões referentes às políticas culturais e, como gestor público, de apresentar e debater as políticas e ações implementadas na Secretaria de Cultura do Recife e, posteriormente, no Ministério da Cultura. Felicito a equipe da UFBA e todos os seus parceiros pelo trabalho realizado nestes dez anos e desejo que o Enecult se fortaleça e se consolide a cada ano.

*João Roberto Peixe – Ex-secretário de Cultura do Recife (2001 a 2008) e Diretor da MultiDesign*

Fui distinguida con una invitación a participar del Noveno Encuentro, volver a Bahía y tomar contacto con su gente, su paisaje y su cultura. Abordar la Cultura de Infancia constituyó un paso importantísimo para los que buscamos otra infancia posible.

Participar en esta mesa de trabajo y con la presencia de Lydia Hortelio y otros colegas fue para mí relevante al volver a mi país, difundir y ahondar el trabajo que realizo en relación a la infancia.

El abordaje del material bibliográfico que obtuve en este encuentro permitió ampliar y profundizar marcos teóricos, no solo en relación a cultura de infancia, sino a una manera de ver las políticas culturales de Latinoamérica y su proyección en la vida social de sus pueblos y esto ha enriquecido el trabajo profesional de muchos colegas en mis lugares de trabajo.

*Elizabeth Burba – Fundación Takian Cay/Argentina*

Tendo participado sistematicamente do Enecult ao longo de suas dez edições, seja apresentando trabalhos, participando de mesa-redonda ou dando pareceres aos artigos submetidos, me sinto fazendo parte da história desse encontro que avalio como o mais importante espaço acadêmico no Brasil para os pesquisadores da cultura. Tal importância justifica-se, claro, pelo acúmulo de dez edições, mas também por conta da diversidade de temas abordados e, principalmente, pela perspectiva multidisciplinar. Vida longa ao Enecult.

*Alexandre Barbalho – Universidade Estadual  
do Ceará*

Participé del Enecult en 2006 y 2008. Me despertaron interés las temáticas tratadas en los encuentros (políticas culturales, economía de la cultura, identidades, ciudades, patrimonio tangible e intangible, industrias culturales y medios) y la confluencia de enfoques de distintas disciplinas. También encontré estimulante la tensión entre los estudios locales, regionales y nacionales y los abordajes de las dimensiones internacionales en cultura, e pareció positiva la participación de gestores culturales, funcionarios y autoridades en debates sobre tópicos emergentes como el Plano Nacional de Cultura, el Sistema Nacional de Cultura, la Cuenta

Satélite de Cultura. La presencia de graduados, posgraduados y de jóvenes estudiantes fue una buena oportunidad de conocer y también de volver a encontrar a otros estudiosos del área, personas por las que guardo respeto y afecto.

*Rubens Bayardo – Universidad San Martín /  
Universidad de Buenos Aires/Argentina*

En 2008 tuve el privilegio de ser invitado al Encuentro de Estudios Multidisciplinarios en Cultura (Enecult). Mi ponencia que titulé “Realidades y utopías de las Políticas Culturales en Iberoamérica”, comenzaba con un comentario sobre la turbación que me había causado un estudiante brasileño cuando, en otra oportunidad, me cuestionó la existencia misma de la región. Fue un inconveniente que ahora veo explicable. Luego de la revolución cubana, en los años sesenta y setenta, América Latina parecía un conjunto unificado por la dependencia. A fines del siglo XX e inicios del siglo XXI la diferencia de alternativas y la forma como las regiones se habían planteado ante la globalización parecía establecer grandes diferencias. Pero, como dijo otro joven mexicano al discutir ese mismo tema: “lo que une a los países de América Latina son sus problemas”. Y, en el Enecult el problema que nos reunió era la política cultural y los planes estatales que le daban cauce. Tengo dos recuerdos de la reunión que me marcaron profundamente. El primero fue el contacto con estudiantes de la UFBA quienes me hicieron una entrevista sobre las políticas culturales en México. Los jóvenes sabían de lo que hablaban y no hicieron de la oportunidad una experiencia superficial. La otra fue la presentación, del primer “Plano Nacional de Cultura”. Fue sorprendente para mí observar la asistencia de funcionarios de Ministério da Cultura en una universidad, un hecho poco frecuente en México. Valoro grandemente el debate que se dio – y que tal vez siga en pie – sobre el Sistema Nacional de Cultura, un concepto de gran relevancia para Brasil y luego para mi país.

*Eduardo Nivon – Universidad Autónoma  
Metropolitana-Iztapalapa/México*

La primera presencia en Salvador Bahía fue en el desarrollo del IV Enecult, en 2008, en compañía de otros profesores colombianos, cuando presentamos un trabajo en

el evento. La segunda experiencia fue con mi participación como invitada en el año siguiente, cuando presenté la ponencia La investigación cultural y la formación para la formulación de políticas culturales: retos para los estudios sobre la cultura y los estudios culturales en Colombia.

¿Qué ha significado Enecult para mí?

Lo primero, es un acercamiento, que califico de maravilloso, por palpar el desarrollo de proyectos académicos en un país de la importancia de Brasil y con su ambicioso proyecto universitario. Asimismo el haber podido disfrutar de expresiones culturales muy diversas en la misma ciudad de Salvador, cuyo centro histórico es patrimonio de la humanidad y cuyo entorno cultural es fascinante por su riqueza y encanto. Además pude tener una visión de lo que es el “estado del arte” del desarrollo del discurso político cultural en Brasil y también en otros países que tuvieron representantes en Enecult y constatar el espacio que está adquiriendo no sólo en la perspectiva de la reflexión e investigación, sino también en la puesta en marcha de las políticas culturales. Creo que ese Encuentro representa, no sólo por la experiencia vivida sino también por los productos generados a partir de este proyecto, un espacio valioso que espero se consolide cada vez más y promueva redes e intercambios que enriquezcan nuestra visión del mundo, del individuo y de la comunidad como sujetos culturales, así como nuestra forma de incidir en las transformaciones creativas y en la resignificación de las memorias que es ni más ni menos el reto de la cultura.

*Marta Elena Bravo – Universidad Nacional  
de Colombia*

He participado en las actividades de VI Enecult. Me parece importante destacar que estos encuentros convocados por la Universidad Federal da Bahia, tienen la particularidad de vincular el conocimiento académico, intelectual de carácter universitario con el saber experto necesario para definir, formular y tomar decisiones en otro ámbito institucional, más vinculado al Estado y las Políticas públicas. Esto no es muy frecuente todavía en América Latina, aunque el crecimiento de los Posgrados en Gestión cultural, ponen en evidencia que hay una demanda de pensar en forma colaborativa

entre Universidad y Estado, en varios aspectos de las políticas públicas, más específicamente en relación a la cultura. La reflexión tanto desde el Estado como de la Universidad en torno a los múltiples usos y significados de la palabra cultura y sus alcances e implicancias sociales requieren de un debate permanente. En ese sentido las actividades de Enecult, sus mesas redondas, paneles y publicaciones constituyen ya ellas mismas un fondo simbólico imprescindible a la hora de pensar políticas públicas en la complejidad cultural de nuestros países. No tengo más que palabras de agradecimiento por la posibilidad que Enecult de formar parte de su patrimonio intelectual y esperamos que esta iniciativa se consolide cada vez más.

*Ana Wortman – Universidad de Buenos Aires*

A problemática da cultura dificilmente pode ser compreendida dentro de fronteiras seguras. Ela congrega diferentes níveis sociais e constitui uma espécie de cruzamento de intenções distintas, da economia às relações individuais. O Enecult possui uma virtude única: é um espaço intelectual no qual este cruzamento se realiza. Não se trata de construir o lugar de uma nova disciplina mas de promover olhares e interesses diversos no seio de um mesmo fórum de debates. Há algo de novo nisso tudo. Pode-se dizer que o Enecult de alguma maneira recupera uma tradição de discussão sobre cultura no Brasil (penso nos anos 50 e 60). Entretanto, o fato dele ser uma realização do século XXI o insere num contexto diferenciado. Neste sentido, ele propicia uma reflexão para além das fronteiras disciplinares (que não estavam estabelecidas desta forma nos anos 50 e 60) sem deixar de integrar uma dimensão viva, e claro, controversa, da sociedade brasileira: a política. O Enecult é contemporâneo.

*Renato Ortiz – Universidade Estadual  
de Campinas (Unicamp)*

O Enecult tem sido durante esses 10 anos o polo aglutinador mais importante dos estudiosos da cultura no Brasil, e uma oportunidade preciosa para o debate das diferentes dimensões da problemática cultural. O entusiasmo e o dinamismo que

tem caracterizado os encontros anuais demonstram, além da vitalidade desse campo de pesquisa, a competência e a credibilidade dos seus organizadores. Meus parabéns ao Enecult, com votos de muitos anos de vida!

*Evelina Dagnino – Universidade Estadual  
de Campinas (Unicamp)*

A temática do X Enecult – Travessias multiculturais e interculturais – expressa bem a natureza das rotas viajadas no âmbito de uma iniciativa cultural que nos deixou valiosas marcas ao longo uma década de existência. Com seus sucessivos encontros Enecult, Bahia de Todos-os-Santos passou também a ser uma baía de encruzilhadas culturais por onde fluem debates, questionamentos teóricos, problematizações multidisciplinares, projetos culturais, memórias do passado, futuros imaginados. Os encontros Enecult constituíram-se num porto de abrigo de pensadores, estudiosos e amantes da cultura. De uma cultura plural feita de travessias e trocas culturais. Nesses trânsitos que acompanho à distância, recordo muitos colegas, muitos incitamentos à construção de saberes no domínio cultural. Recordo também Albino Rubim. Um homem de sorriso largo e tranquilo. Um homem de pontes e afetos.

*José Machado Pais – Universidade de Lisboa*

El intercambio de conocimientos y saberes, de bienes y servicios culturales entre los países del Mercosur o, si se quiere más amplio, de la Unasur, no ha sido el que proyectamos con ilusión desde diversos encuentros, conferencias e, incluso, acuerdos o tratados formalmente suscritos por nuestros gobiernos. Falta muchísimo en ese sentido.

La concreción de diez ediciones de Enecult es, precisamente, poner en práctica una actitud conceptual, política, ideológica, en el sentido de resolver aquellas inercias. Genera condiciones para aprender de nosotros mismos, permite la construcción de conocimientos a partir de nuestras experiencias y lidera una búsqueda en la que



todos debemos sentirnos obligados. Desde allí se ha trabajado con amplitud y generosidad para dotarnos de un espacio de reconocimiento y reflexión imprescindibles. Desde Bahía, para nosotros el remoto norte brasileño rico en aportaciones culturales, se ha habierto una práctica consecuente con los anhelos expresados innumerablemente en asambleas y reuniones de todo tipo. Se suman otros aportes desde allí como los trabajos que hace años se vienen realizando en la UFBA. Todo eso nos acerca, nos interpela, nos compromete.

Es de celebrar entonces, no por protocolo sino por razones de fondo, esta práctica consecuente y sostenida en el tiempo para abrir caminos donde podamos cruzar e intercambiar, donde las fronteras no sean límites sino puentes de diálogo y vida cultural entre nuestros pueblos.

*Gonzalo Carámbula – Centro Latinoamericano de  
Economía Humana/Uruguay*



DESIGN: VILDAD E RENATINHO - COPI O AUXÍLIO LUXUOSO DE WILLIAM MORRIS, HUNDERTWASSER, ARTUR BISPO DO ROSÁRIO, NOZELLE, IRENE WILLIAMS, SEAN TUCKER, GIGER, CHANT AYEDSIAN E ARTESANATO POPULAR DE KILIM, IBO, KUBA (ZAIRE), CAMARÕES, TSONGA SHANGHAI

# II ENECULT

II ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

3 a 5 de maio de 2006 - Salvador - Bahia - Brasil

Informações: [www.cult.ufba.br](http://www.cult.ufba.br) - [cult@ufba.br](mailto:cult@ufba.br)

Tel. (55 XX 71) 3263 6198

Realização

Produção

Apoio





## O Enecult e os estudos da cultura no Brasil

*Antonio Albino Canelas Rubim*

Os estudos em cultura no Brasil até recentemente estavam adstritos a áreas específicas de conhecimentos disciplinares e a seus ambientes, encontros, pesquisas e publicações. Apesar de versarem sobre uma temática comum, a cultura, o diálogo entre estes estudos e disciplinas era bastante limitado, devido às fronteiras institucionais das disciplinares. Esta situação permitiu o surgimento de estudos interessantes sobre cultura no país, mas sempre inscritos em olhares disciplinares. Visões mais abrangentes, envolvendo toda a complexidade própria da cultura, estavam interdidas pelas delimitações específicas das disciplinas.

\* Professor da  
Universidade Federal da  
Bahia, Secretário da  
Cultura do Estado da Bahia,  
pesquisador 1A do CNPq.

O enfrentamento deste panorama com advento de ambientes, encontros, pesquisas e publicações “mit” (multi-inter-trans) disciplinares emerge como dispositivo associado à contemporaneidade brasileira. A superação consistente das perspectivas meramente disciplinares aparece como um longo processo, que exige muito esforço, qualidade e trabalho. Ele apenas dá seus passos iniciais na atualidade brasileira.

O surgimento, em 2005, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Encontro Multidisciplinar de Estudos da Cultura (Enecult), primeiro encontro científico no Brasil que acolheu estudos da cultura, independente das suas inscrições disciplinares, sem dúvida, ocupou lugar especial neste momento e movimento de redefinições.

### *Concepções e conceituações*

A ideia de reunir pesquisadores em cultura, provenientes das diversas áreas de conhecimento, se constituiu na época em um invento singular, pois rompeu as barreiras disciplinares e conformou a possibilidade de novos diálogos e conexões. O desafio de construir e dar credibilidade a um encontro científico fora dos limites disciplinares não foi pequeno, pois naquela circunstância, como ainda hoje, as áreas disciplinares predominavam na organização institucional do campo científico. Na contramão, as chamadas áreas mitdisciplinares tinham pouca acolhida da ciência instituída. Hoje, apesar da existência de comitês e espaços institucionais mitdisciplinares, esta modalidade de conhecimento ainda luta para ter devidamente reconhecidas suas singularidades. Felizmente o encanto da cultura e a sintonia fina com o desejo dos pesquisadores imersos neste campo viabilizaram vencer os inúmeros desafios e tornaram possível o sucesso do Enecult.

A constatação que os olhares disciplinares – por conseguinte, especializados – operam com dificuldades para dar conta da complexidade imanente à cultura não pode desconsiderar suas importantes

contribuições para os estudos da cultura, nem colocar tais conhecimentos em suspeição. Apenas aponta as necessárias angulações e os limites específicos destes estudos. A complexidade da cultura reivindica mais. Ela requisita múltiplos olhares e intensos intercâmbios entre conhecimentos. O Enecult sempre esteve aberto e acolheu os conhecimentos disciplinares, mas buscou incessantemente construir um ambiente para incentivar debates e diálogos entre campos distintos de conhecimento e, por conseguinte, a construção de saberes mitdisciplinares.

A configuração do encontro incluiu apresentações de trabalhos selecionados, mesas-redondas e palestras sobre temas culturais relevantes e antenados com as discussões contemporâneas que animavam a vida cultural na sociedade e nos estudos acadêmicos. Tais opções permitiram que o encontro pudesse transitar, com qualidade, nas fronteiras entre os conhecimentos comum e acadêmico, envolvendo uma grande diversidade de agentes, temas e questões. Deste modo, não só os estudiosos e pesquisadores puderam comparecer ao encontro, compartilhar suas ideias e colocá-las em debate, mas também foram mobilizados os mais variados atores, que conformam o campo cultural, para participar ativamente das vivas discussões. Esta característica esteve presente desde o primeiro Enecult, demarcando sua formulação como lugar privilegiado de acolhimento e troca crítica de saberes. Ou seja, um encontro aberto aos saberes da e sobre a cultura, não necessariamente adstritos aos cânones acadêmicos. Um encontro que se realiza nos limites das necessárias e vitais interfaces entre vida societária e instituição universitária.

A conformação delineada pelo Enecult tenta superar a imaginação da cultura como mero campo de atividades que retém pouca reflexão, inclusive sobre ela mesma. Uma cultura que se faz, mas quase não se pensa. A crise da crítica cultural pública no Brasil e na Bahia nos tempos recentes reforçou este ideário e esta postura. O recolhimento da crítica acadêmica aos ambientes e padrões universitários, com uma especialização muitas

vezes excessiva, também não contribuiu para uma atitude reflexiva e pública acerca da cultura. O Enecult buscou tecer uma teia institucional para incentivar a reflexão crítica dos estudiosos, mas igualmente dos agentes culturais. A ideia da reflexão e da crítica como componentes vitais e imanentes à cultura animou a constituição do encontro desde seus primórdios.

Um outro componente essencial do Enecult é que, desde sua concepção inicial, esteve aberto para intercâmbios entre estoques e fluxos locais, regionais, nacionais e internacionais. Em um mundo cada vez mais globalizado, não poderia ser diferente. O encontro assumiu outra sintonia fina com o mundo em que vivemos. Nesta perspectiva, a presença de temas e de convidados, que extrapolavam a UFBA e a Bahia foi uma constante em todas as edições do encontro. Aliás, a escolha de temas e convidados serviu para estabelecer novas relações culturais e de trabalho. A lista de temas e convidados – que pode ser consultada neste livro – demonstra de modo cabal a realização destas orientações.

Nelas deve ser destacada a escolha de tecer novos olhares e novas rotas de colaboração, simultaneamente à manutenção daquelas sempre acionadas por uma vida universitária dominada e colonizada por estoques e fluxos hegemônicos da produção e transmissão do conhecimento. Qualquer análise sobre as diferentes edições do Enecult deixa evidente a interlocução privilegiada com países ibero ou latino-americanos. Ela, desde sempre, apareceu como atitude crítica, assumida de modo consciente, diante das concepções hegemônicas presentes na vida universitária.

A visibilidade e a boa acolhida do Enecult rapidamente fizeram dele um encontro nacional, com proponentes e inscrições de trabalhos oriundas de todo o país. Números expressivos comprovam o caráter nacional do evento. Mas ele assumiu também uma feição internacional, devido à presença continuada de convidados estrangeiros e, diversas vezes, à participação de proponentes vindos de outros países. Esta repercussão nacional e internacional indica a pertinência e a sintonia do

Enecult com a atualidade e as demandas já existentes na comunidade de estudiosos da cultura, mas que ainda silenciadas e não atendidas pelos eventos então existentes.

O incentivo do Enecult aos estudos da cultura e a dimensão nacional e internacional assumida pelo encontro estimularam o nascimento de outro evento: o Encontro Baiano de Estudos da Cultura (Ebecult). A visibilidade do Enecult motivou novos estudos da cultura na Bahia em diferentes instituições, que mantinham diversificados enlances com o campo da cultura. A dimensão nacional e internacional do encontro dificultou a apresentação de trabalhos de estudiosos iniciantes, em decorrência dos critérios rigorosos acionados para a seleção e da forte concorrência ocasionada pela envergadura do evento. Estava aberto o caminho para o surgimento do Ebecult. Ele já teve três edições realizadas em: Salvador, na UFBA; Feira de Santana, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e em Cachoeira, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

#### *Circunstâncias e contextos*

O projeto do Enecult não nasceu isolado, mas inscrito em uma singular constelação, que movimentava a Faculdade de Comunicação da UFBA, berço inaugural do evento. De 1997 até 2003 aconteceu o Encontro de Estudos em Cultura e Comunicação, intitulado sinteticamente de ComBahia. Ele já possuía muitas das características que vão conformar o Enecult. A suspensão deste projeto em 2003 se encaixa em um conjunto de disputas e mudanças que acontecem na Faculdade de Comunicação naquele momento. Elas vão dissociar no futuro cultura e comunicação, primeiro em dois ambientes de pesquisa e pós-graduação distintos instalados na própria Faculdade de Comunicação e, depois, ocasionar a transferência de toda a área da cultura para o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), espaço multidisciplinar criado na UFBA, a partir de 2009. A exceção



ficou com a graduação em Produção em Cultura e Comunicação, fundada no ano de 1996 como primeira do país neste registro, juntamente com o curso da Universidade Federal Fluminense, e que se mantém até os dias de hoje na Faculdade.

As dificuldades de convivência entre cultura e comunicação, antes alojadas no Programa de Comunicação e Cultura Contemporâneas, desencadeadas, dentre outras, pelas políticas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a institucionalização do campo da comunicação, repercutiram na constituição de novos órgãos para acolher os estudos da cultura, expulsos pela demarcação corporativa dos espaços específicos da comunicação. Neste horizonte, em 2002, nasceu o Grupo Multidisciplinar em Estudos da Cultura, que dá origem no ano seguinte ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Em 12 de maio de 2003, a congregação da Faculdade de Comunicação reconheceu o CULT como seu órgão complementar. O CULT cria e realiza o I Enecult em 14 e 15 de abril de 2005. No mesmo ano, começa a funcionar o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), com cursos de mestrado e doutorado.

Com a instalação do IHAC, em 2009, o CULT, Enecult e Pós-Cultura transitam e passam a fazer parte deste novo instituto da UFBA. Mais tarde, a área de concentração em Políticas e Gestão da Cultura, associada aos bacharelados interdisciplinares em Artes e em Humanidades, reúne-se a este elenco de atividades em cultura, oferecidas pelo IHAC.

Todos estes movimentos conjugados possibilitaram e, de modo deliberado, visaram configurar um campo multidisciplinar de estudos da cultura na UFBA, hoje situado institucionalmente no IHAC. O Enecult sempre participou de modo substantivo deste longo e complexo processo. Ele colaborou intensamente na formação de um ambiente multidisciplinar de estudos em cultura na UFBA, que passou a ser conhecida e cada vez mais respeitada como instituição voltada para o campo cultural.

Cabe lembrar que o vínculo entre artes, cultura e UFBA tem uma longa história, que nasceu praticamente com a universidade e seu primeiro reitor, Edgard Santos. Ele criou as pioneiras escolas universitárias de artes (dança, música e teatro) nos anos 1950, o primeiro Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) do Brasil, além das casas de cultura vinculadas a diversos países, com França, Espanha e outros. Tal tradição se consolidou com a instituição de novos e pioneiros cursos de graduação, como o de Produção em Cultura e Comunicação, de cursos de pós-graduação vinculados a quase totalidade de áreas culturais e de centros de pesquisa, com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (Neim). Como podem ser observadas, as raízes do Enecult são bem mais profundas que transparecem em uma análise mais apressada.

### *Conformações*

A conjunção entre concepções e contextos permite conceber um projeto singular para os estudos e, em especial, para a formação e qualificação em cultura na Bahia. O sentido efetivo do Enecult só pode ser desvelado se inserido nesta constelação de iniciativas e neste horizonte mais amplo de significações.

A Bahia tem sido reconhecida, nacional e internacionalmente, como um lugar privilegiado de produção cultural. As suas dinâmicas culturais populares perpassam de modo vital a cultura brasileira. A escolha da imagem da baiana, muitas vezes como representação internacional e nacional do Brasil, funciona como signo desta presença. Os artistas e intelectuais baianos exercem papel ativo na cena cultural do país e contribuem de modo relevante para a configuração e a necessária renovação da cultura brasileira. Os tropicalistas são apenas um exemplo desta atitude. Enfim, a Bahia deu e dá régua e compasso à criação cultural nacional.

Afirmar o reconhecimento nacional e internacional da produção cultural baiana não implica assumir uma atitude autossuficiente e acrítica,

nem menosprezar as dificuldades existentes na cultura da Bahia e o necessário apoio dos governos nacional, estadual e municipais ao campo cultural. Pelo contrário, este reconhecimento da relevância cultural da Bahia deve implicar em políticas culturais nacionais, estaduais e municipais cada vez mais afinadas, amplas, articuladas, ativas e atuantes.

Diante do panorama anteriormente esboçado, além da produção cultural, a Bahia tem hoje grande possibilidade de se tornar reconhecida nacional e internacionalmente como lugar de estudos e formação em cultura. As condições para isto estão bem assentadas. O Enecult e as instituições de ensino superior, instaladas na Bahia, em especial as universidades federais e as estaduais, possuem atuação relevante no campo dos estudos e da formação em cultura. Os institutos federais e outras organizações começam a despertar para a temática.

A UFBA é uma das únicas instituições universitárias brasileiras que dispõe de formação graduada e pós-graduada na quase totalidade das esferas artísticas e culturais. Ela foi inclusive pioneira no país na graduação em algumas destas áreas de conhecimento, como aconteceu em dança, teatro, música, produção cultural e políticas e gestão da cultura. Seus inúmeros cursos de pós-graduação no campo cultural têm avaliação bastante respeitada e muitos deles estão situados em registros inovadores. O Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) inaugurou no Brasil a tradição de instituições dedicadas a este tema. O Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), também inovador por sua perspectiva pluridisciplinar, publica a Coleção CULT, com 16 livros destinados aos estudos da cultura, editados entre 2007 e 2014, e realiza anualmente os Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), hoje o mais antigo e expressivo congresso de estudos sobre cultura existente no Brasil e com crescente repercussão internacional.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com seu Centro de Artes, Humanidades e Letras, situado na cidade de Cachoeira, tem cada vez mais uma atuação ativa no campo cultural, com cursos, pesquisas e eventos voltados às artes, cinema, culturas populares etc.

Mais recentemente, a UFRB criou o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas na cidade de Santo Amaro especificamente destinado a atividades de estudos e formação em cultura. A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) planeja implantar bacharelados interdisciplinares em artes em Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas e um Centro de Artes e Comunicação em Porto Seguro. A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) prevê cursos de artes e de humanidades em Barreiras e Santa Maria da Vitória. A Univasf e a Unilab, ainda que não tenham sede na Bahia, começam a desenvolver atividades e formação cultural no estado.

As universidades estaduais, distribuídas em muitos territórios da Bahia, investem de modo cada vez mais consistente na área cultural: novos cursos de graduação e de pós-graduação, e atividades de pesquisa e de extensão, com ênfase na ação cultural nas regiões em que estão instaladas. Crítica, memória, *design*, linguagens e diversidades culturais são temas contemplados em cursos pós-graduados na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Em todas elas, novas atividades em cultura estão sendo desenhadas. Na UNEB, por exemplo, deve possivelmente surgir um mestrado em Comunicação e Cultura no *campus* de Juazeiro, um curso de especialização em gestão cultural em Eunapólis e uma graduação em audiovisual na Chapada Diamantina. Cabe lembrar, que a UNEB mantém um notável trabalho sociocultural em Canudos. Os dois institutos federais de educação, instalados na Bahia, também começam a atuar na esfera da cultura.

Este panorama promissor tem como complemento imprescindível a participação de outros setores da sociedade baiana. O chamado Sistema S – que abarca dentre outros: Sebrae, Sesc, Senai e Sesi – é hoje importante parceiro da cultura na Bahia e desenvolve ações significativas em formação da cultura. Cabe ressaltar que a formação de técnicos e tecnólogos em cultura apresenta uma demanda crescente de

profissionais na atualidade. Aliás, a intitulada economia criativa tem sido assumida pelo Sistema S, com destaque para o Sebrae, que já incorporou a temática institucionalmente no Brasil e na Bahia.

Outro fator alvissareiro na cena baiana é a presença atuante da sociedade civil, através de entidades, ONGs e projetos fundamentais situados na interface cultura e educação. Instituições como: Centro de Referência da Infância e Adolescência (CRIA), Oi Kabum, CIPÓ, Via Magia, Pracatum e muitas outras desempenham papel relevante para a vitalidade da cultura na Bahia, seus estudos e formação. Os pontos de cultura, que chegam hoje a quase 350 no estado, também apresentam contribuições relevantes na área de formação, a exemplo da Ação Griô, que tem destacada influência em muitos lugares do Brasil.

Este rico e complexo panorama, pleno de potencialidades, convida a construção de uma política pública específica para a área de formação e estudos da cultura na Bahia, através da constituição de um programa e uma rede, que atue de modo conjunto e colaborativo, e de um programa de atuação específico.

### *Concretizações*

Aliás, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult-BA) elegeu, como uma de suas prioridades, desenvolver uma ampla política voltada para a formação e a qualificação em cultura. Em maio de 2011, ela transformou sua Escola de Dança no Centro de Formação em Artes (CFA). No segundo semestre, o CFA iniciou cursos em diversas áreas artísticas. Em dezembro de 2011, foi constituída a Rede Estadual de Formação e Qualificação em Cultura, reunindo todas as universidades públicas com atuação na Bahia; os institutos federais sediados no estado; entidades do sistema S; organizações não governamentais voltadas para cultura e educação e secretarias estaduais parceiras e o Ministério da Cultura (MinC). A rede é uma instância, presencial e virtual, de articulação, diálogo, pactuação para a formulação democrática e colaborativa de políticas para formação e qualificação em cultura na Bahia.

No ano de 2012, no dia 15 de maio, foi criado o Programa Estadual de Formação e Qualificação em Cultura. Ainda em maio, aconteceu o lançamento de edital que selecionou cinco projetos de formação e qualificação em cultura, em um investimento total de um milhão de reais. Os projetos acolhem formação em: agentes de cultura, arte inclusiva, cinema e educação, circo e teatro e abrangem várias regiões do estado. Além destes projetos, inúmeros outros foram apoiados através de distintos editais setoriais.

Em 10 de setembro, a sede do Centro de Formação em Artes foi inaugurada e nos dias 27 e 28 de setembro de 2012, ocorreu o I Encontro Baiano de Formação e Qualificação em Cultura. Novos editais para financiar atividades de formação e qualificação em cultura foram lançados em 2013 e 2014, com investimentos de 1,8 milhão e 2 milhões de reais. Salvador sediou o primeiro Seminário Cultura e Universidade: bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior, em 2013.

O Programa Estadual de Formação e Qualificação em Cultura tem como objetivos: estimular a formação e qualificação de pessoal no campo da cultura, considerando a multiplicidade de áreas, dimensões, manifestações e aspectos deste campo; proporcionar a criação e/ou ampliação de oportunidades de desenvolvimento profissional nos diversos segmentos culturais; melhorar as condições para a sustentabilidade e o fortalecimento de ações e organizações na área da cultura; contribuir para o aprimoramento da organização, gestão, produção e políticas culturais e estimular o desenvolvimento de ações e formulações inovadoras na cultura. Suas principais áreas de atuação de formação e qualificação são: organização da cultura (políticas culturais, gestão, produção e economia da cultura), técnicas e tecnologias da cultura, culturas digitais, linguagens artísticas, patrimônio e memória, economia criativa e artes aplicadas, além de desenvolver pesquisas e publicações em cultura.

O incentivo à criação de novos cursos de pós-graduação e de graduação na área de cultura aparece como meta estratégica para a consolidação

da Bahia como terra da formação e de estudos em cultura. Logo no início da gestão, em 2011, foi enviada pela Secult-BA uma carta a todos os reitores de universidades públicas sediadas ou que desenvolvem atividades de formação na Bahia, estimulando a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em cultura, além de cursos de extensão e especialização, e propondo parcerias na construção deste horizonte de formação e qualificação. Em 2014, novo comunicado foi enviado com o mesmo objetivo.

A UFBA e a UFRB foram convidadas para discutir, junto com a Secult-BA e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a oferta na Bahia de um curso de pós-graduação (mestrado) em Museologia. Dos 14 cursos de graduação existentes no país, dois estão na Bahia, sendo que o da UFBA é o segundo mais antigo do Brasil. Existe apenas um curso de pós-graduação funcionando no país e outro sendo implantado. O projeto do mestrado em Museologia foi aprovado pela UFBA e pela Capes e começou a funcionar em 2013.

Outro diálogo aconteceu em torno da configuração do ambiente digital e do curso de graduação que deve ser implantado na cidade de São Francisco do Conde. O projeto consta da criação de ambiente englobando: laboratório, curso, atividades de pesquisa e de extensão, incubadora e leis de incentivo para atrair empreendedores em culturas digitais. As conversas envolvem a Secult-BA, a Unilab, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, o MinC, através de sua Secretaria de Economia Criativa, e a Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia, vinculada à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti). O ambiente e o curso têm um caráter altamente inovador e visam atualizar a Bahia no campo estratégico das culturas digitais. Infelizmente, mudanças na Unilab e no MinC diminuíram o ritmo do projeto.

A atuação da UFRB tem sido promissora em diversas frentes e, em especial, nas conversações sobre o *campus* universitário que está sendo instalado em Santo Amaro da Purificação. Em sintonia com a nítida vocação cultural da cidade, expressa em suas culturas populares e em figuras como Caetano Veloso, Maria Bethânia, Roberto Mendes, Jorge

Portugal, dentre outros, instalou-se em Santo Amaro um centro universitário voltado para a cultura e curso de bacharelado interdisciplinar em cultura, com inovadoras e contemporâneas terminalidades.

Traçado este panorama, cabe anunciar as atividades que estão sendo desenvolvidas em 2014 e com a finalidade de consolidar esta política de formação, qualificação e estudos em cultura. Dentre as iniciativas, podem ser destacadas as seguintes: mapeamento da formação e qualificação em cultura na Bahia; continuidade do estímulo à criação de cursos de graduação e de pós-graduação na área da cultura; incentivo à formação em cultura, inclusive de cursos profissionalizantes e técnicos em cultura; promoção e apoio à realização de encontros e seminários; estímulo a pesquisas e estudos em cultura e ao intercâmbio cultural.

Todo este trabalho desenvolvido por um conjunto de entidades parceiras, através da Rede de Formação e Qualificação em Cultura, tem colocado a Bahia em um lugar privilegiado nesta área no Brasil. As atividades elencadas e outras a serem realizadas são passos fundamentais no processo de transformar e consolidar o estado da Bahia em uma terra da formação e estudos em cultura.

No aniversário dos 10 anos do Enecult, nada melhor que entender a sua inscrição nesta plêiade de iniciativas desencadeadas que conformam a Bahia como um lugar, por excelência, de estudos da cultura. Na constelação de atividades, imaginadas e desenvolvidas, o Enecult, não resta dúvida, tem papel pioneiro como aglutinador de agentes e ideias, que possibilitaram conhecer e concretizar projetos e dar visibilidade aos estudos e ao campo da cultura. Através do Enecult, este complexo processo adquiriu um caráter público.

### *Concretizações circunstanciadas*

O Enecult, por certo, teve repercussões sobre diferentes áreas dos estudos da cultura no país. Sua capacidade de aglutinação, de estimular diálogos e dar visibilidade à área da cultura, permitiu que isto acontecesse em variadas esferas dos estudos da cultura. Um mergulho em um



destes campos, os estudos de políticas culturais, pode ser interessante nesta comemoração dos dez anos do Enecult.

Um levantamento sobre a bibliografia existente acerca das políticas culturais no Brasil, realizado em 2006<sup>1</sup>, portanto, quase no ano inicial do Enecult, constatou que ela se caracterizava pela dispersão. Primeiro, os estudos provinham das mais diversas áreas disciplinares e até de alguns registros multidisciplinares embrionários, o que dificultava o trabalho de pesquisa e sugeria a ausência de uma tradição acadêmica conformada. Segundo, a bibliografia tratava de maneira desigual os diferentes momentos da história das políticas culturais nacionais. Assim, para alguns períodos proliferavam estudos, enquanto outros se encontravam carentes de investigações. Terceiro, existiam poucas interpretações mais sistemáticas para compreender esta trajetória desenvolvida. As tentativas de Márcio de Souza (2000) e José Álvaro Moises (2001) apresentavam problemas. Depois delas, surgiram duas novas tentativas de superar esta lacuna: o livro coletivo *Políticas Culturais no Brasil* (2007) e o livro individual de Lia Calabre: *Políticas Culturais no Brasil: dos Anos 1930 ao Século XXI* (2009).

Existia neste momento um número relativamente pequeno de trabalhos de pesquisa. Eles estavam dispersos em uma infinidade de áreas disciplinares (Administração, Antropologia, Ciência Política, Ciências da Informação, Comunicação, Economia, Educação, História, Letras, Museologia, Sociologia, Turismo etc.). Na maioria das vezes, os trabalhos não dialogavam, pois havia entre eles, um desconhecimento mútuo. A dispersão e a ausência de polos acadêmicos gravitacionais fragilizavam os estudos e demonstravam nitidamente a não conformação de uma área de estudos voltada ao tema, que deveria possuir, por certo, uma configuração multidisciplinar.

A invenção francesa das políticas culturais e, em especial, sua maior vigência internacional possibilitaram que os anos 1970 e o início dos 1980 fossem marcados pela emergência do tema na cena pública mundial,

com significativas repercussões em inúmeros países. Não parece casual que a ditadura militar brasileira formule, em 1975, um plano nacional de cultura. O lento e gradual processo de desagregação do autoritarismo e a necessidade do regime de obter algum grau de hegemonia, por certo teve impacto na continuada busca de intervenção na esfera cultural, cooptando intelectuais e artistas, como observou Renato Ortiz, em 1986. O impacto das iniciativas internacionais e o arejamento propiciado pelo longo e gradual declínio da ditadura estimularam novos experimentos e novas imaginações sobre políticas culturais. A trajetória de Aloísio Magalhães foi emblemática nesta perspectiva.

A redemocratização possibilitou, no Brasil, o primeiro ciclo de estudos mais sistemáticos em políticas culturais. Como parte significativa das iniciativas no campo das políticas culturais no país ocorreu sob a égide do autoritarismo, a exemplo do Estado Novo e da ditadura militar, tais experimentos não foram acompanhados por estudos e reflexões sobre estas políticas, pois o caráter repressivo destes regimes interditava tal produção. No caso dos anos 1930 e 1940, outro dado inibiu as análises: o próprio pioneirismo desta experiência. Assim, os estudos sobre as políticas culturais desenvolvidas nestes momentos autoritários apareceram somente nos anos 1980. A título de exemplo podem ser lembrados: o livro organizado por Sérgio Miceli, *Estado e Cultura no Brasil* (1984), o texto de Renato Ortiz denominado “Estado autoritário e a cultura” (1985) e o livro de Mônica Velloso, *Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo* (1987).

A “convergência perversa”, observada por Evelina Dagnino em 2005, que aconteceu no Brasil tornando simultâneos o momento da redemocratização e o avanço do neoliberalismo, produziu um efeito nefasto sobre as políticas culturais e seus estudos no país. A peculiar versão nacional de leis de incentivo, diferente do que ocorreu em outros países, transformou estas leis quase na única fonte de financiamento da cultura e, mais que isto, permitiu que tais leis praticamente ocupassem

o lugar das políticas culturais. Esta transmutação das leis de incentivo no Brasil expressou o movimento de deslocamento do estado e sua sujeição à lógica do mercado no campo da cultura.

No Brasil, a crise vivenciada nos anos neoliberais pelas políticas culturais – já fragilizadas pelas três tristes tradições nacionais neste campo: ausência, autoritarismo e instabilidade – foi aprofundada através da tentativa neoliberal do governo Collor, que reduziu drasticamente a atuação do Estado na cultura, inclusive extinguindo o Ministério da Cultura.

Este projeto foi consolidado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e seu ministro da cultura Francisco Weffort. Merece destaque a subsunção do tema da identidade nacional, historicamente relevante nas políticas culturais no país. José Castello, em 2002, chegou a anotar: “A política de ‘laissez-faire’ do governo FHC permitiu que ficasse em segundo plano, por fim, a antiga (e talvez desgastada) questão da identidade nacional” (655-656).

A gestão FHC/Weffort entronizou o mercado, inclusive em detrimento da identidade nacional, no núcleo de sua atuação cultural, através das leis de incentivo. Tais leis, de imediato, ocuparam quase integralmente o lugar das políticas de financiamento e – ato contínuo – tomaram o espaço das políticas culturais. Assim, o estado retraiu seu poder de deliberação político-cultural e passou a uma atitude quase passiva, através da qual apenas tinha a função de isentar, muitas vezes em 100% das vezes, as empresas que “investiam” no campo cultural. Em resumo, ainda que o recurso fosse, em sua quase totalidade, público, o poder de decisão sobre quais atividades deveriam ser apoiadas passou a ser de responsabilidade das empresas.

Neste contexto, quase desapareceram as políticas culturais e a preocupação com elas. A atenção dos dirigentes, criadores e mesmo estudiosos se voltou para as leis de incentivo. Não por acaso nestes anos tem-se um declínio de debates e análises sobre políticas culturais. Poucos são os textos dedicados ao tema. Muitos estudos estão voltados para pensar as leis de incentivo, dado seu predomínio como modo de conceber a cultura no país.

A forte presença neoliberal associada ao predomínio das leis de incentivo faz emergir de modo singular no país uma atenção para práticas e estudos de *marketing* cultural e afins. Não é casual que tenham aparecido naqueles anos os chamados produtores culturais e, inclusive, inúmeros cursos de extensão e alguns de graduação voltados para a sua formação.

As reflexões sobre políticas culturais que resistiram estão expressas em poucas publicações e através de iniciativas de algumas entidades como o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Instituto Polis), que editou uma série de depoimentos e estudos especialmente dedicados às experiências de políticas culturais de governos municipais e estaduais, na maioria das vezes de oposição à gestão de FHC.

A emergência das políticas culturais no Brasil recente guardou uma sintonia fina com a chegada ao poder do presidente Lula em 2003. O governo, apesar de não ter enfrentado devidamente o problema das leis de incentivo entronizadas no governo anterior como “política cultural” oficial, recolocou na agenda pública o tema das políticas culturais e da responsabilidade do estado nacional com relação ao desenvolvimento da cultura. Nos discursos pronunciados pelo então ministro Gilberto Gil durante o ano de 2003, dentre os assuntos mais recorrentes, cabe destacar a necessidade e a disposição de dar ao estado um novo e ativo papel no campo cultural. O surgimento de estudos sobre políticas culturais guardou íntima conexão com este novo contexto.

O cenário inaugurado pelo novo governo possibilitou um conjunto de iniciativas que começou a alterar este sombrio panorama. Além do impacto da nova conjuntura brasileira, devem ser adicionados ao panorama os estímulos do contexto internacional, caracterizado pela presença da agenda instituída pela Unesco com a Declaração Universal da Diversidade Cultural (2001) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). Associado à emergência do tema da diversidade cultural, renasceu a preocupação com as políticas culturais. Deste modo, a convergência entre os contextos – internacional e nacional – configurou um cenário bastante propício aos debates e às investigações sobre políticas culturais no país.

Começaram a surgir de modo mais sistemático eventos preocupados com políticas culturais. O Colóquio Políticas Culturais: Diálogo Indispensável, organizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), foi iniciado com uma série de palestras em 2003. No ano seguinte, o MinC, através da Fundação Casa de Rui Barbosa, da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural e da Secretaria de Políticas Culturais, recém-criada, em sintonia com a agenda internacional, organizou um seminário sobre a diversidade cultural brasileira.

Em 2005, aconteceu em Salvador o I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), que coloca em debate o tema das políticas culturais, através de mesas-redondas, palestras e sessões de apresentação de trabalhos científicos. Desde aquele ano, o encontro, em suas edições anuais, deu destaque aos trabalhos, palestras e mesas-redondas sobre cultura e políticas culturais, fazendo do CULT um espaço aglutinador de estudiosos de políticas culturais, brasileiros e estrangeiros.

O nascimento do Enecult, quase no início deste processo de mudança do panorama das políticas culturais no Brasil, demonstra sua sintonia fina com os desafios iminentes do campo cultural e das políticas culturais no país. Ele assumiu um lugar estratégico no estímulo a novos estudos e na articulação e diálogo entre os estudos existentes. Ele funcionou como polo aglutinador da área para enfrentar os desafios deste processo de renascimento. Desde a primeira edição em 2005, o Enecult sempre destinou um espaço razoável aos estudos das políticas culturais em suas palestras, mesas-redondas, apresentações de trabalhos científicos e, inclusive, lançamentos de livros. Apesar de não ser um encontro especializado em investigações de políticas culturais, estes estudos sempre tiveram ampla acolhida no Enecult, conformando uma de suas áreas mais dinâmicas e representativas. Ele serviu com um ambiente de destaque no âmbito dos estudos de políticas culturais.

Além do encontro baiano, os Seminários Internacionais sobre Políticas Culturais, realizados anualmente no Rio de Janeiro pela Fundação Casa de Rui Barbosa, desde 2006, e os eventos promovidos pelo Banco

do Nordeste do Brasil (BNB) sobre a temática em Fortaleza, a partir de 2009, mas já desaparecidos, aparecem como momentos de encontro dos estudiosos de políticas culturais no Brasil. Os Seminários da Casa de Rui Barbosa constituem-se talvez no único evento existente no Brasil dedicado especificamente à temática dos estudos em políticas culturais. Em Belo Horizonte, aconteceram simpósios anuais sobre diversidade, organizado pelo Observatório da Diversidade Cultural, e sobre gestão cultural, promovidos pela DUO, ambos foram momentos de reflexão sobre temas afins às políticas culturais. Mais recentemente, a União Latina de Economia da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC), em especial em seu capítulo brasileiro, abriu espaços em seus encontros bianuais para os estudos de políticas de comunicação e de cultura.

Destaque deve ser dado igualmente ao trabalho desenvolvido pelo Observatório do Itaú Cultural, através da realização de cursos de gestão em diversos estados brasileiros; da premiação a trabalhos de investigação em gestão cultural e da publicação de livros e periódicos dedicados à cultura e às políticas culturais, como a *Revista do Observatório do Itaú Cultural*, editada desde 2007. Antes disto, no ano de 2005, a *Revista Rio de Janeiro* publicou interessante dossiê sobre políticas de cultura, organizado pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Durante todo o período, a Fundação Casa de Rui Barbosa se dedicou à publicação de livros sobre políticas culturais, com destaque para a Coleção FCRB Aconteceu, que reuniu trabalhos apresentados nos seminários que tem realizado sobre políticas culturais. No ano de 2006 foi publicado o livro *Cidadania Cultural. O Direito à Cultura*, da professora Marilena Chauí que teve ampla repercussão para os estudos na área.

No ano de 2007, começou a ser publicada a Coleção CULT, com diversos livros dedicados ao tema: *Políticas Culturais no Brasil* (2007); *Políticas Culturais na Ibero-América* (2008); *Políticas Culturais no Governo Lula* (2010); *Políticas Culturais para as Cidades* (2010) e *Federalismo*

e *Políticas Culturais no Brasil* (2013). Em 2011, foi publicado o livro *As Políticas Culturais e o Governo Lula*, de Antonio Albino Canelas Rubim.

Em 2007, foi fundada no III Enecult a Rede de Estudos em Políticas Culturais (Redepcult), que reúne pesquisadores de diferentes estados e instituições. Dentre as atividades da Redepcult cabe assinalar a edição, desde 2008, do periódico on-line *Políticas Culturais em Revista* ([www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br)), primeira publicação científica periódica sobre este tema no Brasil e na América Latina. Ela tem dado importante contribuição aos estudos de políticas culturais no Brasil.

Ainda que o número de cursos de graduação e pós-graduação atentos ao tema das políticas culturais continue bastante aquém das necessidades sociais – como foi demonstrado pelo Mapeamento da Formação em Organização (Políticas, Gestão e Produção) da Cultura no Brasil, realizado em 2010 pelo Ministério da Cultura – nos últimos anos, a produção de trabalhos de conclusão de cursos de graduação; monografias; dissertações e teses sobre o assunto cresceu visivelmente. Hoje, mais de vinte programas de pós-graduação colocam a cultura entre suas áreas de investigação e alguns deles têm desenvolvido diversos trabalhos em políticas culturais, a exemplo do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia.

Todo este conjunto de iniciativas apontou para uma efetiva superação do panorama anterior. Deste modo, as perspectivas abertas para os estudos acerca das políticas culturais no Brasil se encontram em um bom momento, como acontece com as próprias políticas culturais no país. O Enecult, neste horizonte das políticas culturais, também ocupou um lugar destacado, como aconteceu nos estudos da cultura.

### *Conclusões*

Percorrer todo este percurso, com seus atalhos e desvios, parece indispensável para demonstrar como o Enecult esteve em sintonia com

algumas mudanças relevantes acontecidas nos estudos da cultura no Brasil. Muitas destas facetas ajudam a reafirmar o papel pioneiro e substantivo que o Enecult desempenhou nesta sua rica história que culmina agora em 2014, com seu décimo aniversário.

### *Notas*

1 <[www.cult.ufba.br](http://www.cult.ufba.br)>







# III ENECULT

TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA



DESIGN: RENATINHO & NILDÃO - FRAGMENTOS MANIPULADOS DE FOTOS DE DANIELLE & CUIVER FÖLLM, WANN AYRILAS-BERTRAND, DAMÁRIO DACRIZ, TERRACOTA DE PÉ E ARTESANATO AFRICANO VAO

SALVADOR BAHIA BRASIL ★ 23 A 25 DE MAIO DE 2007  
 TEATRO VILA VELHA (MANHÃ) FACULDADE DE COMUNICAÇÃO (TARDE)  
 Informações: [cult@ufba.br](mailto:cult@ufba.br) [www.cult.ufba.br](http://www.cult.ufba.br) (71) 3263 6198 / 3263 6203

Realização:



Apoio:





## O Enecult como um lugar de formação

*Laura Bezerra\**

*Leonardo Figueiredo Costa\*\**

A formação, de um modo geral, tem se tornado uma das premissas básicas para a atuação profissional na contemporaneidade, tendo como contexto a complexificação da divisão do trabalho e as mudanças tecnológicas que de algum modo transformaram a esfera da sociabilidade e a relação que temos com o conhecimento:

Hoje em dia, é cada vez menor o número de atividades que não necessitam de processos de formação específica para serem realizadas; por isso a formação é cada vez mais necessária e profunda à medida que as atividades (profissionais, sociais, e, inclusive, pessoais) tornam suas exigências mais complexas. (ZABALZA, 2004, p. 36)

\* Professora de Políticas e Gestão da Cultura da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura desta universidade. Foi assessora da Formação em Cultura na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (2012-2014). E-mail: laurabezerra1@gmail.com

\*\* Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia e vice-coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (UFBA). E-mail: leocosta@ufba.br

O pesquisador Miguel A. Zabalza, ao analisar a universidade na contemporaneidade, elabora um modelo que identifica quatro grandes eixos da atuação formativa, separados de forma “interna” (pelo contexto institucional, conteúdos dos cursos/currículo, professores e alunos) e “externa” (pelas políticas de educação superior, avanços da ciência, cultura e pesquisa, colégios profissionais/mundo profissional e mercado de trabalho). Os eixos se entrecruzam, podendo ser analisados na relação universidade/política universitária, currículo/avanços da ciência, professores/mundo profissional e estudantes/mercado de trabalho. (ZABALZA, 2004)

Zabalza faz referências ao novo sentido atribuído à universidade e as profundas modificações que a instituição vem sofrendo, relacionando com as mudanças políticas, sociais e econômicas das últimas décadas. O autor destaca (ZABALZA, 2004), entre as mudanças no sentido social atribuído às universidades, a passagem de uma realidade marginal na dinâmica social (o que lhes permitia manter um alto grau de autonomia e autogestão sem quase ter que prestar contas a ninguém) para uma realidade de plena inserção na dinâmica central da sociedade e de participação em suas proposições, de modo análogo ao exposto no trabalho do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1989).

Santos (1989, p. 11) apresenta, no seu trabalho “Da ideia de universidade à universidade de ideias”, uma reflexão sobre a dicotomia existente entre as noções de educação e trabalho e a teoria e a prática no ensino universitário, como manifestações da crise atual da sua centralidade, legitimidade e estabilidade institucional.

A exigência posta no trabalho universitário, a excelência dos seus produtos culturais e científicos, a criatividade da actividade intelectual, a liberdade de discussão, o espírito crítico, a autonomia e o universalismo dos objectivos fizeram da universidade uma instituição única, relativamente isolada das restantes instituições sociais, dotada de grande prestígio social e considerada imprescindível para a formação das elites. Essa concepção de universidade [...] entrou em crise no pós-guerra e sobretudo a partir dos anos sessenta. (SANTOS, 1989, p. 17-18)

A dicotomia entre educação e trabalho, segundo Santos, significava a existência de dois mundos com pouca ou nenhuma comunicação entre si: o mundo ilustrado e o mundo do trabalho. (SANTOS, 1989, p. 20) Essa questão marcava a centralidade já apresentada da universidade no século XIX, enquanto espaço privilegiado da produção de uma “alta cultura”. A mudança dessa dicotomia trouxe diferenças na relação desses dois termos, onde a educação passa a ser direcionada para o trabalho e o ensino de conhecimentos utilitários. Da mesma forma que o trabalho, inicialmente inerente ao desempenho de uma força física, passa a se conectar com o intelectual em uma formação profissional, “A educação cindiu-se entre a cultura geral e a formação profissional e o trabalho, entre o trabalho não-qualificado e o trabalho qualificado”. (SANTOS, 1989, p. 21) Processo que precisou ser compatibilizado no interior das universidades, na relação entre uma educação humanística e a formação profissional.

A formação e o desempenho profissional tendem a fundir-se num só processo produtivo, sendo disso sintomas as exigências da educação permanente, da reciclagem, da reconversão profissional, bem como o aumento da percentagem de adultos e de trabalhadores-estudantes entre a população estudantil. [...], a própria concepção de trabalho tem vindo a alterar-se no sentido de tornar mais ténue a ligação entre trabalho e emprego, fazendo com que o investimento na formação deixe de ter sentido enquanto investimento num dado emprego. (SANTOS, 1989, p. 22)

Dentre as profissões que poderiam ser destacadas como “do futuro”, o pesquisador Carlos Antônio Leite Brandão pontua, entre as já existentes no mercado que carecem de uma formação mais apurada, os produtores e gestores culturais. (BRANDÃO, 2008) Registro, segundo o autor, de profissões que merecem ser mais bem focadas e sistematizadas, devido a sua atual relevância em contextos local e regional, e a enorme demanda de mão de obra exigida pelas atividades culturais. Essa demanda será mostrada a seguir em outros documentos oficiais, que apontam essa crescente necessidade de formação na área.

Formação essa que pode perpassar uma série de possibilidades: cursos livres, de graduação, especializações, mestrados, doutorados, congressos, palestras, encontros, oficinas etc. Cada formato tem as suas características próprias, mas todas são importantes para a consolidação desse campo.

### *Enecult e a formação*

O Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), sendo um espaço de interlocução entre os estudiosos da cultura em uma perspectiva transversal e multidisciplinar, desde a sua criação ampliou o aspecto da formação na área da cultura de diversas maneiras. Enquanto encontro de pesquisadores, sua programação serviu para “formar” um público que acompanhou de forma crescente as suas edições ao longo desses dez anos. Na sua programação, podemos observar palestras e mesas-redondas com renomados pesquisadores, apresentação de trabalhos, plenárias, além do lançamento de livros e da publicação dos artigos em anais disponíveis na internet.

Ao longo dos anos, como veremos adiante, a formação foi se consolidando como um eixo temático dentro do Enecult. Este processo pode ser explicado tanto pelas dinâmicas internas do Encontro, quanto pela crescente percepção de artistas, gestores, estudantes e pesquisadores sobre a necessidade de maiores debates neste setor, bem como pelas modificações na agenda político-cultural brasileira a partir de 2003, que ampliaram a demanda por pessoal qualificado no campo da cultura.

A implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC)<sup>1</sup> e do Sistema Nacional de Cultura (SNC),<sup>2</sup> traz consigo uma crescente necessidade de avanço na formação. Como o SNC prevê, entre outras coisas, a existência nos estados e nos municípios de secretarias, conselhos e fundos de cultura, faz-se necessário pessoal preparado não somente para gerir estas instituições, mas também, e especialmente, para pensar, articular e pactuar as políticas de cultura. É necessário pontuar ainda que a territorialização e a democratização das políticas de

cultura exigem a presença de cidadãos e cidadãs qualificados para a participação ativa neste processo.<sup>3</sup>

Além disso, com a implementação do Sistema Nacional de Cultura, pretende-se alcançar “uma efetiva interação e complementaridade, capaz de provocar verdadeira sinergia no processo, potencializando os resultados das ações empreendidas e dos recursos disponibilizados.” (MINC, 2010:17) Ou seja: espera-se uma otimização das políticas de cultura e, por conseguinte, um impulso para o setor, com a consequente necessidade de melhoria da formação e qualificação profissional. Finalmente, não se pode esquecer os esforços empreendidos pelo MinC e alguns estados e municípios para estimular a economia criativa, o que aumenta a demanda por profissionais nesta área. Por este motivo, nove das 53 metas do Plano Nacional de Cultura referem-se à formação<sup>4</sup> e, entre os nove elementos constituintes do SNC, estão os programas de formação na área da cultura.

Pensar políticas culturais como políticas públicas, com ênfase no aspecto participativo e na inclusão de novos atores, exige não somente um conhecimento partilhado sobre as atividades desenvolvidas na formação, qualificação e capacitação em cultura, assim como um debate público sobre o assunto, a fim de permitir articulações e o desenvolvimento de um trabalho colaborativo entre órgãos públicos de cultura, universidades, empresas privadas e a sociedade civil organizada. Neste sentido, em 2009, o Ministério da Cultura (MinC) juntamente com a UFBA, realizou um Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasil.

O mapeamento é parte integrante da “Política Nacional de Formação na Área da Cultura”, presente no SNC. O então coordenador geral de Relações Federativas e Sociedade da SAI/MinC e encarregado pelo SNC, João Roberto Peixe, pontuou que “com o mapeamento será possível conhecer aprofundadamente a realidade da formação no país; detectar as principais instituições envolvidas na formação (...); visualizar as áreas temáticas e os territórios que devem ser priorizadas”. (YODA, 2009) A amplitude pretendida das ações de formação indica



a necessidade de se estabelecer uma rede de parcerias entre diversas instituições promotoras, cuja oferta não está organizada. Redes nessa área existem, por exemplo, nos Estados Unidos desde a década de 1970 (REISS, 1979:59), e, além de se organizar uma oferta mais clara sobre a formação, a rede pode servir como um meio para a troca de experiências e para o fortalecimento do campo.

O mapeamento revelou três pontos de grande relevância: a concentração das ações de formação no Sudeste do país (48%), sob responsabilidade de instituições privadas (49%) e na forma de cursos de extensão (76%), ou seja, de curta duração. Temos ainda 64% de cursos sem frequência definida, ou seja, não há certeza de que sejam ofertados com periodicidade.<sup>5</sup> A realização do mapeamento serviu para mostrar a fragilidade acadêmica da formação no setor.

No âmbito participativo das políticas culturais, pudemos notar como a formação esteve presente em uma série de propostas discutidas na II Conferência Nacional de Cultura (CNC), depois de um processo que teve início com as conferências municipais, estaduais e setoriais em todo o Brasil. A questão foi apontada como uma das prioridades no sub-eixo 5.1, que tratava dos Sistemas Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Cultura (dentro do eixo sobre gestão e institucionalidade da cultura). Como exposto através do documento do SNC, a formação é uma das bases para que a implementação do sistema consiga atingir todo o território nacional, já que a gestão cultural se coloca como uma das barreiras para que os municípios, por exemplo, tenham a sua efetiva atuação no campo das políticas culturais (através de órgãos específicos, conselhos, planos e fundos municipais).

Dentre as 32 propostas prioritárias que foram eleitas na II CNC (de um total de 475 propostas do documento base da conferência), seis tratam da temática da formação, sendo que cinco delas abordam questões relacionadas mais especificamente à organização da cultura. Vale ressaltar a proposta de número 154, que aborda a importância das pesquisas e diagnósticos na área das políticas culturais. As outras propostas apontadas,

de algum modo, estão contempladas com as discussões levantadas e apresentadas pelo quinto eixo e a proposta de número 279:

Criar um sistema nacional de formação na área da cultura, integrado ao SNC, articulando parcerias públicas e privadas, a fim de promover a atualização, capacitação e aprimoramento de agentes e grupos culturais, gestores e servidores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores, técnicos e artistas, para atender todo o processo de criação, fruição, qualificação dos bens, elaboração e acompanhamento de projeto, captação de recursos e prestação de contas, garantindo a formação cultural nos níveis básico, técnico, médio e superior, à distância e presencial, fazendo uso de ferramentas tecnológicas e métodos experimentais e produção cultural. (MINC, 2010:09)

Os debates da II CNC seguiram cinco eixos temáticos: produção simbólica e diversidade cultural; cultura, cidade e cidadania; cultura e desenvolvimento sustentável; cultura e economia criativa; gestão e institucionalidade da cultura. Dos cinco eixos presentes, apenas o segundo (cultura, cidade e cidadania) não abordou como prioridade propostas relativas à formação nos seus sub-eixos (cita apenas uma passagem rápida sobre “capacitação de recursos humanos” na proposta de número 101 quando trata do fortalecimento e da ampliação dos acervos bibliográficos e arquivísticos). Entre as propostas encaminhadas para a eleição das prioritárias no segundo eixo, abordou a formação apenas na de número 84: “criar programa nacional (...) de formação de gestores culturais”.

Este contexto foi, aos poucos, fortalecendo a discussão sobre temas específicos da formação ao longo da trajetória do Enecult.

### *Formação no Enecult*

As primeiras três edições do Enecult não traziam na sua chamada de trabalhos a possibilidade de escolha de um eixo temático para os proponentes. Após a avaliação dos trabalhos pela comissão científica é que

se organizavam as sessões de trabalho buscando aderências temáticas entre os mesmos.

No primeiro ano do evento, em 2005, houve uma sessão sobre Cultura e Práticas Educacionais, mas no ano seguinte há uma ausência completa de trabalhos que discorram sobre formação nas sessões de trabalho. Há que se considerar que o Enecult ainda buscava o seu espaço enquanto evento de reflexão e discussão na área multidisciplinar da cultura.

Em 2007, terceiro ano do evento, observa-se uma ampliação considerável do número de trabalhos inscritos e apresentados no Enecult como um todo, e temos a apresentação de dois artigos sobre a formação na área da organização da cultura: “Formação para gestores de cultura – uma experiência compartilhada”, da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará; e “Precedentes para uma análise sobre a formação e a atuação dos produtores culturais”, da Universidade Federal da Bahia. Temos ainda trabalhos que versam sobre cultura e educação de um modo mais amplo – “Museus e comunidade: comunicação e educação” e “Diálogos interculturais: a educação escolar indígena e as tradições Guarani Mbya”.

A partir de 2007 teve início a Coleção CULT, na qual já foram publicados 15 títulos que discorrem sobre a cultura e têm sido utilizados enquanto bibliografia em diversos cursos que são realizados no Brasil. Mais um reforço no papel formador do Enecult, que realiza o lançamento dos números da Coleção principalmente durante o evento. Todos os livros além de terem a sua versão impressa, através da Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), estão disponíveis em versão eletrônica no repositório institucional desta universidade.

Na quarta edição do evento, realizada em 2008<sup>6</sup>, são inseridos na chamada de trabalhos os eixos temáticos, desse modo o participante já indica qual a área temática que melhor dialoga com o seu trabalho. Ainda não é criada uma área específica para tratar da formação, mas temos a apresentação de vários trabalhos sobre formação em áreas como Cultura e Identidade (“Mediador Cultural: o movimento Hip Hop e a formação para a cidadania”), Políticas Culturais (“Uma reflexão sobre as políticas públicas e a questão da formação na área cultural”), Cultura

e Desenvolvimento (“O desenvolvimento do cinema: algumas considerações sobre o papel dos cineclubes para formação cultural”), Gestão e Produção Culturais (“Empreendedor Cultural: perfil e formação profissional”).

Tivemos ainda uma mesa-coordenada, fato também inaugurado na quarta edição do evento, sobre “Diversidade Cultural e os desafios para a gestão”, que contou com dois trabalhos sobre formação: “Desafios para a formação de gestores da diversidade cultural” e “A gestão da cultura e a cultura da gestão: a importância da capacitação de administradores culturais”. Além disso, houve, pela primeira vez, uma mesa específica sobre o tema, intitulada “Formação em Organização da Cultura”, com a presença dos pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Cândido Mendes e a Fundação Getúlio Vargas, ambas do Rio de Janeiro. Essa mesa teve o apoio do Itaú Cultural na sua organização e foi importante para pautar as questões de formação no Enecult – a partir daí foi criado um eixo temático específico sobre formação.

Em 2009, na quinta edição do evento, tivemos uma programação especial com a parceria do Itaú Cultural que destacou a “Formação profissional e o trabalho dos músicos no Brasil”. Houve também a criação do eixo temático Formação em cultura, mas apenas dois trabalhos apresentados: “Produção teatral: da prática à teoria da sistematização de uma disciplina” e “Um estudo de caso sobre a mediação cultural”. A criação deste eixo leva em consideração a crescente importância que esse tema tem recebido nos encontros, mas tivemos poucos trabalhos inscritos, tendo em vista a falta de consolidação deste campo de reflexão.

Na sexta edição do evento, realizada em 2010, houve a junção de duas áreas temáticas, devido ao número reduzido de propostas inscritas em cada uma das áreas e à possibilidade de convergência, resultando no eixo temático Formação, Gestão e Produção Cultural, que:

Aceita trabalhos que tratam de temas relacionados ao campo da organização da cultura, tais como: a formação em gestão e políticas culturais; os fundamentos e as

singularidades da gestão na área da cultura; estudos de caso da gestão cultural estatal e de entidades da sociedade civil; e estudos de caso sobre as conformações da produção cultural e seus momentos constitutivos.<sup>7</sup>

Dentre os trabalhos apresentados estão “Avaliação da área de formação em organização da cultura no MinC (2003-2010): apenas ações ou uma política estruturada?” e “Avaliação da formação em produção cultural na Facom-UFBA (1999-2008)”.

Na sétima edição do Enecult, o eixo Formação, gestão e produção cultural teve oito trabalhos, quatro dos quais abordavam a formação, seja tematizando o “Mapeamento da formação em organização da cultura”, projeto realizado pelo Ministério da Cultura em parceria com a UFBA, seja refletindo sobre formação de produtores culturais, tanto no que se refere à crescente necessidade de profissionalização (“Profissionalismo, profissionalização e a formação em produção cultural”), quanto ao papel da universidade neste setor (“Educar para produção cultural é papel da universidade em Alagoas”). O artigo “Periferias em cena no IFRJ! Quando um curso de agentes culturais populares entra na escola técnica”, escrito a dez mãos por professores e pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), descrevem e analisam a experiência do Instituto Federal do Rio de Janeiro ao inserir um curso de agentes culturais no seu currículo. No eixo temático Culturas Digitais, o artigo de professora da Faculdade Dois de Julho aborda “A criatividade na formação do aluno trabalhador: relatos de experiências no ensino superior em Salvador-BA”.

A formação teve destaque na edição seguinte do Enecult (2011): dos 14 trabalhos apresentados no eixo temático Formação, gestão e produção cultural, seis trataram da formação com ênfase na produção cultural, tanto em cursos de graduação e pós-graduação (“Currículos e práticas pedagógicas: a formação dos profissionais de Organização da Cultura ” e “As motivações na Escolha da Formação Profissional dos

Alunos do CST em Produção Cultural do IFRJ”), quanto nas políticas formativas propostas ou estimuladas pelos governos estaduais (“A formação do produtor cultural em Pernambuco”). A experiência do Pará na formação de grupos artísticos foi tematizada no artigo “Proluamim – Projeto Profissionalizante Luamim e os Grupos Artísticos dos Bairros Guamá e Terra Firme em Belém /PA”. No eixo Cultura e Arte, o artigo “Profissionais de dança: ensino formal e ensino informal” reflete sobre a relação entre o ensino e a inserção do profissional no mercado de trabalho. “A formação profissional em produção cultural e sua implicação na economia da cultura”, escrito por professores e alunos do curso de Produção Cultural do Instituto Federal do Rio Grande do Norte e apresentado no eixo Cultura e Desenvolvimento, aborda a formação do produtor cultural e suas decorrências para a economia da cultura.

Em 2013, dois artigos do eixo temático “Formação, gestão e produção cultural” refletiam sobre a necessidade de descentralização das ações formativas em Pernambuco (“A formação de gestores culturais em Pernambuco: uma proposta de descentralização” e “A formação artístico-cultural no Festival Pernambuco Nação Cultural como instrumento de política pública: um estudo de caso”); dois outros sobre a capacitação de gestores no contexto de implementação do Sistema Nacional de Cultura (“Capacitação de gestores culturais no Brasil: reflexões sobre a experiência do Programa de Capacitação em Projetos Culturais 2009-2012” e “O Curso-Piloto de Formação de Gestores Culturais: a experiência do Sistema Nacional de Cultura”). A relação entre criação e produção e suas implicações para a formação em teatro são temas dos trabalhos “Os desafios de gestão e criação como mecanismos de formação e capacitação dos artistas de coletivos teatrais” e “Entre a criação e a produção: que teatro ensinar?”. No eixo Cultura e Música, “O canto coral e a performance vocal: contribuições para a formação pedagógica musical” traz uma reflexão sobre a licenciatura em música e suas relações com a formação musical no ensino básico.

### *Considerações finais*

Mesmo com a experiência de criação dos primeiros cursos universitários de arte nos anos 1950, a formação em cultura é ainda hoje um tema que ainda carece de debates e pesquisas amplos e abrangentes.

Os avanços recentes nos estudos sobre políticas culturais fortaleceram uma visão sistêmica do campo, que pressupõe uma atuação na cultura ou em um determinado setor dela, como um todo. Rubim (2007, p. 153) refere-se a “um complexo conjunto de momentos que se complementam e dinamizam a vida cultural” e chama a atenção para eles importantes (para além da produção, fruição e preservação do patrimônio), que são usualmente esquecidos, como a reflexão e a pesquisa, bem como a organização, legislação e gestão da cultura.

As modificações na agenda político-cultural brasileira desde o ministério de Gilberto Gil repercutiram em estados e municípios das diversas regiões do país, ampliando a demanda por formação. (CORTES; BEZERRA, 2014)

Dentre os trabalhos apresentados, tivemos relatos de experiências e reflexões sobre currículos para a formação de nível superior na área, com participantes da UFAL, UFBA, IFRJ, UFPE, Faculdade 2 de Julho, Universidade Cândido Mendes, entre outras, além de gestores de diversos estados brasileiros etc. Percebe-se uma ênfase na área da organização da cultura, com reflexões sobre cursos na área de produção cultural e em relação à gestão cultural – fato que tem uma relação direta com a política delineada no SNC. Mas, observa-se também o interesse em debater e analisar a formação nas artes: teatro, dança, música, o que espelha a complexificação da atuação profissional de professores, artistas, gestores e produtores culturais na contemporaneidade, conforme apontado no início deste artigo.

Durante esses anos de encontros realizados na cidade de Salvador tivemos a apresentação e o debate de diversos trabalhos na área de formação. Estes trabalhos, oriundos de diversos estados da federação, refletem o interesse e a necessidade de se reverter os dados revelados

pelo Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasil, que apresenta uma concentração de experiências de formação no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Reconhecer e pautar o debate sobre formação foi um resultado importante nestes dez anos de Encult.

## Notas

- 1 Instituído através da Lei nº 12.343/2010.
- 2 A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 34/2012) que institui o Sistema Nacional de Cultura foi aprovada pela Câmara dos Deputados em maio de 2012 e, em 29 de agosto do corrente ano, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, podendo, então, ir para votação no Plenário.
- 3 Isso vale também para o âmbito estadual. Na Bahia, por exemplo, a própria criação de uma secretaria exclusiva para a cultura em 2007 e, mais ainda, o início da descentralização das políticas de cultura, vem exigindo uma maior profissionalização do setor. Até então, a Secretaria de Cultura e Turismo tinha uma atuação muito débil fora da capital; no momento em que se começa a trabalhar para levar as políticas de cultura a todos os 417 municípios baianos, aumenta (e muito) a necessidade de pessoal qualificado tanto em Salvador, quanto no interior do estado.
- 4 “META 12 - 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural [...]; META 13 - 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada [...]; META 14 - 100 mil escolas públicas de educação básica desenvolvendo permanentemente atividades de Arte e Cultura [...]; META 15 - Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas. [...]; META 16 - Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas [...]; META 17 - 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC). [...]; META 18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura [...]; META 19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.” Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2012/09/Relacao-metas-PNC-eixos-CNC-completo.pdf>>. Acesso em: mai. 2014.
- 5 Disponível em: <[http://www.organizacaocultural.ufba.br/mapeamento\\_da\\_formacao.pdf](http://www.organizacaocultural.ufba.br/mapeamento_da_formacao.pdf)>. Acesso em: fev. 2012.
- 6 Artigos disponíveis em: <[http://www.cult.ufba.br/biblioteca\\_encult\\_2008\\_at.html](http://www.cult.ufba.br/biblioteca_encult_2008_at.html)>. Acesso em: maio de 2014.
- 7 Disponível em: <<http://www.vienecult.ufba.br/>>. Acesso em: maio 2014.



## Referências

- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *As profissões do futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012*. Acrescenta o Art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura.
- BRASIL. *Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010*. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.
- BRASIL; Ministério da Cultura. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: MinC, 2012.
- BRASIL; Ministério da Cultura. *Sistema Nacional de Cultura*. Documento básico. Brasília: MinC, 2010.
- BRASIL; Ministério da Cultura. *Propostas prioritárias*. Brasília: MinC, 2010. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2010/03/Propostas-32-finais.pdf>>. Acesso em: mar. 2010.
- BRASIL; Ministério da Cultura. *Resultado da Plenária Final da III CNC*. Brasília: MinC, 2013. Disponível em: <[http://cncvirtual.culturadigital.br/wp-content/uploads/sites/6/2013/12/Propostas\\_Aprovadas\\_III-CNC.pdf](http://cncvirtual.culturadigital.br/wp-content/uploads/sites/6/2013/12/Propostas_Aprovadas_III-CNC.pdf)>. Acesso em: fev. 2014.
- CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: pesquisa e formação*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.
- COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção Cult)
- CÔRTEZ, Clélia; BEZERRA, Laura. *A formação como desafio coletivo nas políticas de cultura da Bahia e do Brasil*. Trabalho apresentado no Primer Congreso Latinoamericano de Gestión Cultural, realizado em Santiago de Chile, 23 al 27 de abril de 2014.
- CUNHA, Maria Helena. *Gestão cultural: profissão em formação*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.

LEITÃO, Cláudia de Sousa (Org.). *Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares (Coleção Cult)*. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; COSTA, Leonardo. Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasil. Relatório Final. MinC: 2009. Disponível em <[http://www.organizacaoocultural.ufba.br/mapeamento\\_da\\_formacao.pdf](http://www.organizacaoocultural.ufba.br/mapeamento_da_formacao.pdf)>. Acesso em: fev. 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. (Coleção Cult).

RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (Org.). *Estudos da festa*. Salvador: EDUFBA, 2012. (Coleção Cult).

REISS, Alvin H. *The Arts Management Reader*. New York: Marcel Dekker, 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de universidade à universidade de ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 27/28, jun.1989.

YODA, Carlos Gustavo. *Sistema Nacional de Cultura deve ser aprovado ainda em 2009*. *Cultura e Mercado*. 28 de julho de 2009. Disponível em <<http://www.culturaemercado.com.br/post/sistema-nacional-de-cultura-deve-ser-aprovado-ainda-em-2009/>>. Acesso em: jul. 2009.

ZABALZA, Miguel A. *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.





# IV ENEACULT

## IV ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

28 - 29 - 30 DE MAIO DE 2008

REITORIA - FACOM - UFBA

SALVADOR - BAHIA - BRASIL

[www.enecult.ufba.br](http://www.enecult.ufba.br) [cult@ufba.br](mailto:cult@ufba.br)

Tels: (71) 3283 6198 / 3283 6203



Realização:



Patrocínio:

Apoio:

Produção:



# Estudos da Cultura na América Latina e o Enecult

*Renata Rocha\**

*Contextos sociais e questões norteadoras*  
Jésus Martín-Barbero (2010), no texto “Notas para hacer memória de la investigación cultural en Latinoamérica”, oferece algumas pistas para a elaboração de uma memória da investigação cultural na América Latina. Neste sentido, o autor propõe sua secção em três períodos-chave do século XX, nomeados como: os cimentos, os processos e as práticas. Em cada uma destas etapas, são apontados os principais autores e seus aportes para a construção do pensamento contemporâneo. Buscaremos resumi-los a seguir.

No período concebido como o “*tiempo de los cimientos*”, que vai da década de 1930 a 1950, três

\* Doutoranda do Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. E-mail: renataprocha@gmail.com.

autores são apontados como decisivos: o crítico literário mexicano Alfonso Reyes, primeiro a estabelecer as relações entre as transformações das identidades e as mudanças nas oralidades, das línguas e escrituras; o antropólogo e historiador cubano Fernando Ortiz, cujos estudos pioneiros sobre a sedimentação dos modos do sentir, em especial no livro *El contraputeo cubano del tabaco y del azúcar*, propõem o imbricamento entre a economia e a cultura; e, por fim, o peruano José Carlos Mariátegui ao questionar, não de forma folclórica, mas sociopolítica, sobre os mitos comuns e suas contradições fundantes que conformam a indoamérica.

Por sua vez, o “*tiempo de los procesos*”, que vai das décadas de 1950 a 1970, também se conforma por uma tríade. Segundo Martín-Barbero, destacam-se, nesta etapa: o pensamento do historiador argentino José Luis Romero que traça uma rota para a investigação cultural, por meio de uma tipologia histórica das cidades, estabelecendo relações de fundo entre a política, a cultura e a economia; o movimento intelectual e político impulsionado pelo educador brasileiro Paulo Freire ao demonstrar a face sociocultural da teoria econômica da dependência<sup>1</sup> e inserir o processo de educação em uma perspectiva emancipatória da comunicação; os aportes fornecidos pelo crítico literário uruguaio Ángel Rama: a história da cidade letrada, ao demonstrar na sociedade colonial os modos de configuração do letramento como mecanismo de poder e as estratégias de resistência da oralidade plebeia e majoritária, e a reelaboração do termo “transculturação”, inicialmente adotado por Fernando Ortiz, cuja revisão visa a compreender a “[...] totalidade criadora da cultura literária hispano-americana desde a descontínua realidade de seus processos”.<sup>2</sup> (MARTÍN-BARBERO, 2010, p. 137, tradução nossa)

Por fim, o autor refere-se ao “*tiempo de las prácticas*”, os últimos vinte anos do século XX. É interessante para o trabalho ora desenvolvido, perceber que Martín-Barbero (2010) ressalta como marcos decisivos a realização de dois eventos acadêmicos: uma reunião organizada pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), em

Buenos Aires, em 1983; e um segundo encontro convocado por Néstor García Canclini e Frederic Jameson, no ano de 1993, na Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, na Cidade do México.

Em profunda relação com a conjuntura existente nos anos 1980, a chamada “década perdida”, no primeiro encontro, tomam relevo o pensamento de autores como Carlos Altamirano, Oscar Landi e Néstor García Canclini.

O que vemos começar a obter destaque são as práticas culturais imersas em mundos de vida diferentes – religiosos, estéticos, de consumo etc. – e atravessadas por dimensões que remetem a situações e cenários econômicos, políticos e, sociais, cujo estudo mobiliza saberes e métodos de muitas disciplinas e linguagens expositivas muito diferentes também (tradução da autora).<sup>3</sup> (MARTIN-BARBERO, 2010, p. 139, tradução nossa)

Já o segundo encontro permitiu o contato e relação com o vasto campo temático dos Estudos Culturais nos Estados Unidos da América, proporcionando, de um lado, novas perspectivas para as investigações que partem das relações entre gênero e poder e, por outro, contribuindo para a capacidade de pensar as diferenças culturais de maneira conjunta – atualmente com base em conceitos como diversidade e interculturalidade, e a desigualdade social. Neste processo, a cultura adquire um papel decisivo nas reflexões e projetos que abordam o desenvolvimento social e a participação cidadã.

### *América Latina: estudos culturais ou estudos sobre a cultura?*

Ainda durante este último período, são iniciados os debates acerca das relações entre a investigação cultural latino-americana e os Estudos Culturais. (MARTÍN-BARBERO, 2010) Desde então, diversos autores da região partem da premissa da existência de uma corrente de Estudos



Culturais latino-americanos, seja como ponto de partida para a análise, a exemplo de Nelly Richard (2010), Ana Carolina Ecosteguy (2001) e Renato Ortiz (2004), seja para a desconstrução desta perspectiva em torno da trajetória dos estudos sobre a cultura na América Latina, conforme textos de Néstor García Canclini (2010), Jesus Martín-Barbero (2010), Eduardo Nivón Bolán (2012) e Daniel Mato (2002). Os principais referenciais dos Estudos Culturais latino-americanos, segundo os autores citados, seriam o filósofo e estudioso da comunicação colombiano Jesus Martín-Barbero e o antropólogo argentino Néstor García Canclini, além de teóricos como Beatriz Sarlo, Catherine Walsh, George Yúdice, Renato Ortiz, dentre outros.

Nesse sentido, García Canclini (2010) reforça a existência de uma “dúvida crônica” sobre o que são os Estudos Culturais. Segundo este autor, há cerca de vinte anos, não havia respostas categóricas nem um ordenamento internacional das investigações que se encontravam sob este guarda-chuva. Além disso, existiam trabalhos fundacionais oriundos do Reino Unido, cujo marco é a Escola de Birmingham; da América Latina, mesmo que poucos desta região se identifiquem com este campo; bem como algumas linhas desenvolvidas dos Estados Unidos da América, Europa e Ásia, com ênfases muitas vezes incompatíveis: relacionadas a países centrais ou periféricos, subalternistas, pós-coloniais ou decoloniais<sup>4</sup>, e de gênero.

Apesar desta dispersão e diversidade, são apontados como aspectos constitutivos deste projeto: a politicidade da cultura com base no conceito gramsciano de hegemonia<sup>5</sup>; a ascensão a objeto de investigação científica ou de reflexão cultural por numerosos “objetos menores”; a transdisciplinaridade como ponto de partida ou como meta a ser perseguida pelos projetos de estudo. (GRIMSON, CAGGIANO, 2010)

Mesmo assim, presume-se que se existe algo denominado estudos culturais latino-americanos, estes, ou melhor, seus praticantes, não parecem dispostos a submergir sua identidade nesse amplo movimento, essencialmente, anglo-americano.

Daí a necessidade de compreender essa relação entre uns e outros como ‘de tradução’: ou seja, a análise latino-americana pode ser lida tanto como um exemplo da perspectiva dos estudos culturais quanto como uma exemplificação que retém tudo que é distintivo a seu respeito. [...] a ideia de tradução, utilizada aqui, não endossa o princípio de existência de um original – no caso, a proposta dos estudos culturais britânicos – e sua tradução, entendida como mera aplicação de tal proposta em outros territórios. (ECOSTEGUY, 2001, p. 18-19)

Em contraponto a essa perspectiva, Martín-Barbeiro questiona o rótulo do que se convencionou chamar Estudos Culturais latino-americanos. Para este autor, “[...] na América Latina fazíamos Estudos Culturais muito antes de que outras pessoas lhes etiquetassem”.<sup>6</sup> (2010, p. 133, tradução nossa) É inegável, porém, a grande influência dos Estudos Culturais para o estabelecimento e difusão de um marco teórico contemporâneo sobre a cultura na região.

Já Daniel Mato (2002) reivindica que ao “aportar” na América Latina, os estudos culturais se deparam já com um amplo percurso no campo de práticas intelectuais transdisciplinares e críticas, centradas nas relações entre cultura e poder. Sob tal perspectiva, a importação dessa denominação, e do academicismo que a acompanha, desconsidera a importância das contribuições do que o autor denomina como “*marcas genealógicas del campo*” (p. 34), ao citar autores como Simón Rodríguez, José Martí, Fernando Ortíz, José Carlos Mariátegui, José María Arguedas ou os aportes mais recentes de intelectuais como Paulo Freire, Anibal Quijano, Orlando Fals Borda ou de artistas e movimentos culturais, a exemplo de Augusto Boal e Olodum, dos movimentos intelectuais indígenas, afro-latino-americanos, feministas, de direitos humanos, artistas etc.

Para este trabalho, a retomada de tal debate toma relevo, haja vista a relevância e presença dos Estudos Culturais para a trajetória recente da “*prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*”, conforme nomeia Daniel Mato (2002). Em que pese à necessidade de considerar seus

aportes, optamos, porém, em diferenciá-los dos estudos culturais, em consonância com o antropólogo mexicano Eduardo Nivón Bolán ao efetuar o que chama de uma excursão pelos estudos da cultura na América Latina, “*que como hemos visto son un campo específico acotado temporal e institucionalmente*”<sup>7</sup> (2012, p. 62). Apoiados nesta perspectiva, situamos o surgimento dos Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) em 2005, no contexto latino-americano.

#### *Antecedentes e contexto de surgimento do Enecult*

A trajetória do Enecult, em estreita relação com as entidades responsáveis por sua realização, é alvo de um texto específico desta coletânea. No entanto, se faz necessário retomar alguns momentos-chave desta trajetória, a fim de reconstruir, especificamente, os caminhos que levam este evento a se constituir como um consistente espaço de cooperação e intercâmbio entre os estudos sobre a cultura na América Latina.

O Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), criado em 2003, tem como principais objetivos: desenvolver estudos e pesquisas multidisciplinares em cultura, consolidando-se como referência para investigações nesta área; acompanhar criticamente os itinerários da cultura na Bahia, no Brasil e no mundo; fomentar o intercâmbio acadêmico entre instituições, redes e estudiosos, nacionais e estrangeiros, e promover atividades de extensão a fim de difundir suas pesquisas e refletir sobre estudos de cultura.

Visto que o desenvolvimento do intercâmbio acadêmico é uma das prioridades do CULT, logo na largada, é a organização de projetos como: o I Curso Internacional de Gestão Cultural (2004), coordenado pelos pesquisadores Albino Rubim (UFBA) e Rubens Bayardo (Universidades San Martín e de Buenos Aires), na Argentina, em setembro de 2004; a I e II Cátedras Andrés Bello (2004 e 2005), que integram cursos de extensão e pesquisa, promovidos pelo Convênio

Andrés Bello (CAB) em conjunto com o CULT, o Pós-Cultura e a UFBA, com o tema Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito iberoamericano; o IV Campus Euroamericano de Cooperação Cultural (2005), promovido pela OEI, pela Fundação Interarts e pela UFBA, evento com o propósito de analisar e debater as novas formas de cooperação em cultura. De caráter itinerante, oito edições do *campus* já foram realizadas em diversas cidades da Iberoamerica.

Em todas as iniciativas citadas, é possível identificar o interesse em promover a cooperação cultural e a integração entre pesquisadores e profissionais da área cultural dos países ibero-americanos por meio da qualificação de profissionais, da reflexão crítica sobre a temática e das trocas de experiências.

Também é nesse período, mais especificamente no mês de abril de 2005, que é realizado o I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (I Enecult), que apresenta como objetivo primeiro reunir pesquisadores dedicados aos estudos da cultura, provenientes das mais diferentes áreas disciplinares interessadas no tema. O evento propõe, ainda, difundir e debater estudos desenvolvidos no campo da cultura; constituir redes de cooperação e de intercâmbio de estudos, bibliografias, pesquisas e pesquisadores; contribuir para a ampliação de recursos humanos em cultura; fomentar e viabilizar trabalhos conjuntos; e, por fim, consolidar um fórum permanente de debates políticos e acadêmicos em cultura (CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2004). Com sua consecução, o CULT realiza, pela primeira vez no Brasil, um encontro multidisciplinar voltado exclusivamente à temática da cultura.

Embora o fomento ao intercâmbio e a criação de redes de cooperação acadêmica não seja seu objetivo principal, o Enecult revela-se a experiência do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, dentre todas, que logra fazê-lo de forma singular. Ademais de sua excepcional conservação e constância, verifica-se, no Encontro – que atualmente

configura-se como o maior evento de estudos em cultura realizado no país<sup>8</sup> – a participação de pesquisadores de áreas, instituições e nacionalidades diversas. Neste sentido, nos ateremos à análise de suas nove edições anuais consecutivas em suas relações com a América Latina.

*O Enecult como espaço cultural latino-americano*

O contexto de proliferação dos estudos em cultura na primeira década do século XXI no Brasil, não resulta, inicialmente, na emergência de espaços públicos de discussão que reunissem os diferentes olhares dos estudiosos interessados em cultura. Constatada esta lacuna, a equipe do recém-criado Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura inicia o planejamento do I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. O projeto da primeira edição justifica que:

[o] desenvolvimento destes estudos exige, portanto, a configuração de espaços públicos de interlocução acadêmica que coloque em debate a variedade de pesquisas existentes nas mais diversas áreas, realize as sínteses necessárias, colabore na conformação de uma área disciplinar de estudos e *constitua os imprescindíveis acordos e redes de cooperação acadêmica para implementar pesquisas e atividades compartilhadas*, contribuindo assim para consolidar o conhecimento e, simultaneamente, um espaço acadêmico institucional que acolha privilegiadamente os estudos da cultura. (CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2004, p. 3-4, grifo nosso)

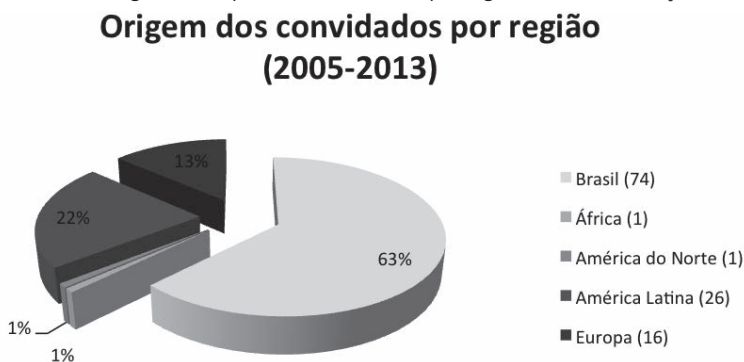
Embora não seja o objetivo central do evento – que prioriza a multidisciplinaridade nos estudos da cultura – se destacam entre seus propósitos: a constituição de “redes de cooperação e intercâmbio de estudos, bibliografias, estudos e pesquisadores” (CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2004, p. 6), bem como a identificação de pesquisadores em cultura “do Brasil e do exterior” (idem, *ibidem*). O cumprimento destes objetivos é evidenciado desde a primeira edição do evento, quando, dos sete expositores convidados, dois são oriundos de países da América Latina.

Gráfico 1: Expositores convidados por origem a cada edição do Enecult



Conforme se depreende do gráfico acima, ao longo de suas nove edições, participam do Enecult, como convidados, renomados teóricos da cultura de diversos países, com especial destaque para essa região. Em que pese à predominância de convidados nacionais, verifica-se a constância na participação de pesquisadores latino-americanos a cada edição do evento.

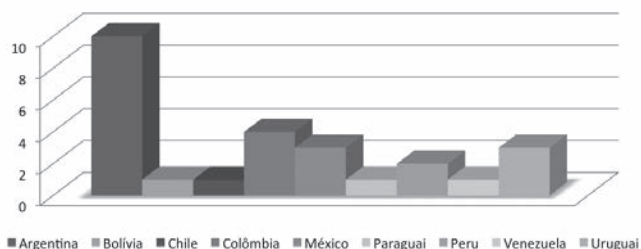
Gráfico 2: Origem dos expositores convidados por região em todas as edições



Já o gráfico acima demonstra que, afora o Brasil, a América Latina possui a maior incidência de estudiosos e pesquisadores no Enecult. De um total de 118 convidados, ao longo dos nove anos de evento, 22% pertencem aos países desta região. Interpretamos que a diversidade de origem dos convidados remete, ainda, ao interesse de diversificar os debates e contribuir para a explicitação de diferentes perspectivas.

Ademais, merece destaque a grande diversidade de origem dos convidados, especificada no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Convidados da América Latina por país  
**Origem dos convidados da América Latina por país  
 (2005-2013)**



Por fim, trazemos abaixo um quadro que explicita os convidados latino-americanos por edição, o tema abordado em sua participação no Enecult, bem como sua origem territorial.

Quadro 1: Convidados latino-americanos (tema abordado, identificação e origem) por edição

LATINO-AMERICANOS NA PROGRAMAÇÃO DOS ENECULTS			
EDIÇÃO	Temas: Mesas-redondas e palestras	Convidado	País
I ENECULT	Mesa: Situação Atual dos Estudos da Cultura	Alicia Entel	Argentina
		Pedro Querejazu	Colômbia
II ENECULT	Mesa: Cultura e Desenvolvimento	Armando Silva	Colômbia
		Rubens Bayardo	Argentina

III ENECULT	Mesa: Políticas para a diversidade cultural	Daniel González	Argentina
	Palestra: Estudos da cultura hoje	Daniel Mato	Venezuela
	Mesa: Economia da cultura & economia criativa	Octavio Getino	Argentina
	Palestra: Espaço cultural latino-americano	Manuel Garretón	Chile
	Mesa: Cultura e Urbanidades	Silvia Vetrale	Uruguai
IV ENECULT	Mesa: Políticas Culturais na Ibero-América	Carlos Altamirano	Argentina
		Eduardo Nivón Bolán	México
		Javier Protzel	Peru
	Mesa: Culturas Urbanas: Cidades e Periferias	Rubens Bayardo	Argentina
V ENECULT	Mesa: Estudos da Cultura	Ana Rosas Mantecón	México
		Marta Elena Bravo	Colômbia
	Palestra: Cultura, Comunicação, Contemporaneidade	Luis Albornoz	Argentina
VI ENECULT	Mesa: Configuração do espaço cultural latino-americano contemporaneo	Guillermo Mariaca	Bolívia
		Ana Wortman	Argentina
		Rocio Ortega	Paraguai
VII ENECULT	Palestra: As políticas culturais como políticas dos sentidos: imagens, leituras e cultura digital	German Rey	Colômbia
	Mesa: Cultura e política na América Latina	Victor Vich	Peru
		Gonzalo Carámbula	Uruguai
VIII ENECULT	Mesa: Cultura e Juventude	Eduardo Balán	Argentina
		José Manuel Valenzuela	México
IX ENECULT	Mesa: Interloções entre saberes e práticas: academia e grãos	Nestor Ganduglia	Uruguai
	Mesa: Cultura e infância: saberes e práticas	Elizabeth Burba	Argentina

Fonte: SOUZA, 2014, elaboração da autora.



A análise atenta do quadro exposto nos permite uma série de observações. Em um primeiro momento, faz-se necessário ressaltar a grande diversidade temática abordada pelos convidados. Ademais de um traço do evento, tal característica permite um mapeamento da produção intelectual latino-americana sobre a cultura nos mais diversos campos do conhecimento. Em seguida, salientamos a presença de teóricos e estudiosos renomados e de trajetória acadêmica consolidada, a exemplo do cientista social e professor da Universidad Central de Venezuela (UCV), Daniel Mato; do diretor de cinema e pesquisador em comunicação e cultura argentino Octavio Getino;<sup>9</sup> do cientista político e sociólogo chileno Manuel Garretón; do sociólogo argentino e professor da Universidad Nacional de Quilmes, Carlos Altamirano, do antropólogo e professor da Universidad Autónoma Metropolitana de México, Eduardo Nivón Bolán; do psicólogo colombiano e professor da Universidad Tecnológica de Bolívar, German Rey Beltrán; da jornalista e teórica da comunicação argentina, Alicia Entel, dentre outros.

Para além dos aspectos já mencionados, também cabe enfatizar a grande diversidade temática das palestras e mesas-redondas. É evidente a ênfase em abordagens transdisciplinares, centradas especialmente nas relações entre cultura, desenvolvimento, identidades, política e institucionalidade das teorizações e práticas culturais na região. Desta maneira, nos apropriamos da introdução do livro *En torno a los estudios culturales. Localidades, trayectorias y disputas* – escrita por Nelly Richard (2010, p. 12, tradução nossa), também responsável pela edição da obra – que ressalta a compreensão de seus autores de:

[...] ‘o cultural’ como uma zona de cruzamentos entre discurso, significação, identidades, poder, hegemonia, subjetividade e imaginários que permite a este livro fortalecer aberturas – acadêmicas e extra-acadêmicas – rumo a novos objetos e sujeitos em construção (muitos deles marginalizados pelas disciplinas tradicionais) que poderão reanimar transversalmente a discussão entre ciências sociais, artes e humanidades na América Latina.<sup>10</sup>

Neste sentido, consideramos especialmente relevante reforçar um forte aspecto das reflexões apresentadas ao evento, que mais do que identificadas com as práticas intelectuais latino-americanas referenciadas no início deste artigo, representam uma representativa amostra de seu atual contexto.

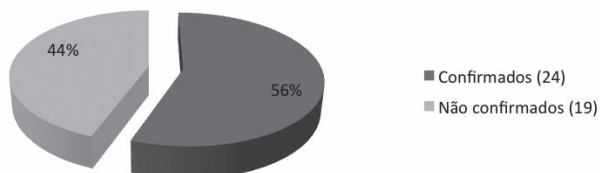
*Latino-americanos buscando un lugar en este  
Enecult*

A submissão de artigos e inscrição para participação de pesquisadores, professores e estudantes oriundos de outros países no Enecult para apresentação de trabalhos ocorre, pela primeira vez, em sua quarta edição, no ano de 2008. (RUBIM, 2008) Em parte, o interesse internacional pelo evento pode ser interpretado como um dos frutos dos objetivos iniciais do estabelecimento de redes de intercâmbio entre estudiosos e profissionais da cultura no âmbito, não apenas latino, mas ibero-americano. Verifica-se, ainda, a consolidação de um importante espaço de interlocução acadêmica, em uma perspectiva atual e integrada ao contexto e às perspectivas teóricas dos países pertencentes a esta macrorregião.

Antes de nos debruçarmos sobre os participantes internacionais no Enecult, cabe fazer uma ressalva. O levantamento dos dados relativos a esta temática nos arquivos do evento, tornou possível identificar um grande percentual de desistência: dos 43 inscritos de outros países entre os anos de 2008 e 2013, 44% não compareceram ao evento. Embora o dado mereça relevo para uma melhor compreensão do funcionamento do processo analisado, não se trata de uma surpresa, considerando que o custeio de passagem e hospedagem, em caso de submissão de trabalhos para apresentação em eventos científicos, fica a cargo do participante. Neste sentido, o insucesso na busca de financiamento para sua consecução junto às agências de fomento e programas de pós-graduação representa um claro entrave para garantir a presença destes participantes.

Gráfico 4: Participantes inscritos de outros países: confirmados versus não confirmados

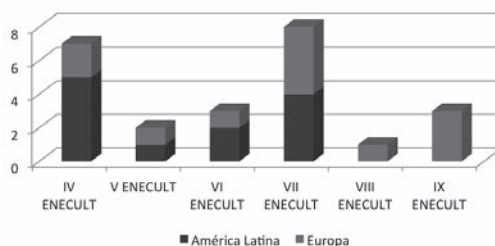
### Inscritos de outros países por confirmação (2008-2013)



Nos concentraremos, então, nos 24 participantes que compareceram ao evento para apresentação de trabalhos. Surpreendentemente, o número de participantes de países latino-americanos (Colômbia, Argentina, México e Chile) e europeus (Portugal, Espanha e Bélgica) é equânime, com doze participantes de cada continente. O gráfico abaixo demonstra a variação ao longo das edições.

Gráfico 5: Participantes confirmados por região nas diferentes edições

### Participantes confirmados por região a cada edição (2008-2013)



Dentre os fatores que podem contribuir para a variação entre as edições, podemos citar: a alternância das estratégias de comunicação e mobilização em cada uma das edições; as variações em torno da antecedência de divulgação prévia do calendário do evento; a disponibilidade de tempo hábil entre a seleção dos artigos e a aprovação de financiamento pelas agências/programas de pós-graduação, a influência pela participação de professores e estudiosos internacionais ao evento etc.

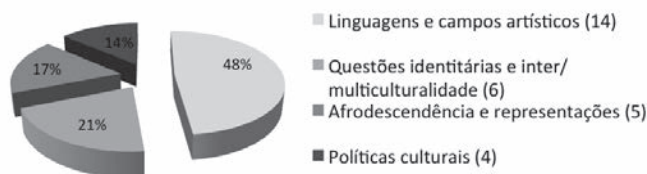
Para além da participação de estudiosos oriundos de países latino-americanos, afora o Brasil, nos Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, a partir da sétima edição do evento, em 2011, é criado o eixo temático Culturas e América Latina para a submissão de trabalhos.<sup>11</sup> Coordenado pelo professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos da UFBA e pesquisador do CULT, Carlos Bonfim, este eixo, conforme se depreende do site do evento,<sup>12</sup> possui como objetivo:

contribuir com os debates sobre as dinâmicas atuais das culturas nessa região. Contempla relatos de pesquisas e de experiências relacionadas ao espaço cultural latino-americano contemporâneo: perspectivas teóricas, indagações estéticas e políticas; agentes e agendas; processos de integração regional.

Uma breve apreciação dos artigos publicados nos anais do evento, disponibilizados digitalmente no site<sup>13</sup> do Enecult<sup>14</sup>, contabiliza, entre os anos de 2011 e 2013, 29 trabalhos com abordagens tematicamente diversificadas que privilegiam o espaço cultural latino-americano. As investigações refletem sobre a tensão, contextualização, prática e resistência no campo artístico (artes plásticas, música, literatura, cinema, vídeo etc.); discutem questões identitárias, multiculturalidade, interculturalidade e integração na região; abordam a afrodescendência e as representações, em especial, por meio das narrativas e memória; e abordam as políticas culturais sob os mais diversos vieses (comunicação, patrimônio, desenvolvimento, gestão etc.).

Gráfico 6: Artigos selecionados do eixo Culturas e América Latina por abordagem temática

### Abordagens temáticas do eixo Culturas e América Latina (2011-2013)



Merece destaque, por sua vez, o fato de que, dos trabalhos apresentados, apenas um é escrito por um autor com origem institucional externa ao Brasil.<sup>15</sup> Se por um lado, o dado revela a relevância que o tema vem adquirindo no país, por outro reforça a necessidade de uma maior divulgação internacional e de um aprofundamento das relações entre pesquisadores e estudiosos que trabalhem a temática da América Latina nos diversos países da região. Além disso, pudemos constatar que os participantes estrangeiros presentes ao encontro adotaram outros eixos temáticos para a apresentação de seus trabalhos.

### *Enecult e América Latina: Perspectivas e desafios*

Com base na análise acima realizada, torna-se evidente a consolidação – por meio da realização, em 2014, da décima edição anual consecutiva do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – de um “espaço de discussões contemporâneas sobre cultura, produzindo um grande referencial teórico, ajudando na formação e direcionando alunos e participantes e em busca de novas fontes de conhecimento” (SOUZA, 2014, p. 26), em especial no âmbito latino-americano.

Não é possível, no curto espaço e com as ferramentas disponíveis para a reflexão ora realizada, a real mensuração dos acercamentos teóricos, dos intercâmbios acadêmicos e das relações estabelecidas pelos estudiosos e estudantes dos países que englobam a região em consequência desses encontros. Neste sentido, a frequente e diversa participação de renomados convidados no evento, o interesse suscitado em pesquisadores de outros países e a criação de um eixo temático centrado nas culturas latino-americanas oferecem importantes pistas para este reconhecimento.

Também merece ser evidenciada a aproximação e a interlocução entre os temas e abordagens emergentes no contexto teórico e institucional, bem como das práticas culturais na América Latina e o Enecult. Conforme já demonstrado, o evento congrega, ao longo dos anos, uma amostra

bastante significativa e atual do pensamento desta região, seja por meio das questões abordadas, seja pela representatividade dos teóricos convidados.

Por fim, e à guisa de conclusão, explicitamos o que acreditamos ser um grande desafio e um proeminente desejo para os próximos Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Em consonância com o que propõe García Canclini (2002, p. 106), em seu famoso ensaio *Latinoamericanos buscando un lugar en este siglo*, ao afirmar que “[...] explorar a potencialidade conjunta de nossas práticas culturais pode nos ajudar a imaginar outro modo de nos globalizarmos”.<sup>16</sup> Acreditamos que o Enecult deve se voltar para estudantes e estudiosos da América Latina como público-alvo prioritário do evento, para além dos convites a palestrantes e expositores. De todos os aspectos analisados, a internacionalização da participação, dentre os inscritos, revela-se como área potencial de crescimento e especialmente relevante para a ampliação da cooperação institucional, intercâmbio teórico e interlocução de práticas no âmbito da cultura.

### Notas

- 1 A Teoria da Dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Grosso modo, esta corrente teórica pressupõe que a reprodução do sistema de produção capitalista na periferia, cria e amplia diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, condicionando a economia de alguns países pelo desenvolvimento e expansão de outros. Martín-Barbero (2010) destaca, dentre seus principais representantes, teóricos como Teutônio dos Santos, Osvaldo Sunquel, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto.
- 2 “[...]totalidad creadora de la cultura literaria hispanoamericana desde la discontinua realidad de sus procesos”.
- 3 “Lo que vemos empezar a cobrar relieve son las prácticas culturales inmersas en mundos de vida diferentes – religiosos, estéticos, de consumo etc. – y atravesadas por dimensiones que remiten a situaciones y escenarios económicos, políticos, sociales cuyo estudio moviliza saberes y métodos de muchas disciplinas y lenguajes expositivos muy diferentes también.”
- 4 Catherine Walsh (2010) propõe a concepção e construção dos Estudos Culturais na América Latina como projeto político-intelectual, intercultural, intepistêmico e de orientação de-

-colonial. Em relação a esta última característica, o propósito é evidenciar os pensamentos, práticas e experiências que, tanto no passado como no presente, se esforçaram por desafiar a matriz colonial de poder e dominação.

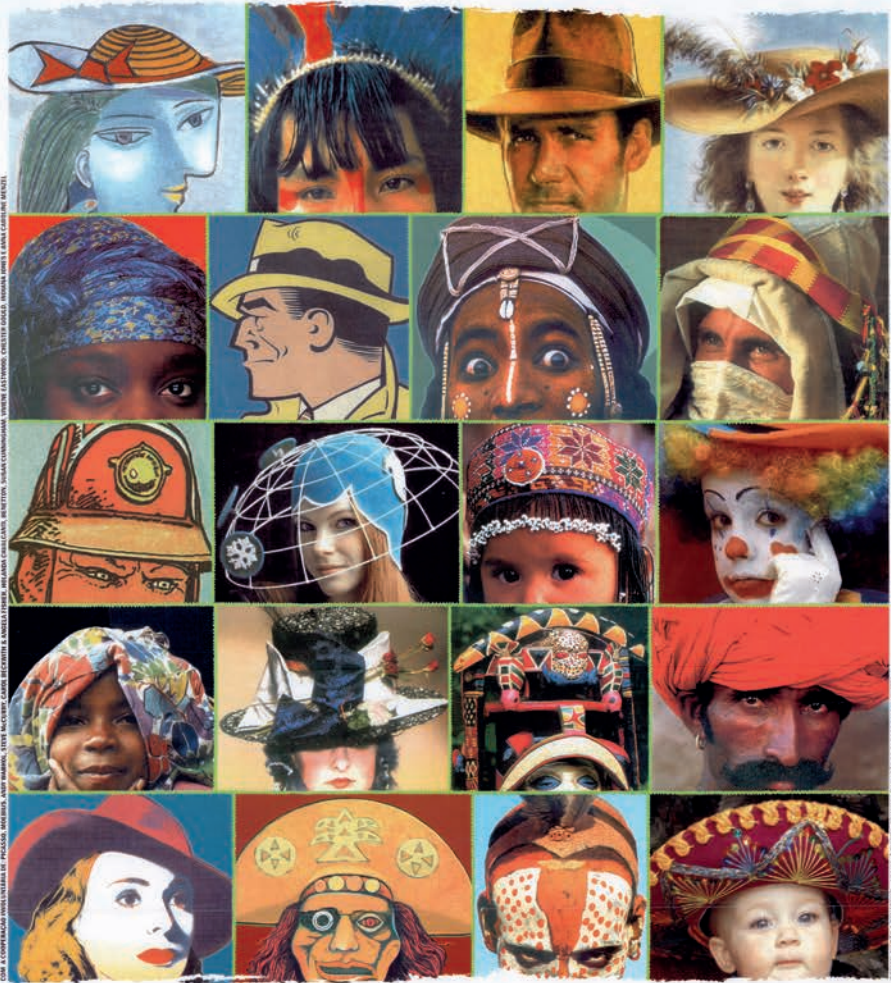
- 5 Esta concepção busca abranger, em um grau mais amplo, as relações variáveis de poder em uma determinada sociedade e a forma concreta como elas são vividas. Para tanto, Gramsci, no texto “A Formação dos Intelectuais”, estabelece dois níveis superestruturais: a “sociedade civil” – entendida como organismos privados – e a “sociedade política” ou “o Estado”. Ambos correspondem à função do consentimento voluntário, ou hegemonia, exercido pelo grupo dominante, enquanto o Estado (e o governo jurídico) se ocupa da dominação direta, ou seja, da coerção. (GRAMSCI, 1978)
- 6 “en América Latina hacíamos Estudios Culturales mucho antes de que otra gente les pusiera la etiqueta”.
- 7 “que como vimos são um campo específico delimitado temporal e institucionalmente” (tradução da autora).
- 8 No Brasil, apenas o recente Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, evento nacional de estudos em cultura, propõe a adoção de uma perspectiva multidisciplinar e ampliada da área, ademais do Enecult. A primeira edição daquele evento foi realizada em setembro de 2013 na cidade de São Paulo-SP, pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Com uma proposta bastante similar ao Enecult, o Encontro contou com cerca de 200 trabalhos selecionados. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2013) Para que se tenha ideia, a mais recente edição do Enecult contou com mais de 300. (SOUZA, 2014).
- 9 Falecido no ano de 2012.
- 10 [...] ‘lo cultural’ como una zona de atravesamientos entre discurso, significación, identidades, poder, hegemonía, subjetividad y imaginarios que permite a este libro fortalecer aperturas – académicas y extra-académicas – hacia nuevos objetos y sujetos en construcción (varios de ellos marginalizados por las disciplinas tradicionales) que podrán reanimar transversalmente la discusión entre ciencias sociales, artes y humanidades en América Latina.
- 11 Delmira Nunes de Souza (2014) esclarece que nas três primeiras edições do Enecult, os trabalhos eram submetidos sem especificação temática. Diante da ampliação do escopo do evento, a partir do IV Enecult, a comissão científica instituiu previamente os eixos temáticos, a fim de possibilitar a eleição, pelo proponente da área à qual seu artigo se relaciona. A ementa de cada eixo é definida e disponibilizada, com o intuito de agrupar os trabalhos em perspectivas correlatas, facilitando e estimulando o diálogo.
- 12 Conforme a página Eixos temáticos. Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- 13 Disponível em: <[http://www.cult.ufba.br/enecult/?page\\_id=583](http://www.cult.ufba.br/enecult/?page_id=583)>. Acesso em: 9 jun. 2014.
- 14 Disponível em: <[www.cult.ufba.br/enecult](http://www.cult.ufba.br/enecult)>
- 15 Trata-se de um artigo apresentado pela pesquisadora colombiana Martha Enna Rodríguez Melo, na sétima edição do evento. Disponível em: <[http://www.cult.ufba.br/wordpress/?page\\_id=998](http://www.cult.ufba.br/wordpress/?page_id=998)>. Acesso em: 9 jun. 2014.
- 16 “explorar la potencialidad conjunta de nuestras prácticas culturales puede ayudarnos a imaginar otro modo de globalizarnos.” (tradução nossa)

## Referências

- CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. *Projeto do I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.
- ECOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Estudios Culturales: ¿Un saber en estado de diccionario?* In: RICHARD, Nelly (Ed.). *En Torno a los Estudios Culturales. Localidades, trayectorias y disputas*. Santiago: Editorial Arcis, Clacso, 2010, p. 123-132.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRIMSON, Alejandro; CAGGIANO, Sergio. *Respuestas a un Cuestionario: posiciones y situaciones*. In: RICHARD, Nelly (Ed.). *En Torno a los Estudios Culturales. Localidades, trayectorias y disputas*. Santiago: Editorial Arcis, Clacso, 2010. p. 17-30.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Notas para hacer memória de la investigación cultural em Latinoamérica*. In: RICHARD, Nelly (Ed.). *En Torno a los Estudios Culturales. Localidades, trayectorias y disputas*. Santiago: Editorial Arcis, Clacso, 2010. p. 133-141.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Pre-textos conversaciones sobre la comunicación y sus contextos*. Cali: Universidad del Valle, 1996.
- MATO, Daniel. *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. In: MATO, Daniel. (Coord.), *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela 2002. p. 21-45.
- NIVÓN BOLÁN, Eduardo. *Cultura, Política y Globalización. Claves para el debate contemporáneo*. In: GIGLIA, Angela; SINGORELLI, Amalia (Coord.). *Nuevas Topografías de la cultura*. México DF: UNAM, 2012.p. 33-69.



- NIVÓN BOLÁN, Eduardo. Malestar en la cultura. Conflictos en la política cultural mexicana reciente. *Pensar Iberoamérica. Revista de Cultura*, n. 7, sept. – dec., 2004.
- ORTIZ, Renato. Estudos Culturais. *Tempo social*. São Paulo, v. 16, n. 1, jun. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702004000100007&lng=en&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100007&lng=en&nrn=iso). Acesso em: 6 jun. 2014.
- RICHARD, Nelly. *Introducción*. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *En Torno a los Estudios Culturales. Localidades, trayectorias y disputas*. Santiago: Editorial Arcis, Clacso, 2010.
- RUBIM, Albino. Cabe a todos nós fazer o diálogo. Entrevista concedida a Leonardo Brant. *Cultura e Mercado*. São Paulo, 8 ago. 2008. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/entrevistas/cabe-a-todos-nos-fazer-o-dialogo/>. Acesso em: 6 jun. 2014.
- SOUZA, Delmira Nunes de. *O ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e suas contribuições para os estudos no campo da cultura na Universidade Federal da Bahia*. Xxxxxf. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso de (Especialização em Gestão de Processos Universitários). – Escola de Administração, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Pesquisa em Cultura. (da redação) *Agência USP de Notícias*. São Paulo, 30 ago. 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=150237>. Acesso em: 9 jun. 2014.
- WALSH, Catherine. Estudios (Inter)culturales en clave de-colonial. *Tabula Rasa*. Colômbia, , p. 209-227, n. 12, jan. - jun. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39617422012>. Acesso em: 8 maio 2014.



# V ENECULT

**QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**

27 a 29 de maio de 2009 - Reitoria/Ufba (manhã) e Facom/Ufba (tarde)  
 Salvador, Bahia - Brasil - [www.enecult.ufba.br](http://www.enecult.ufba.br) [cult@ufba.br](mailto:cult@ufba.br) 55 71 32836198

Realização:



Parceria:



Patrocínio:



Apoio:



Produção:





## Coleção Cult: cultura, memória, política cultural

*Flávia Rosa\**

*Susane Barros\*\**

*Rodrigo Meirelles\*\*\**

### *Introdução*

Em 2007, iniciou-se a parceria entre a Editora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da UFBA para a publicação da Coleção Cult, projeto com aprovação do conselho editorial. Passados sete anos, a Coleção firmou-se e alcançou o mundo, graças, dentre outros aspectos, pela abordagem do tema, por trazer contribuições de pesquisadores de instituições variadas e por estar disponível, em acesso aberto, no repositório institucional da Universidade.

Buscando a ampliação do intercâmbio entre os estudos da cultura, a Coleção tem como objetivo

\* Professora associada I da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Ciência da Informação (2006, UFBA), doutora em Cultura e Sociedade (2011, UFBA) com bolsa sanduíche na Universidade do Minho, Portugal. Diretora da Editora da UFBA. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu). E-mail: flaviagr@ufba.br.

\*\* Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora editorial da Editora da UFBA.

\*\*\* Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Gestor do Repositório Institucional da UFBA.

estimular e sistematizar as reflexões produzidas sobre o campo da cultura em perspectiva multidisciplinar, a partir da produção de livros com exímia qualidade de conteúdo e forma e com a garantia de eficiente circulação. Para pensar esta Coleção, que sem dúvida tem participado da vida do CULT e do Enecult, necessário se faz realizar uma reflexão sobre cultura e memória, conceitos recorrentemente abordados nos títulos que a constitui.

### *Cultura e memória*

Falar do papel que a cultura desempenha no âmago da vida social significa usar o termo cultura de uma forma bastante ampla, qual seja: “conjunto das mediações simbólicas-normativas próprias de um dado contexto social” (CRESPI, 1997, p. 79), bem como o conjunto das representações, dos valores, das normas, dos modelos de comportamento, dos rituais e das práticas codificadas presentes em um determinado contexto. Como afirma Thompson (1997, p. 22), “[...] não podemos esquecer que cultura é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos num só feixe, pode, na verdade, confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas”. Continuando, este autor afirma ser necessário “desfazer o feixe e examinar com mais cuidado seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração”. Finaliza afirmando que é preciso levar em conta “o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho”.

O termo cultura já esteve vinculado ao conceito de *paideia*, ou seja, “[...] o indivíduo considerado ‘culto’ é aquele que, assimilando os conhecimentos e valores socialmente transmitidos, consegue traduzi-los em qualidades pessoais”. (CRESPI, 1997, p. 15) Foi desta forma que fizeram uso de “cultura”, os gregos e romanos antigos. A palavra cultura deriva do latim *colere*, que indicava, inicialmente, “cultivar a terra”. Mais tarde, o termo foi ampliado por Cícero e depois Santo Agostinho, para o “modo de cultivar o espírito”, alargando-se mais ainda, e incluindo

cultivar a língua, a arte, as letras e as ciências, ou seja, uma denotação inicial de um processo material que avança para as “questões do espírito”. (EAGLETON, 2005)

No século XVIII, com o advento do Iluminismo, considerou-se “cultura” como patrimônio coletivo dos conhecimentos e valores formativos de um povo, ao longo da história da humanidade, e da formação social. Esta seria uma concepção mais crítica. É nesse período que se certifica o conceito de “civilidade” ou “civilização”, indicando refinamento cultural dos costumes, em contraste aos povos considerados bárbaros ou não civilizados. Há certa ambiguidade nas palavras cultura/civilidade. A ideia de civilidade é fruto das transformações ocorridas no pensamento ocidental que, com o Iluminismo, passa a contrariar os conceitos teológicos, até então adotados. A aspiração do Iluminismo era eliminar preconceitos teológico-religiosos e retomar os aspectos da realidade e da vida humana esclarecida através da pura razão. Para Elias (1994, p. 23), o conceito de civilização “[...] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’”. Com esse termo, a sociedade ocidental busca descrever o que para ela tem caráter especial e é motivo de orgulho, como: o nível tecnológico, o desenvolvimento da sua cultura científica e a visão de mundo, dentre outros aspectos.

A partir da França, o termo civilização se espalha rapidamente pela Inglaterra – *civilization* – enquanto na Alemanha, o termo *kultur* assumiu o mesmo significado da *civilisation* francesa. Coincide com o período das Grandes Navegações e vai acentuar a percepção das diferenças das características culturais dos “[...] ditos *selvagens* relativamente às dos ocidentais”. (CRESPI, 1997, p. 16, grifo do autor)

Vários filósofos vão retomar as questões relativas à distinção entre “cultura” e “civilização”. Na segunda metade do século XIX e início do século XX, o desenvolvimento dos estudos históricos dos povos e suas culturas, da Antropologia Cultural e da Sociologia, contribuirão para o aprofundamento do fenômeno “cultura”, determinando, decisivamente,

a ampliação da consciência e a influência que as representações culturais exercem sobre o modo de sentir, pensar e agir dos seres humanos.

A cultura possui uma função de mediação simbólica. Sendo assim, as representações da realidade, a religião, a expressão artística, as técnicas, as narrativas mitológicas, a filosofia, o saber científico, os modelos de comportamento etc. constituem outras tantas formas que têm funções mediadoras nas relações do ser humano com o seu próprio Eu, com outros e com coisas. Os conjuntos simbólicos são manipulados pelos indivíduos para se transformarem em ação. A cultura compreendida ainda como um conjunto de formas de mediação simbólica presente em um determinado contexto social, ao mesmo tempo, assegura a continuidade com o passado, patrimônio da memória histórica e realidade expressiva em mudança permanente.

Nesse contexto, lida-se com as dicotomias das Ciências Sociais que, originária das tradições filosóficas, manteve traços conceituais desta origem, sobretudo as oposições tradicionais entre idealismo e materialismo, sujeito e objeto.

Para o homem, ao longo de sua história, assegurar a continuidade do passado, perpetuando hábitos, saberes, conhecimentos – traduzidos em cultura –, disseminando-o para as gerações seguintes, significou, por muitos séculos, um vínculo entre oralidade e memória.

Não é possível uma definição “fechada” de cultura, inclusive quando se agregam novas práticas sociais que hoje têm na internet a sua base de interação. É preciso, sim, esclarecer os seus aspectos, questionar, em seu conjunto, as formas culturais presentes em uma determinada sociedade, podendo ser considerada como um sistema coerente de significados, ou seja, uma realidade complexa, na qual interagem elementos heterogêneos de diferentes níveis. Amparado por uma diversidade que tem a ver com as várias formas de produção, circulação e apropriação dos sentidos que identificam pessoas e grupos sociais. Para Rey (2002, p. 97),

Além de conectar a multiplicidade de expressões da criatividade como saberes, valores, crenças ou estéticas, compreende marcas dos modos de vida, as práticas

simbólicas que determinam a cotidianidade de homens e mulheres, as memórias que articulam o passado e a tradição com o presente e as projeções de futuro.

A diversidade cultural, segundo Rubim (2009, p. 112), “deve ser imaginada como campo de forças, em continuada tensão, bem distinta do consenso quase harmônico inscrito nos documentos oficiais vigentes, internacionais e nacionais.” A universidade, marcada pela interdisciplinaridade, é o espaço possível para “entender” essa diversidade que não pode ser vista como “[...] mero acervo multicultural, [ela] deve interpelar as políticas culturais com suas tensões, contradições, dilemas, impasses, desvios: enfim, como tudo aquilo que é um desafio demasiadamente humano”, finaliza este autor.

No âmbito da universidade, é possível pensar o termo cultura como “[...] patrimônio acumulado e em permanente renovação e crescimento de criações materiais e espirituais, processos de criação e de criatividade de grupos sociais, artistas, intelectuais ou cientistas, e aparatos, indústrias e instituições que cristalizam esses processos”.<sup>1</sup> (GARRETON, 2003, p. 20, tradução nossa) Ao definir cultura na atualidade, Garreton destaca a capacidade de processar símbolos, particularidade da espécie humana, e que hoje foi convertida em um elemento de produção. A cultura passa a ser definida através do conhecimento que é a matéria-prima dessa produção. Aponta-se o conhecimento inventivo, que é a criatividade e a experimentação, dimensões criativas que não estão voltadas apenas para a arte e sim para todas as esferas da sociedade, no entender de Garreton, e, hoje, incorporando o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Não se pode deixar fora dessa reflexão as políticas culturais – tema central na Coleção Cult – que devem ser pensadas como um conjunto de intervenções por parte do Estado, das instituições civis e grupos comunitários, organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, bem como satisfazer as necessidades culturais de uma população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. (GARCÍA CANCLINI, 1987)



Segundo Garreton (2003), a política cultural envolve, dentre outros aspectos: o debate sobre o passado; as projeções que o país faz com relação ao futuro e também aos valores universais; as conexões entre política cultural, educacional, científica e tecnológica.

Além da temática central da Coleção tratada nesta seção, aborda-se a seguir os aspectos editoriais e gráfico-visuais, sobretudo projeto gráfico e tiragem, que tão bem a identificam e a tornaram referência.

### *Aspectos editoriais e gráfico-visuais*

Na área editorial, designa-se “coleção” o conjunto de obras de autores diversos, em forma de coletânea, ou não, que possuem um escopo comum e um projeto gráfico que identifica o conjunto. O projeto gráfico-editorial da Coleção Cult foi concebido pelo Estúdio Quimera, por Iansã Negrão com a colaboração de Inara Negrão, encomendada diretamente pelo CULT e entregue à Editora da UFBA (Edufba) para execução. Quando foi desenvolvido o projeto, havia dois títulos para serem publicados: *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*, organizado por Gisele Marchiori Nussbaumer e *Políticas Culturais no Brasil*, organizado por Antônio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho, que serviram de base para o desenvolvimento do projeto gráfico, detalhado no Quadro 1.

No número 16, *Cultura dos Sertões*, organizado por Alberto Freire, a Edufba procedeu a um ajuste no projeto gráfico em função de dois aspectos: maior economia de papel e solucionar a inclusão de notas longas, bastante usual nos textos da Coleção. A página de abertura permanece com os créditos dos autores na lateral, porém as notas se deslocam para o final do texto, antes das referências. Com isso, evita-se que os textos que não possuem notas, fiquem com a largura de margem lateral grande, e prejuízo àqueles que têm notas longas e, muitas vezes, no decorrer do processo editorial, sentia-se a necessidade de reduzir.

Quadro 1: Elementos definidos no projeto gráfico

ELEMENTOS	CARACTERIZAÇÃO
Formato final (fechado)	16 x 22,8 cm
Mancha gráfica	13 x 18,6 cm
Fonte do texto	DTL Documenta
Fonte das legendas	DTL Documenta Sans
Número de páginas	Variável para cada livro
Uso de cores	Capa em duas cores (preto na imagem e um cor definida a partir da escala Pantone) e miolo impresso em preto
Tipo de papel da capa	Cartão supremo 250 g/m <sup>2</sup>
Tipo de papel do miolo	Papel alcalino 75 g/m <sup>2</sup>
Tipo de impressão da capa	Offset
Tipo de impressão da miolo	Reprográfica (ondemand)
Tipo de acabamento	Hot-melt para encadernação do miolo e plastificação fosca para a capa

Fonte: elaboração do autor.

Com essas características, a Coleção é facilmente identificada pelo uso de cor marcante na faixa onde constam título e autoria, além de contemplar uma imagem em p&b relacionada ao tema abordado para cada número, com autorias diversas.

De 2007 a 2013, foram publicados 15 títulos na Coleção, sendo que dois deles, *Políticas culturais na Ibero-América* (3) e *Estudos da Cultura no Brasil e em Portugal* (4), contaram com pesquisadores estrangeiros da Argentina e de Portugal, respectivamente, na sua organização. Percebe-se também a presença de textos escritos em outros idiomas, perfeitamente aceitável considerando-se que isso contribui para a visibilidade da produção científica.

Anualmente, novos títulos são lançados oportunamente durante a realização do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), organizado pelo CULT com apoio da UFBA e de outras instituições. Este

ano, no momento em que este evento completa 10 anos, três novos títulos deverão ser lançados.

No que diz respeito à tiragem, 90% dos títulos publicados tiveram tiragem de 500 exemplares – quantidade adotada pela Eudfba para primeiras edições, uma vez que utiliza o sistema de impressão por demanda – e 10% tiveram a tiragem inicial de 1000 exemplares (caso específico em função de recursos recebidos para execução de tiragem em sistema de impressão *offset*). Ao longo do tempo, demonstrou-se que para alguns títulos a tiragem de 500 exemplares não foi suficiente para suprir a demanda e alguns títulos já estão em sua segunda tiragem (Quadro 2). O título que teve o maior número de exemplares comercializados – cerca de 2000 exemplares – foi *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*, organizado por Antônio Albino Canelas Rubim, Taiane Fernandes e Iuri Rubim.

Quadro 2: Títulos Coleção Cult – 2ª tiragem

TÍTULO/ANO DE PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA TIRAGEM	NÚMERO	ORGANIZADOR(A)(S)(ES)
Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares(2007)	1	Gisele Marchiori Nussbaumer
Políticas culturais no Brasil (2007)	2	Antônio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho
Políticas culturais na Ibero-América (2008)	3	Rubens Bayardo e Antônio Albino Canelas Rubim
Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura (2010)	8	Antônio Albino Canelas Rubim Taiane Fernandes Iuri Rubim

Fonte: elaboração do autor.

### *Disponibilização em acesso aberto*<sup>2</sup>

Em 9 de setembro de 2010, com a realização do Seminário sobre Repositório Institucional e Acesso Livre voltado para a comunidade da UFBA, sobretudo para os programas de pós-graduação, foi implantado

oficialmente o Repositório Institucional da UFBA.<sup>3</sup> Nessa ocasião, ele contava com duas comunidades ativas: a da Edufba, com 123 itens e a comunidade Memória, com 230 itens. Inserindo a Universidade no movimento de acesso aberto, que no início do século XXI levou as instituições de pesquisa e de ensino superior a reverem suas políticas de disseminação da produção científica, a implantação do repositório foi um marco para UFBA nesse sentido.

O Movimento de Acesso Aberto caracteriza-se como um movimento político apoiado no ideal de que pesquisas financiadas com recursos públicos devem ser disponibilizadas livremente para toda a sociedade. Para a concretização desse ideal, ele se utiliza de modelos tecnológicos de acesso aberto (MEIRELLES, 2009), que garantem o acesso livre e permanente a textos científicos, sem nenhum tipo de barreira, a todo e qualquer usuário da internet. Os modelos permitem a busca, a leitura, o *download*, a impressão, a cópia, a distribuição, a indexação ou ainda a construção de *links*, desde que sejam respeitados os direitos dos autores.

Harnad e colaboradores (2001)<sup>4</sup> idealizaram duas estratégias de ação, denominadas Via Dourada e Via Verde. A Via Dourada refere-se à produção e ampla disseminação de periódicos eletrônicos de acesso aberto na rede. Ao publicarem em periódicos de acesso aberto, os pesquisadores potencializam a comunicação científica, possibilitando a ampliação do diálogo com seus pares. Para isto foram criadas várias ferramentas para a produção de periódicos de acesso aberto, cuja implantação serve de comprovação da adesão ao movimento. Estas ferramentas, além de propiciar maior rapidez ao processo editorial, são desenvolvidas em *software* livre (*open source*) e, em grande parte, construídas de forma colaborativa, o que propicia a criação de fóruns de desenvolvedores e de usuários.

A Via Verde, por seu turno, trata da criação de repositórios institucionais (RI), tendo por objetivo principal a organização e disseminação da produção científica das instituições de pesquisa. Para isto, cada instituição deve orientar sua comunidade, conscientizando-a de seu papel para o sucesso do estabelecimento de uma política de comunicação de sua produção.

Os repositórios surgiram inicialmente como repositórios digitais temáticos, abrangendo apenas o conteúdo de uma determinada área do conhecimento. O *The Scholarly Journal Archive* (JSTOR) foi um dos primeiros, e destinava-se à preservação digital de periódicos científicos de algumas áreas específicas. Em seguida, a ideia evoluiu para que esses repositórios se agrupassem e ficassem sob a responsabilidade de uma instituição, voltados para a divulgação do conjunto de sua produção. Passaram, então, a ser denominados Repositórios Institucionais (RI).

O desenvolvimento relativamente recente dos RIs permite ainda distintas definições. Clifford Lynch (2003, p. 2, tradução nossa), diretor da União para Informação em Rede, define RI como:

Um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais, criados pela instituição e membros da sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a gestão desses conteúdos digitais, inclusive preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição.<sup>5</sup>

Para Mark Ware (2004), um RI é um banco de dados baseado em um repositório de material acadêmico, que é decidido institucionalmente, diferentemente do repositório temático; o RI é uma coleção de registro cumulativa e contínua; aberto e interoperável, usando, por exemplo, o *software* OAI e, desse modo, coleta, estoca e dissemina, tornando-se parte do processo de comunicação científica. Além disso, tem como função-chave a preservação, em longo prazo, de materiais digitais.

A definição de uma política de acesso aberto para a UFBA demandou inicialmente um levantamento sobre o posicionamento de pesquisadores da instituição e membros das instâncias superiores responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Câmara do mesmo nome), bem como de membros do conselho editorial da Editora da Universidade, a respeito do movimento

de acesso livre à informação científica. O primeiro passo para a elaboração da política foi, portanto, aplicar questionários com esses atores.

Os resultados aferidos mostraram que existiam divergências sobre o acesso livre à informação científica, entre as instâncias da universidade responsáveis pela pesquisa e ensino de pós-graduação, e também entre os pesquisadores. A metade destes pesquisadores, aferidos por meio de suas práticas de publicação de resultados de pesquisa, mostrava-se favorável ao acesso aberto, enquanto os membros das instâncias superiores e do conselho editorial da Edufba, demonstrava pouca informação a respeito, bastante reticentes e descrentes, ainda que alguns tivessem apontado os benefícios desse mecanismo. Desse modo, ficou patente a necessidade de se construir um modelo sólido de repositório, que pudesse angariar rapidamente a confiança e, conseqüentemente, a adesão da comunidade docente da UFBA.

#### *Implantação do RI da ufba*

O passo seguinte para a definição da política foi, portanto, conhecer experiências de outras universidades: Como venceram os obstáculos? Que ações desenvolveram? Que resultados obtiveram? Considerando que a dinamização, consolidação e crescimento dos RIs é um processo complexo, definiu-se que seria importante conhecer o perfil e as práticas dos atores – coordenadores das comunidades, os depositantes e os usuários finais – envolvidos em uma experiência de sucessos.

Levantamentos e buscas na internet conduziram os pesquisadores à Universidade do Minho (UMinho), sediada em Braga, Portugal, criadora e mantenedora do RepositóriUM, para servir de inspiração e norteadora do projeto do RI da UFBA. Uma pesquisadora<sup>6</sup> fez estágio *sandwich* naquela universidade portuguesa, onde analisou exaustivamente os documentos da política de acesso aberto daquela universidade e o funcionamento do seu RI, além de realizar observações e entrevistas com seus idealizadores e operadores. Procedeu-se, em seguida, ao

planejamento da implantação do RI da UFBA, aí incluídos os aspectos legais, institucionais e tecnológicos.

A definição das etapas de implantação, que compreendeu a instalação do *kit* tecnológico, foi pontuada pela superação de várias barreiras. Inicialmente, como os técnicos do Centro de Processamento de Dados (CPD) não dominavam o *software* adotado para a implantação do RI, foi necessário fazer um intercâmbio de técnicos com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Universidade de Brasília (UnB).

Criou-se, para dar andamento ao projeto, um grupo gestor<sup>7</sup> para discutir e propor a política para o RI,<sup>8</sup> por se entender que deveria ser participativa a construção das diretrizes e a proposição de uma política a ser encaminhada às instâncias superiores da Universidade. O grupo foi composto por professores\pesquisadores, técnicos e estudantes de pós-graduação. Estabelecida pelo grupo gestor a política de inserção de trabalhos no repositório, o acompanhamento das etapas seguintes e avaliação permanente dos resultados foram descritas e registradas, ao longo dos três anos necessários para a implantação, em um *Diário de Campo*.

A definição da Edufba como comunidade piloto para a implantação do RI revelou-se acertada, particularmente pelo diálogo regular que ela mantém com as diferentes áreas da Universidade. A referida Editora procede, com absoluta regularidade ao arquivamento de suas publicações, respeitando os princípios da legislação sobre direito autoral, estabelecidos de forma contratual. A Coleção Cult, embora não tenha sido inserida na política de acesso aberto e indicada por resolução do conselho editorial para ser disponibilizada imediatamente após a publicação de cada novo título, por sua própria natureza, e por solicitação dos seus editores, foi disponibilizada desde 2007. No Quadro 3, apresentamos os dez títulos da Coleção mais acessados, levantamento realizado no período de março a abril do ano em curso.

O grupo gestor de implantação definiu a criação das comunidades, fazendo-as coincidir com as unidades acadêmicas e de pesquisa da

Universidade, mas permitindo subcomunidades, que têm sido criadas notadamente por programas de pós-graduação e grupos de pesquisa. Decidiu-se também, no primeiro momento, não eleger a figura do coordenador de comunidade, com o objetivo de realizar o contato direto entre os gestores do RI e as comunidades e\ou subcomunidades envolvidas.

Quadro 3: Títulos/autores e números de acessos no RI da UFBA

COLEÇÃO CULT		
TÍTULOS	AUTORES	ACESSOS
Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares	Nussbaumer, Gisele Marchiori	7565
Stonewall 40 + o que no Brasil?	Colling, Leandro	4514
Políticas culturais no Brasil	Rubim, Antonio Albino Canelas Barbalho, Alexandre	3555
Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França	Costa, Frederico Lustosa da	3016
Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas	Barbalho, Alexandre Calabre, Lia Miguez, Paulo Rocha, Renata	1599
Estudos da cultura no Brasil e em Portugal	Ramos, Natália Rubim, Antonio Albino Canelas	1409
Políticas culturais para as cidades	Rubim, Antonio Albino Canelas; Rocha, Renata	1289
Políticas culturais na Ibero – América	Bayardo, Rubens; Rubim, Antonio Albino Canelas	1227
Estudos e política do CUS - Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade	Colling, Leandro Thürler, Djalma	1212
Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura	Rubim, Antonio Albino Canelas; Fernandes, Taiane; Rubim, Iuri	1154

Fonte: elaboração do autor com base em dados fornecidos pelo sistema estatístico do RI.

A tipologia adotada para os itens<sup>9</sup> a serem disponibilizados teve como orientação o Currículo Lattes, concluindo-se por sua divisão em:



produção bibliográfica, produção técnica, trabalhos finais e parciais de curso e produção cultural. Qualquer novo subitem deve ser aprovado pelo grupo gestor do RI.

Atualmente, o RI possui 37 comunidades, 13.054 itens depositados, sendo 7.930 artigos científicos, 254 livros com texto completo, 3.274 teses, dissertações, TCCs e 1.596 outras produções, contando com 3.000 acessos/dia.<sup>10</sup> Em 2011, em uma premiação feita pelo Ibict, o RI\UFBA ganhou o 1º lugar, como repositório com maior número de depósitos de artigos, e passou a ser o 2º mais povoado entre os de instituições federais de ensino superior do país, sendo também citado em diversas pesquisas de doutorado, mestrado, graduação, artigos científicos e livros.

### *Conclusão*

A Editora da UFBA no momento em que o Enecult realiza sua décima edição, local de lançamento de títulos da Coleção Cult, que completa sete anos, tem a sensação de dever cumprido. A partir da ampla divulgação em suporte papel, a disponibilização em acesso aberto no Repositório da UFBA, revelou para o mundo a pesquisa de qualidade aqui realizada, contemplando a temática relacionada à cultura, memória, política cultural.

No que diz respeito ao Repositório, ele tem hoje reflexo direto na preservação e disseminação da produção científica da UFBA em âmbito mundial, além de ser uma importante ferramenta de gestão e mapeamento do que é nela produzido. Contudo, quando se considera o que é produzido pelos mais de 500 grupos de pesquisa da Universidade, vê-se que é ainda pequeno o número de trabalhos arquivados. Visando aumentar as inserções criou-se, em 2012, uma publicação semanal, chamada ALERTA,<sup>11</sup> que divulga, o mais amplamente possível, tudo que é depositado no RI pelos pesquisadores da Universidade. O caminho foi aberto, mas é preciso consolidar a prática do autoarquivamento da produção científica por parte dos pesquisadores.

## Notas

- 1 [...] patrimonio acumulado y en permanente renovación y crecimiento de creaciones materiales y espirituales, procesos de creación y de creatividad de grupos sociales, artistas, intelectuales o científicos, y aparatos, industrias e instituciones que cristalizan estos procesos.
- 2 Alguns trechos deste tópico foram publicados, em 2012, na revista *Perspectivas em gestão & conhecimento*, texto intitulado “Comunicação científica: estudo de caso sobre uma política de acesso aberto para a produção acadêmica”, autoria de Othon Jambeiro, Flávia Rosa, Susane Barros e Rodrigo Meirelles. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/14362/8480>>.
- 3 Com a participação de Eloy Rodrigues, da Universidade do Minho, para expor a experiência do RI desta Instituição e discorrer sobre o movimento mundial de acesso aberto.
- 4 Este primeiro autor é um dos principais pesquisadores e impulsionadores do movimento.
- 5 [...] a set of services that a university offers to the members of its community for the management and dissemination of digital materials created by the institution and its community members. It is most essentially an organizational commitment to the stewardship of these digital materials, including long-term preservation where appropriate, as well as organization and access or distribution.
- 6 Flávia Garcia Rosa, então doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, com um projeto sobre repositórios institucionais.
- 7 Designado através da Portaria n. 189, de 01 de abril de 2009. A política para o RI da UFBA, a partir da sugestão deste grupo, foi transformada na Portaria n. 24, de 07 de janeiro de 2010.
- 8 Disponível em: [www.repositorio.ufba.br](http://www.repositorio.ufba.br)
- 9 Disponível em: [www.repositorio.ufba.br/ri/about/folder\\_repositorio\\_web.pdf](http://www.repositorio.ufba.br/ri/about/folder_repositorio_web.pdf).
- 10 Dados de outubro de 2012.
- 11 <http://www.ndc.ufba.br/>

## Referências

- CRESPI, Franco. *Manual de sociologia da cultura*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 1

- GANDELMAN, Henrique. *O que você precisa saber sobre direitos autorais*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Políticas culturales en América Latina*. México: Grijaldo, 1987.
- GARRETON, Manuel Antonio. *Espacio cultural latino americano: bases para una política cultural de integración*. Santiago: Convenio Andrés Bello, 2003.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HARNAD, Stevan et al. *The access/impact problem and the green and gold roads to open access*. 2001. Disponível em: <<http://www.ecs.soton.ac.uk/~harnad/Temp/impact.html>>. Acesso em: 18 jul. 2008.
- LYNCH, Clifford A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the Digital Age. *ARL Bimonthly Report*. 2003, p. 1-7. Disponível em: <<http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html>>. Acesso em: 05 mar. 2011.
- MEIRELLES, Rodrigo França. *Gestão do processo editorial eletrônico baseado no modelo acesso aberto: estudo em periódicos científicos da Universidade Federal da Bahia – UFBA*. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- REY, German. *Modos de Ser, Maneras de Somar*. Retos para uma agenda de políticas públicas das Américas em Cultura. Bogotá, Colômbia, 2002.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais e novos desafios. *Matrizes*, v. 2, n. 2, p. 93-115, jul.\dez. 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=143012791005>> Acesso em: 29 jan. 2011.
- THOMPSON. John B. Fórum Internacional do Livro Digital. *Futuro dos livros impressos e digitais*. São Paulo, 2010.
- WARE, Mark. *Pathfinder Research on Web-based Repositories*. London: Publisher and Library/Learning Solutions, 2004, p. 3. Disponível em: <<http://www.palsgroup.org.uk/palsweb/palsweb.nsf/0/8c43ce800a9c67cd80256e370051e88a?OpenDocument>>. Acesso em: 12 jan. 2010.



# VI ENECULT

encontro de **estudos**  
**multidisciplinares**  
em **cultura**

**25 a 27 de maio de 2010** | Salvador **Bahia** Brasil

Produção:

[www.enecult.wordpress.com](http://www.enecult.wordpress.com) | [cult@ufba.br](mailto:cult@ufba.br) | 55 71 3283.6198



**Submissão de trabalhos:** 08/02 a 12/03/2010 | [www.enecult.ufba.br](http://www.enecult.ufba.br)

**Divulgação do Resultado:** 12/04/2010

**Inscrições:** 12/04 a 14/05/2010



## Indústrias Criativas x Economias Criativas: a disputa entre modelos de desenvolvimento

*Cláudia Sousa Leitão\**

Em 2001, quando o inglês John Howkins escreveu seu livro *The Creative Economy - How People Can Make Money From Ideas* (“Economia Criativa – Como as Pessoas Podem Ganhar Dinheiro a Partir de Ideias”, tradução livre), certamente não imaginaria estar produzindo um *best seller*. Mas, Howkins trouxe à baila uma reflexão sobre a qual ainda poucos haviam se debruçado e que, pouco a pouco, se banalizou nas discussões sobre desenvolvimento: a de que os bens e serviços produzidos pela imaginação ganhariam cada vez mais prestígio na sociedade do conhecimento do século XXI.

\* Professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará e consultora para economia criativa da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD).

As discussões sobre as dinâmicas econômicas desses bens e serviços não tardaram, portanto, em chegar à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) que lança o primeiro Relatório Mundial sobre a Economia Criativa – *Creative Economy Report 2008*, em um esforço de aprofundar o conceito, de compilar informações e dados sobre a economia dos bens simbólicos dentro de uma perspectiva mundial. As indústrias criativas compreenderiam um conjunto de atividades baseadas no conhecimento, que produzem bens tangíveis e intangíveis, intelectuais ou artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico.

Esse Relatório foi um marco no reconhecimento da relevância estratégica da economia criativa como vetor de desenvolvimento, demonstrando, especialmente, a força das indústrias criativas, com uma média de 10% de crescimento anual. Essa mensuração, contudo, é fruto da compilação de dados produzidos pelos diversos países, sem a presença de uma cesta de indicadores e de um tratamento estatístico comum, o que fragiliza os resultados aferidos.

Vale ainda ressaltar que, neste documento, as metodologias quantitativas, em sua grande parte, somente capturam ou mensuram a produção de riqueza das indústrias, ignorando a participação dos micro e pequenos empreendedores, assim como a informalidade em que estão mergulhadas milhões de pessoas, em todo o planeta, que trabalham nesses segmentos.

Apesar de a crise financeira mundial ter provocado queda drástica no comércio internacional em 2008, entre 2002 e 2011, as exportações de bens e serviços criativos cresceram, anualmente, em torno de 12,1% nos países em desenvolvimento, chegando a US\$ 227 bilhões em 2011 (UNESCO, 2013), destacando-se como um dos setores mais dinâmicos do comércio internacional. Apesar dos obstáculos que impedem sua expansão (baixa disponibilidade de recursos financeiros para o financiamento de negócios, o investimento insatisfatório em capacitação dos agentes atuantes nas cadeias produtivas, além da pouca infraestrutura, especialmente, no que se refere à distribuição e difusão dos seus bens e serviços), os Estados

passam a investir nos setores culturais e criativos. Por conseguinte, segmentos como audiovisual, literatura, música, moda, *design*, arquitetura, vão se tornando cada vez mais importantes na composição do Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países. E é por essa razão que as indústrias criativas se tornaram eixo estratégico do desenvolvimento de países como a Austrália, China, Estados Unidos e Inglaterra. Mas, em que medida latino-americanos, caribenhos e africanos podem dividir com os países ricos os dividendos produzidos por esta economia?

Em um mundo onde a exportação de *commodities* perde gradativamente sua importância frente à exportação de bens e serviços de alto valor agregado, estudos e pesquisas constataam a evolução da performance dos setores criativos mesmo em momentos de crise. Esses estudos anunciam a transformação do trabalho, a ampliação do setor de serviços e a necessidade da constituição de fundos específicos para o financiamento dos setores criativos:

Nos EUA, o desemprego cresceu em todas as categorias, mas os trabalhadores dos setores criativos foram os que menos perderam emprego e renda nos anos anteriores e posteriores à crise econômica de 2008. Nos setores que empregam mão de obra braçal e não especializada o desemprego subiu de 5% para 9,3%, o dobro da classe criativa. (MELLANDER; FLORIDA; RENTFROW, 2012)

Segundo estudo recente de pesquisadores da Universidade de Valência, um aumento de 1% na proporção de postos de trabalho nos serviços criativos incrementa entre 1.000 e 1.600 euros o PIB per capita. (KÖSTER; SANCHIS, 2012)

Programa ‘Europa Criativa’ investirá €1,8 bilhão (2014-2020) para ampliar a competitividade dos empreendimentos criativos europeus e reforçar suas ligações com os segmentos industriais tradicionais. (LEITÃO, 2014)

Longe de construir uma narrativa laudatória sobre as indústrias criativas e seu crescimento no mundo, este artigo objetiva refletir sobre os impasses conceituais e ideológicos entre as “indústrias” e as “economias”



criativas. Avançar nas diferenças e não nas afinidades entre as duas expressões é uma urgência e, sobretudo, uma tarefa acadêmica. Um importante paradoxo do novo século é certamente o papel dilemático das inovações tecnológicas no incremento da economia criativa. De um lado, o avanço tecnológico dá cada vez mais poder às indústrias do *copyright*, de outro, ele permite o acesso cada vez maior dos indivíduos à fruição e ao protagonismo cultural, gerando produtores independentes, prosumidores,<sup>1</sup> novos empreendedores e empreendimentos no campo da cultura e da criatividade. Por outro lado, os Estados começam a conceber a cultura, não como um gasto, mas como um investimento, ou, ainda, como um recurso para atrair investimentos, gerar renda, embora sejam mantidos os privilégios e assimetrias entre povos e países.

Como se pode observar, e como bem adverte George Yúdice (2004), a cultura é um recurso do sistema capitalista para manter a “lógica dos fins” (como assim a denominava Celso Furtado), em detrimento da “lógica dos meios”, isto é, as indústrias culturais reproduzem a lógica industrial da acumulação e da dependência, ao invés de produzirem redistribuição, colaboração ou solidariedade entre povos e nações. Esta observação funciona como uma espécie de “contraponto” à visão um tanto “ufanista” sobre a força econômica cada vez mais significativa das dinâmicas econômicas dos bens e serviços culturais e criativos em países desenvolvidos, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

Por isso, nos países ricos, a temática das chamadas indústrias criativas vem sendo festejada e acolhida, exatamente, por ser percebida como uma etapa mais sofisticada do sistema capitalista. Desse modo, não é de se estranhar que, nesses países, não se fale muito de economias criativas, mas, sim, de indústrias criativas, aquelas caracterizadas pelo valor agregado da cultura e da ciência e tecnologia na produção de seus bens e serviços, assim como pelo *copyright*, ou seja, pela proteção dos direitos do autor/criador. Essas indústrias vêm sendo valorizadas pela sua performance econômica, embora não venham demonstrando capacidade de produzir inclusão social.

A expansão das indústrias culturais e criativas não beneficia equitativamente a todos os países nem regiões. Ela gera desigualdades econômicas, contribuindo para a manutenção de desequilíbrios históricos no acesso à comunicação, à informação e ao entretenimento, provocando o declínio da diversidade cultural. Assim, a exportação dos produtos das indústrias culturais (músicas, telenovelas, filmes), que se dá através da indústria transnacional (por exemplo: escritores argentinos, colombianos e chilenos que publicam livros através de editoras de Madri ou Barcelona, de africanos que gravam CDs em Paris etc.), é fruto da “desterritorialização” da cultura. Vale ainda ressaltar um dos maiores paradoxos do consumo cultural planetário: enquanto alguns produtos culturais vendem aos milhares e milhões, fecham-se teatros, cinemas, livrarias, bibliotecas e centros culturais em todos os continentes.

A América Latina, o Caribe e a África, por exemplo, não conseguem se converter em uma economia mundial de escala, com capacidade exportadora. Ao mesmo tempo, a hegemonia das indústrias proprietárias de redes de telecomunicações, editoras ou dos canais de televisão nem sempre têm compromisso com processos educacionais, contribuindo para a alienação dos indivíduos e a ampliação do consumo de produtos culturais de baixa qualidade. Como se vê, as indústrias criativas somente reforçaram o abismo entre ricos e pobres, especialmente, entre os países dos hemisférios Norte e Sul.

Por isso, é necessário não se perder de vista que as dinâmicas econômicas dos grandes conglomerados transformam alguns países em produtores e exportadores, enquanto outros são consumidores passivos de bens e serviços estrangeiros. Em 1984, o então Ministro da Cultura do Brasil, o economista Celso Furtado, em um encontro com os secretários da cultura dos estados brasileiros, afirmou: “Sou da opinião de que a reflexão sobre a cultura deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento”. (D’AGUIAR, 2013, p. 6) Furtado dialogou, ao longo de sua vida, com as Ciências Sociais, a Filosofia, as artes e a cultura, em um esforço maior de compreender do que de explicar

as armadilhas do capitalismo e de suas consequências para os países latino-americanos. Na base do seu pensamento sobre desenvolvimento percebemos a influência intelectual de Amartya Sen, seu colega em Cambridge, nos anos 1950, especialmente, no que se refere à compreensão de desenvolvimento como ampliação das liberdades humanas.

No seu livro *Criatividade e dependência nas sociedades industriais*, Furtado (1988) afirma que a política cultural tem por finalidade liberar as forças criativas da sociedade. Liberdade de criar é, pois, da essência do conceito de desenvolvimento e insumo para a transformação social. Furtado vai ainda mais longe quando traz para o seu projeto de desenvolvimento a retomada da atividade artística enquanto “promessa de felicidade”. Ressalta, ainda, a importância da construção de novas atividades políticas, de novas relações de gênero, inclusive de uma nova ecologia. É quase profético o pensamento de Furtado na sua advertência às consequências nefastas dos modelos de desenvolvimento do século XX: a concentração de renda e de riqueza, a sonegação dos direitos sociais, a precarização do mundo do trabalho e a subalternidade da inserção internacional.

Furtado lutou, ao longo do século XX, por um modelo desconcentrador, onde a diversidade cultural pudesse ser tratada como um insumo estratégico para os países considerados subdesenvolvidos. Para ele, o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade (1988). Adverte-nos, ainda, sobre o deslocamento da lógica dos fins (voltados ao bem-estar, à liberdade e à solidariedade) para a lógica dos meios (a serviço da acumulação capitalista). A lógica dos meios, observa, trará grandes impactos negativos às liberdades criativas, aos recursos naturais, enfim, à própria humanidade dos indivíduos.

É interessante perceber em Furtado a influência do pensamento de Nietzsche, especialmente, quando reflete sobre a crise de valores em um mundo estruturado a partir de uma razão instrumental pragmática e utilitária. E, mais uma vez, toma as ideias de liberdade e criatividade como antídotos capazes de enfrentar a “fetichização” do homem. Segundo Furtado (1988), a grande atividade criadora do homem é a

política, que deve rejeitar as formas de vida desumanas propostas pela civilização industrial, cuja grande característica é o apelo ao consumo. O economista afirma, ainda, que a luta pela redução das desigualdades conduziu apenas a formas mais diversificadas de consumo.

Dados econômicos demonstram a natureza concentradora das indústrias criativas. Como nos países do Sul a presença das mesmas é pouco expressiva, esses países praticamente não aparecem nos relatórios das instituições internacionais, apesar de sua grande diversidade cultural:

Tabela 1: PIB do núcleo criativo e participação no PIB, países selecionados

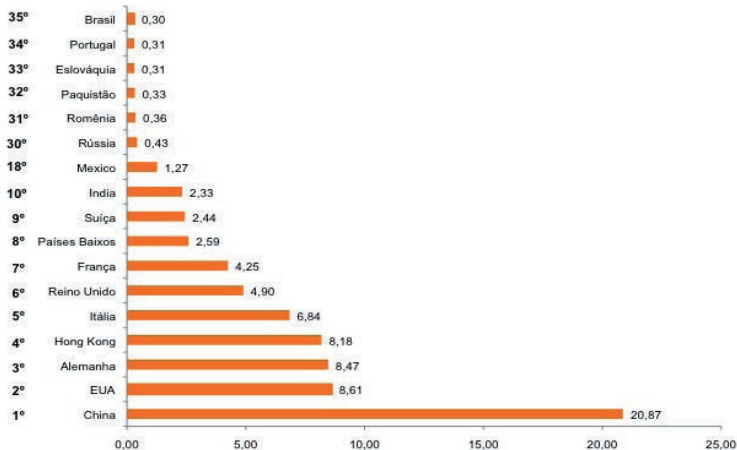
PAÍS	PIB CRIATIVO (R\$ BILHÕES)	PARTICIPAÇÃO NO PIB (%)
Estados Unidos	1011	3,3
Reino Unido	286	5,8
França	191	3,4
Alemanha	181	2,5
Brasil*	110	2,7
Itália	102	2,3
Espanha	70	2,3
Holanda	46	2,7
Noruega	32	3,2
Bélgica	27	2,6
Suécia	26	2,4
Dinamarca	21	3,1
Áustria	15	1,8
Grécia	6	1

Fonte: UNCTAD (2012).

De 1980 a 1998, segundo a Unesco, o volume de recursos no comércio internacional desses segmentos cresceu de US\$ 95,3 bilhões para US\$ 387,9 bilhões. Em 1996, os produtos das indústrias criativas tornaram-se o maior produto da pauta de exportações dos EUA, ultrapassando todas as demais indústrias tradicionais: automobilística, agricultura, aeroespacial

e de defesa. A seguir, verifica-se o *ranking* dos países exportadores de bens criativos de acordo com a sua participação no mercado mundial.

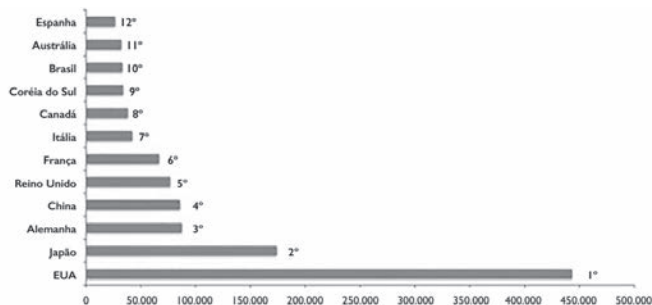
Figura 1: *Ranking* dos países exportadores de bens criativos – Participação de mercado em %



Fonte: UNCTAD (2008).

Dentre os maiores mercados dos setores criativos, os de entretenimento e mídia têm se destacado. Nos Estados Unidos, esses mercados são considerados estratégicos e têm recebido elevados investimentos no decorrer das últimas décadas.

Figura 2: *Ranking* dos maiores mercados de entretenimento e mídia



Fonte: UNCTAD (2008).

Dentre os maiores mercados dos setores criativos, os de entretenimento são os mais importantes, exatamente os setores afeitos às indústrias culturais e de comunicação. Nos Estados Unidos, por exemplo, esses mercados são considerados estratégicos e têm recebido elevados investimentos no decorrer das últimas décadas. Por isso, para esse país, o *copyright* tem especial importância, diferentemente dos países onde a produção de bens pode ser comunitária (especialmente a que se refere às culturas tradicionais, como é o caso do artesanato, ou mesmo da cultura digital, através do acesso aos softwares livres e às licenças *Creative Commons*). Os dados trazem evidências, mas, sobretudo, suscitam grandes desafios, especialmente, para os países que não aparecem ou que aparecem de forma insatisfatória nos relatórios mundiais sobre a economia criativa.

Em 2010, a UNCTAD busca ampliar seu escopo de pesquisa, das indústrias para as economias criativas. Com a segunda e a terceira edição do Relatório, o conceito de economia criativa, ainda em construção, começa a se ampliar. Pela ausência de indicadores, o Relatório se torna mais qualitativo, e se dedica a apresentar cases de sucesso em setores criativos nos diversos países. Enfim, os Relatórios, em suas três edições (2008, 2010 e 2013) trazem as seguintes afirmações (UNCTAD, 2012; UNESCO, 2013):

A economia criativa é um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico;

Ela pode estimular a geração de renda, a criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo, que promove inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano;

Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo;

É um conjunto de atividades econômicas baseado no conhecimento, caracterizado pela dimensão do desenvolvimento e de interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral;

É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial;

Apesar do esforço de compilação de dados sobre a economia criativa mundial, realizados pela UNCTAD e pela Unesco nos últimos anos, muitos países continuam “invisíveis” aos Relatórios, em função da inexistência de sistemas de informações, de metodologias, de indicadores capazes de trazer uma efetiva ampliação do conceito de economia criativa, que continua, ainda hoje, praticamente reduzido ao âmbito das indústrias. O resultado é que, malgrado a riqueza do patrimônio natural e cultural dos países do hemisfério Sul, os mesmos não conseguem estimular os setores culturais e criativos, a partir de políticas públicas que viabilizem suas dinâmicas econômicas.

Na construção de um conceito é preciso priorizar escolhas, optar por visões de mundo, enfim, definir significados a partir do lugar em que nos encontramos. Se o conceito de indústrias criativas data de duas décadas, os significados das economias criativas como substratos de um desenvolvimento incluyente e sustentável, ainda carecem de aprofundamento e de operacionalidade. Se a economia criativa é uma economia baseada na abundância e não na escassez de recursos, pois seu insumo principal é a criatividade e o conhecimento humano, que são infinitos, ela figura como uma estratégia fundamental para os países em que a criatividade é mais importante do que o domínio da ciência e tecnologia. Ao mesmo tempo, a natureza colaborativa dessa economia favorece a ação coletiva entre pessoas, comunidades, instituições, coletivos, empresas, governos e redes. Enfim, a economia criativa oportuniza a “queima de etapas” nos processos produtivos, na medida em que reconcilia estratégias nacionais com processos internacionais globais.

A palavra criatividade traz no seu bojo inúmeros ruídos e as mais diversas e contraditórias representações. Afinal, as sociedades industriais são caracterizadas por uma espécie de “frenesi” criativo, ao mesmo tempo em que nunca se falou tanto, como nos dias de hoje em inovação! Mas, como temia Celso Furtado (1988), também a inovação

foi tratada e fomentada na perspectiva de subordinação dos fins aos meios! E, se no campo da ciência e da tecnologia essa subordinação é clara, vale refletir sobre seus impactos no campo artístico e cultural!

Essa reflexão é fundamental à definição de um conceito de economia criativa para os países do Cone Sul. Vale aqui destacar a criação, em 2012, no Ministério da Cultura do Brasil, da Secretaria da Economia Criativa (SEC). À sua institucionalização, precedeu um debate importante sobre a diferenciação entre “indústrias” e “economias” criativas, na construção de um conceito incluyente e sustentável. Enquanto conceito, a economia criativa foi assim denominada no Brasil: como “a economia resultante das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica”. (BRASIL, 2011)

No conceito de economia criativa da SEC não estão definidas as características essenciais das chamadas “indústrias criativas” anglo-saxãs, especialmente, no que concerne à propriedade intelectual.<sup>2</sup> Afinal, trata-se de problematizar o conceito das “indústrias criativas” para se avançar em uma nova conceituação e em novos princípios para o desenvolvimento de uma economia criativa que assuma um papel estratégico nos planos de governo dos países do Sul.

Na perspectiva de um conteúdo próprio às economias criativas das nações do Sul, a criação da SEC constitui uma notícia alvissareira. A Secretaria nasce menos preocupada com uma conceituação acabada a respeito do conceito da economia criativa do que com a ênfase aos princípios que devem fundamentá-la. Sem eles, não será possível garantir a necessária redistribuição de renda, assim como promover a qualidade de vida, o acesso, o protagonismo e a cidadania aos brasileiros e brasileiras. Vejamos a seguir esses princípios:

Diversidade Cultural – Valorizar, proteger e promover a diversidade das expressões culturais nacionais como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial de crescimento.



Inclusão social - Garantir a inclusão integral de segmentos da população que em situação de vulnerabilidade social por meio da formação e qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho, renda e empreendimentos criativos.

Sustentabilidade - Promover o desenvolvimento do território e de seus habitantes garantindo a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica.

Inovação - Fomentar práticas de inovação em todos os setores criativos, em especial naqueles cujos produtos são frutos da integração entre novas tecnologias e conteúdos culturais.

Por outro lado, a Secretaria assume para si, desde a sua estruturação, em 2011, a liderança na formulação, implantação e monitoramento de políticas públicas estruturantes, para enfrentar os seguintes desafios:

Quadro 1: Problemas X Desafios da Economia Criativa no Brasil

PROBLEMAS	DESAFIO
Ausência de informações, dados e de análises produzidos e sistematizados.	Levantar, sistematizar e monitorar as informações e dados sobre a Economia Criativa para a formulação de políticas públicas.
Modelos de negócios precários e inadequados frente aos desafios dos empreendimentos criativos; baixa disponibilidade e/ou inadequação de linhas de crédito para financiamento das atividades dos setores criativos.	Fomentar a sustentabilidade de empreendimentos criativos para fortalecer sua competitividade e a geração de emprego e renda.
Baixa oferta de formação em todos os níveis (técnico, profissionalizante e superior) para os setores criativos.	Formar gestores e profissionais para os setores criativos com vistas a qualificar os empreendimentos, bens e serviços.
Baixa institucionalidade da Economia Criativa nos Planos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento, o que enfraquece a dinamização dos ciclos econômicos dos setores criativos.	Ampliar a institucionalização da Economia Criativa nos territórios visando ao desenvolvimento local e regional.
Ausência, insuficiência e desatualização de marcos legais e infralegais para o desenvolvimento dos setores criativos.	Criar e adequar marcos legais para o fortalecimento dos setores criativos.

Fonte: BRASIL, 2011.

Celso Furtado considerava que o acesso, a qualidade de vida e a ampliação de escolhas constituem pressupostos fundamentais ao desenvolvimento. Um desenvolvimento que deve ser desconcentrador, fundamentado na diversidade cultural brasileira, marcado pela inovação, enfim, um desenvolvimento onde o progresso tecnológico caminhe de forma harmônica com o acesso de seus produtos e serviços às camadas mais amplas da sociedade brasileira.

Vinte e cinco anos depois da gestão de Celso Furtado à frente do Ministério da Cultura, institucionalizou-se, no governo federal, a Secretaria da Economia Criativa, para liderar políticas públicas voltadas a retomar, reavivar e resignificar as relações e as conexões entre cultura e desenvolvimento, com a missão de contribuir para transformar a criatividade brasileira em inovação e a inovação em riqueza.

Os impasses continuam. Necessitamos de pesquisas, de indicadores e de metodologias que garantam a confiabilidade dos dados desta nova economia. Carecemos de novas linhas de crédito para fomentar os empreendimentos criativos brasileiros. Precisamos construir uma nova educação para as competências criativas, além de infraestrutura que garanta a criação/produção, difusão/circulação e fruição/consumo de bens e serviços criativos dentro e fora do país. Por último, há que se produzir marcos regulatórios, sobretudo, tributários, trabalhistas, previdenciários e civis, que permitam o desenvolvimento das dinâmicas econômicas dos setores culturais e criativos brasileiros.

Contudo, maiores do que os desafios relativos ao desenvolvimento da economia criativa brasileira são os riscos de reduzi-la ao domínio das indústrias culturais e, por conseguinte, à mera dimensão mercadológica dos seus bens, fruto do pragmatismo neoliberal. Por isso, o Ministério da Cultura, através da Secretaria da Economia Criativa, não deve se afastar do Plano da SEC, sobretudo, da sua missão, visão e princípios (2011). Essa continuidade das políticas públicas para a economia criativa fortalecerá o campo cultural brasileiro, beneficiando, a médio e longo prazo, o grande contingente de artistas, profissionais, pequenos

empreendedores e gestores dos setores culturais e criativos, formais e informais, que produzem riqueza econômica, a partir da diversidade cultural brasileira,

Enfim, se tomarmos a arte como forma de vida, se resgatarmos na criatividade humana uma energia sem finalidade, talvez tenhamos aí um bom mote para qualificar a palavra “economia” como “criativa”, uma economia, diferentemente das “indústrias criativas”, voltada às dinâmicas de fusão entre o criar e o viver. Afinal, não seria também esse o sentido original da palavra economia?

Saúdo, por último, o Enecult pelo seu papel estratégico, ao longo desses 10 anos, em estimular os grandes debates relativos às políticas culturais brasileiras e seu papel estratégico na construção de um novo desenvolvimento. Longa vida ao Enecult!

### *Notas*

- 1 Prosumidores: o consumidor que produz conteúdo, ou seja, o produtor + consumidor. Ele é capaz de dividir suas experiências, pautar tendências e contribuir no processo de criação de produtos e serviços. (CANCLINI, 2001)
- 2 O conceito de indústrias criativas no Relatório de Economia Criativa – 2010 da UNCTAD (2012): são ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários; constituem um conjunto de atividades baseadas em conhecimento, focadas, entre outros, nas artes, que potencialmente geram receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual; constituem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado; posicionam-se no cruzamento entre os setores artísticos, de serviços e industriais; constituem um novo setor dinâmico no comércio mundial.

### *Referências*

BRASIL. Ministério da Cultura. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento *da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações (2011-2014)*, Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.
- D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers:Centro Internancional Celso Furtado, 2013.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- HOKINS, John. *The Creative Economy- How People Can Make Money From Ideas*. The Penguin Press, 2001.
- KÖSTER, Pau Rausell. SANCHIS, Raúl Abeledo. La cultura como factor de innovación económica y social. *Projeto Sostenuto*, tomo 1. Universitat de València, 2012. Disponível em: <[http://www.uv.es/soste/pdfs/Sostenuto\\_Volume1\\_CAST.pdf](http://www.uv.es/soste/pdfs/Sostenuto_Volume1_CAST.pdf)>. Acesso em: 2/8/2014.
- LEITÃO, Cláudia Sousa. Economias criativas cabo-verdianas: potencializando vocações para um novo desenvolvimento. Genebra: World Trade Organization (WTO), 2014.
- MELLANDER, Charlotta Mellander; FLORIDA, Richard Florida; RENTFROW Jason.
- The creative class, post-industrialism and the happiness of nations. *Cambridge J Regions Econ Soc* v.5 (1), March, 2012, p. 31-43. Disponível em: <<http://cjres.oxfordjournals.org/content/5/1.toc>>. Acesso em :2/8/2014.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. *Creative Industries Report 2008*. Disponível em: <[http://www.unctad.org/en/docs/ditc20082cer\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf)>. Acesso em: set. 2009.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD.. *Relatório de economia criativa 2010 : economia criativa uma, opção de desenvolvimento*. – Brasília : Secretaria da Economia Criativa/Minc ; São Paulo : Itáu Cultural, 2012.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. Creative Economy Report 2013 – Special Edition – Widening Local Development Pathways

Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>>. Acesso em: maio. 2013.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

### *Bibliografia*

ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo, Boitempo, 2004.

ALVAREZ, Gabriel O. (Org.). *Indústrias culturais no MERCOSUL*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

ANHEIER, Helmut; ISAR, Yudhishtir Raj (Orgs.). *The Cultural Economy*. London: British Library, 2007.

ARIZPE, Lourdes (Org.). *As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica*. Brasília: Unesco, 2001.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

BERTINI, Alfredo. *Economia da cultura: a indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Brasília,

BOISIER, Sérgio. Brasília,

BOISIER, Sérgio.. E se o desenvolvimento fosse uma emergência sistêmica? In: ROJAS, P. A. V. *Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional*. Fortaleza: IADH, 2004.

BOLAÑO César; BRITTOS, Valério Cruz; GOLIN, Cida (Org.). *Economia da arte e da cultura*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Lês editions de menuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009*. Brasília: Minc, 2009.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CANCLINI, Nestor Garcia. et al. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003
- CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- CUNNINGHAM, Stuart. *In The Vernacular: a Generation of Australian Culture and Controversy*. St Lucia, Queensland: Queensland University Press, 2008.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DURAND, José Carlos. Profissionalizar a administração da cultura. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 36, n.2, abr. - jun. 1996.
- DURAND, José Carlos.. Política e gestão cultural: Brasil, EUA, Europa. São Paulo: Núcleo de Pesquisas e Publicações da EAESP/FGV, 2000. Relatório de Pesquisa n. 13

- EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.
- FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (Org.). *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. *A cultura importa: os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HARTLEY, John (Org.). *Creative Industries*. Blackwell Publishing Ltd. Victoria, 2005.
- HARVEY, Edwin R. *Derechos culturales en iberoamerica y el mundo*. Madrid: Tecnos, 1990.
- HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LEITÃO, Cláudia Sousa. A gestão estratégica e os novos significados da cultura no novo século. In: LEITÃO, Cláudia (Org.). *Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.
- LEITÃO, Cláudia Sousa. *Cultura e municipalização*. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- LEITÃO, Cláudia Sousa et al. (Org.). *Criatividade e Resistência no Nordeste: reflexões sobre a memória do desenvolvimento brasileiro*. I Conferência Internacional sobre Economia Criativa do Nordeste, 2010, Fortaleza. Anais... Fortaleza, Instituto Animacult, 2011.
- LOPES, Carlos. *Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. *Du Nomadisme: vagabondages initiatiques*. Paris: Librairie Générale Française, 1997.

- MORIN, Edgard. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária, Portugal, 1984.
- MORIN, Edgard. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999a.
- MORIN, Edgard. *As grandes questões do nosso tempo*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999b.
- MORIN, Edgard. *O desafio do século XXI: religar os conhecimentos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- MORIN, Edgard. A necessidade do pensamento complexo. In: MENDES, Cândido (Org.) *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- MORIN, Edgard. *Meu caminho – entrevistas com Djenane Kareh Tager*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.
- NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *O mercado da cultura em tempos (pós) modernos*. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador, Edufba, 2007.
- PRESTES FILHO, Luiz Carlos. Cultura e economia: a articulação necessária entre indústria e poder público. In: PRESTES FILHO, Luiz Carlos. *Economia da cultura: a força da indústria cultural no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.
- REGOURD, Serge. *L'Exception Culturelle*. Paris: PUF, 2002.
- RIVERO, Oswaldo de. *O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- ROJAS, Patrício Antônio Vergara (Coord.). *Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional*. Fortaleza, IADH, 2004.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Org.). *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2008.



- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Cultura e política*. São Paulo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- SANTOS, Milton. *O mundo, o Brasil e a globalização: o horror não dura eternamente*. Rev. Rumos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, n. 137, Jun/1997.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *O país distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SECCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SEN, Amartya. *O desenvolvimento como expansão de capacidades*. Revista Lua Nova, n. 28. São Paulo: CEDEC, 1993.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TOLILA, Paul. *Cultura e economia*. São Paulo: Editora Iluminuras/ Itaú Cultural, 2007.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Nossa diversidade criativa: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Brasília: UNESCO, Ed. Papyrus, 1997.
- UNESCO. *Déclaration Universelle sur la Diversité Culturelle*. Série Diversité Culturelle n.1, 2002.
- UNESCO. *Déclaration Universelle de l'Unesco sur la Diversité Culturelle*, Unesco, Série Diversité Culturelle, n.2, 2003.
- VERGARA, Patrício. *Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional*. Fortaleza: IADH, 2004.
- WACHOWICZ, Marcos; SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos. *Estudos de direito do autor: a revisão da lei de direitos autorais*. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010.

# VII ENECULT

encontro de **estudos  
multidisciplinares  
em cultura**

*encuentro de estudios  
multidisciplinarios  
en cultura*

**3 a 5 de agosto de 2011**

Salvador **Bahia** Brasil

[www.enecult.wordpress.com](http://www.enecult.wordpress.com)  
[www.enecult.ufba.br](http://www.enecult.ufba.br)  
[cult@ufba.br](mailto:cult@ufba.br) | 55 71 3283.6198

**Submissão** de textos, propostas de mesas redondas  
e intervenções artísticas: Até 17 de abril de 2011

**Inscrições:** 5 de maio a 30 de junho de 2011.

REALIZAÇÃO





## Algumas contribuições para o Enecult: cidade, corpo e cultura

*Paola Berenstein Jacques\**

Em comemoração aos dez anos dos Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, revisitei, a convite dos organizadores, minhas quatro participações nos encontros visando contribuir para a instigante proposta deste décimo Enecult em repensar as perspectivas do debate sobre as questões culturais para os próximos dez anos, a partir da avaliação destes dez últimos anos. Nesse sentido, optei por reproduzir a fala da minha primeira participação, em 2007, por considerá-la, de um lado, inaugural da interlocução que viria a se estabelecer entre minhas reflexões no campo dos estudos urbanos e do urbanismo e aquelas instigadas pelo Enecult, e, de outro,

\* Professora da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do CNPq. Coordena o grupo de pesquisa Laboratório Urbano.

ainda pertinente sobre questões que articulam cidade e cultura até os debates atuais. As demais participações desdobram aspectos dessa articulação por enfoques variados, conforme são desenvolvidas outras pesquisas sobre a questão, e são apresentadas de forma mais resumida.

### *III Enecult [2007] – Mesa-redonda Cultura e Urbanidades*

Minha fala, reproduzida abaixo, se dividiu em duas partes distintas, porém complementares: uma crítica à atual espetacularização urbana e uma apologia da experiência participativa nas cidades, que poderia ser considerada como um antídoto à espetacularização. O que chamo de espetacularização das cidades contemporâneas, que também pode ser chamado de cidade-espetáculo, está diretamente relacionado a uma diminuição da participação, mas também da própria experiência das cidades enquanto prática cotidiana, estética ou artística, exemplificada aqui pelo que chamo de errâncias urbanas. O fio condutor entre essas duas partes foi a questão do corpo ou, como diria Milton Santos, da corporeidade dos homens lentos, ou do sujeito corporificado, de acordo com Ana Clara Torres Ribeiro, ou seja, a própria experiência física da cidade, a experiência urbana sensorial, que acredito que ainda possa nos mostrar alguns caminhos alternativos à espetacularização urbana.

“A crítica hoje ao que chamo de espetacularização urbana já se tornou recorrente no meio acadêmico e este processo está cada vez mais explícito. Escutamos muito falar de cidade-museu, cidade genérica, cidade-parque-temático, cidade-*shopping*, em resumo: cidade-espetáculo. A fórmula passa a ser conhecida de todos, discursos contemporâneos esquizofrênicos, propostas preservacionistas para os centros históricos, que se tornam receptáculos de turistas, e construção de novos condomínios fechados nas áreas de expansão periféricas, que se tornam produtos para a especulação imobiliária. Muitas vezes os atores e patrocinadores destas propostas também são os mesmos, assim como é semelhante a não participação da população em suas formulações, e a

gentrificação das áreas como resultado, demonstrando que as duas correntes antagônicas são faces de uma mesma moeda: a mercantilização espetacular das cidades.

Podemos falar de processos urbanos distintos, como patrimonialização, museificação, musealização ou estetização, mas que fazem parte de um mesmo processo contemporâneo e mais vasto que seria a espetacularização das cidades contemporâneas. Este processo, por sua vez, é indissociável das novas estratégias de *marketing*, ou mesmo do que podemos chamar hoje de *branding* urbano (construção de marcas) dos projetos ditos de ‘revitalização’ que buscam construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas que lhe garantam um lugar na nova geopolítica das redes internacionais. Na lógica contemporânea de consumo cultural, a cultura passou a ser concebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente. Com relação às cidades, o que ocorre é semelhante: a competição, principalmente por turistas e investimentos estrangeiros, é acirrada e os políticos, publicitários e urbanistas se empenham para melhor construir e vender a imagem de marca, ou logotipo, de suas cidades.

Nas políticas e nos projetos urbanos contemporâneos, principalmente dentro da lógica do planejamento estratégico, existe uma clara intenção de se produzir uma imagem singular de cidade. Essa imagem, de marca, seria fruto de uma cultura própria, da dita ‘identidade’ da cidade. Paradoxalmente, essas imagens de marca de cidades distintas, com culturas distintas, se parecem cada vez mais. Cada vez mais as cidades precisam seguir um modelo internacional extremamente homogeneizador, muitas vezes imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos urbanos. Este modelo visa basicamente o turista internacional – e não o habitante local – e exige um padrão mundial, um espaço urbano tipo, padronizado. Como já ocorre com os espaços padronizados das cadeias dos grandes hotéis internacionais, ou ainda dos aeroportos, das redes de *fastfood*, dos *shopping centers*, dos parques temáticos etc. O modelo de gestão patrimonial mundial, por

exemplo, segue a mesma lógica de homogeneização: ao preservar áreas históricas, de forte importância cultural local, que não são pensadas nem adaptadas de acordo com as singularidades locais. Assim, esse modelo acaba tornando todas essas áreas – em diferentes países, de culturas das mais diversas – cada vez mais semelhantes entre si. Seria um processo de museificação urbana em escala global: e assim os turistas acabam visitando as cidades ditas históricas do mundo todo como se visitassem um único museu. A memória da cultura local, muitas vezes imaterial – que a princípio deveria ser preservada pelos projetos ditos de revitalização – se perde e, em seu lugar, são criados grandes cenários, simulacros culturais para turistas. Na maior parte das vezes, a própria população local é expulsa do local da intervenção, pelo já citado processo de gentrificação.

Quais seriam então algumas alternativas ao espetáculo urbano? Tenho algumas pistas: a participação, a experiência ou prática dos espaços urbanos. Estas alternativas passariam necessariamente pela própria experiência da cidade. E mais do que isso, passariam pela experiência corporal, sensorial da cidade. A redução da ação urbana pelo espetáculo leva a um empobrecimento da experiência corporal, os espaços urbanos se tornam simples cenários, sem corpo, espaços desencarnados. Os novos projetos de espaços públicos contemporâneos, cada vez mais privatizados ou não apropriados, nos levam a repensar as relações entre urbanismo e corpo, entre o corpo urbano e o corpo do cidadão. Acredito que seja dessa relação entre o corpo físico do cidadão e esse ‘outro corpo urbano’ que possa surgir uma outra forma de apreensão urbana e, conseqüentemente, de intervenção na cidade. Cito para exemplificar algumas palavras de Mário de Andrade sobre sua experiência física de andar pela cidade de Salvador da Bahia, no dia 7 de dezembro de 1928:

*Gosto de banhar ao até pelas ruas das cidades ignoradas [...] S. Salvador me atordoava vivida assim a pé num isolamento de inadaptação que dá vontade de*

*chorar, é uma gostosura. [...] é o mesmo do saber físico que dá a passeada a pé. [...] Passear a pé em S. Salvador é fazer parte dum quitute magnificente e ser devorado por um gigantesco deus Ogum, volúpia quase sádica, até.*

Assim como de forma simultânea à história das cidades, podemos falar de uma história do nomadismo, também podemos traçar, de forma quase simultânea à própria história do urbanismo, um breve histórico das errâncias urbanas.<sup>1</sup> Esse histórico seria construído por seus atores, errantes ou nômades urbanos. Os errantes não perambulam mais pelos campos como os nômades, mas pela própria cidade grande, a metrópole moderna, e recusam o controle total dos planos modernos. Eles denunciam direta ou indiretamente os métodos de intervenção dos urbanistas, e defendem que as ações na cidade não podem se tornar um monopólio de especialistas.

Dentre os errantes urbanos encontramos vários artistas, escritores ou pensadores que praticaram errâncias urbanas. Através das obras ou escritos desses artistas é possível se apreender o espaço urbano de outra forma. O simples ato de andar pela cidade pode assim se tornar uma crítica ao urbanismo. Esta crítica pode ser vista tanto nos textos quanto nas imagens produzidas por artistas errantes a partir de suas experiências de errar pelas cidades.

Enquanto o urbanismo busca a orientação através de mapas e planos, a preocupação do errante estaria mais na desorientação, sobretudo em deixar seus condicionamentos urbanos, uma vez que toda a educação do urbanismo está voltada para a questão do se orientar, ou seja, o contrário mesmo do 'se perder'.<sup>2</sup> Em seguida, pode-se notar a lentidão dos errantes, o tipo de movimento qualificado dos homens lentos, que negam, ou lhes é negado, o ritmo veloz imposto pela contemporaneidade. E por fim, a própria corporeidade destes, e, sobretudo, a relação ou contaminação, entre seu próprio corpo físico e o corpo da cidade que se dá através da ação de errar pela cidade. A contaminação corporal leva a uma incorporação, ou seja, uma ação imanente ligada à materialidade



física, corporal, que contrasta com uma pretensa busca contemporânea do virtual, imaterial, incorporeal. Esta incorporação acontece na maior parte das vezes quando se está perdido e em movimento lento. As três propriedades podem se dar em ordens e intensidades variadas, mas estas se relacionam mesmo que de formas variadas e, assim, caracterizam a errância.

As três propriedades mais recorrentes das errâncias – se perder, lentidão, corporeidade – estão intimamente relacionadas, e remetem a própria ação, ou seja, a prática ou experiência do espaço urbano. O errante urbano se relaciona com a cidade, a experimenta, e este ato de se relacionar com a cidade implica nesta corporeidade própria, advinda da relação entre seu próprio corpo físico e o corpo urbano que se dá no momento da desterritorialização lenta da errância. Para resumir pode-se dizer que o errante faz seu elogio à experiência principalmente através da desterritorialização do ato de se perder, da qualidade lenta de seu movimento e da determinação de sua corporeidade.

Para o errante são, sobretudo, as vivências e ações que contam, as apropriações com seus desvios e atalhos, e estas não precisam necessariamente ser vistas, mas sim experimentadas, com os outros sentidos corporais. A cidade é lida pelo corpo e o corpo escreve o que poderíamos chamar de uma ‘corpografia’.<sup>3</sup> A corpografia seria a memória urbana do corpo, o registro de sua experiência da cidade. A imagem espetacular ou cenografia só mobilizam a visão. Esta outra experiência da cidade, da própria vida urbana, revela ou denuncia o que o projeto urbano exclui, pois mostra tudo o que escapa ao projeto, as micropráticas cotidianas do espaço vivido, ou seja, as apropriações diversas do espaço urbano que escapam dos projetos espetaculares, mas que não estão, ou melhor, não deveriam estar, fora do seu campo de ação.

Apesar da íntima relação entre as principais propriedades da errância – desorientação, lentidão, corporeidade –, talvez seja a relação corporal com a cidade, na experiência da incorporação, que mostre de forma mais clara e crítica, o cotidiano contemporâneo cada vez mais

desencarnado e espetacular. Esse encontro de determinações de corporeidades, do errante com a cidade – ou incorporação (relação do corpo com a ação, experiência corporal ‘outra’) – explicita a redução da experiência urbana.

As experiências de investigação do espaço urbano pelos errantes apontam para a possibilidade de um ‘urbanismo incorporado’ ou um ‘urbanismo poético’, que se insinua através da possibilidade de uma outra forma de apreensão urbana, o que levaria a essa reinvenção poética, sensorial das cidades. Talvez a maior crítica dos errantes aos urbanistas, seja exatamente o que Hélio Oiticica, o artista que realizou o *Delirium ambulatorium*, resumiu de forma tão clara no que ele chamou de o ‘poetizar do urbano’. As errâncias, através da própria experiência ou prática da cidade, questionam criticamente os atuais projetos urbanos contemporâneos, ditos de revitalização urbana, que vêm sendo realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia – genérica, homogeneizadora e espetacular – de *marketing* ou ainda de *branding*, uma construção de marcas que se tornou o mais recente ‘substituto’ contemporâneo do planejamento urbano.”

#### *IV Enecult (2008) – Mesa coordenada: Corpo, Cidade e Cultura*

Esta mesa coordenada foi composta por membros do comitê científico do 1º Encontro CORPOCIDADE.<sup>4</sup> Neste sentido, colocou-se em questão a hipertrofia da dimensão material e visual na compreensão do conceito de “cidade”, que continua a ignorar indivíduos ou grupos e a diversidade de suas histórias, culturas, memórias e experiências de vida coletiva. Pretendeu-se discutir como a banalização de elogios ou condenações implícitas em expressões que vêm sendo invocadas hoje – como “cidades genéricas”, “cidades partidas”, “cidades em trânsito”, “cidades sem limites” – não são inocentes e negligenciam que as cidades são construções plurais, ao mesmo tempo materiais, imateriais, mas,

sobretudo, “encarnadas” ou “incorporadas”, feitas, portanto, de subjetividades, percepções, expectativas, alianças e conflitos que elaboram a própria tessitura social, política e cultural em seu modo mais banal, cotidiano e dinâmico de ação e experiência.

Pretendeu-se explorar o campo de possibilidades das relações entre corpo e cidade pensando-as como um processo de formulação de um ambiente e o ambiente como conjunto de condições para a continuidade desse processo. Corpo e cidade se relacionam, mesmo que involuntariamente, através de toda e qualquer experiência urbana. A cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação em sua corporalidade. Pretendeu-se investigar as cartografias realizadas pelo e no corpo como registros corporais das experiências urbanas, compreender espaços urbanos através de configurações corporais e pensar a cidade como *continuum* do corpo.

Para tal, foram enviados quatro trabalhos solicitados por Fabiana Dultra Britto, que também coordenou a mesa. Além de minha apresentação *Corpografias Urbanas*, uma continuação do debate na mesa redonda do Enecult anterior, foram propostos: *Dos conceitos de cidade ou pequeno manifesto em favor de objetos múltiplos, indecisos e fluidos*, por Margareth da Silva Pereira, da UFRJ; *Cartografias urbanas: lugares, espaços e fluxos comunicativos*, por Regina Helena Alves da Silva, da UFMG, e *Corpo e ambiente: co-determinações em processo*, por Fabiana Dultra Britto da UFBA. Esta mesa foi a primeira aproximação pública do tema desenvolvido pelos encontros bianuais CORPOCIDADE que terá em dezembro de 2014 sua quarta edição.

*VI Enecult (2010) – Comissão científica do eixo temático: Cultura e Cidade*

*VII Enecult (2011) – Coordenação do eixo temático: Culturas e Cidades*

Ao ser chamada para coordenar o eixo temático Culturas e Cidades, convidei a equipe do projeto de pesquisa em andamento na ocasião *Cidade e Cultura: rebatimentos no espaço público* [Pró-Cultura – Capes/MinC], com equipes na UFMG, UFBA e UFRJ. O principal objetivo desta pesquisa<sup>5</sup> foi o desenvolvimento de estudos e reflexões conjuntas sobre as políticas urbanas e culturais e seus rebatimentos nos espaços públicos contemporâneos. Pretendeu-se explorar as possíveis relações entre cidade e cultura, entre elas: o papel que a cultura vem desempenhando nos processos urbanos contemporâneos, analisando as políticas culturais, suas relações com as políticas urbanas, e, principalmente, suas consequências sociais no espaço público das cidades contemporâneas. A comissão científica da sessão temática foi composta por Ana Clara Torres Ribeiro e Lilian Fessler Vaz da UFRJ; Regina Helena Alves da Silva da UFMG e, da UFBA, Fabiana Dultra Britto, Fernando Ferraz, Francisco Costa, Pasqualino Magnavita, Thais Portela, e por fim Washington Drummond, da UNEB.

A comissão científica elaborou uma nova ementa para a sessão temática: “Discussão e reflexão conjunta em torno das relações entre a cultura e a cidade, buscando compreender sobretudo as consequências sociais e os rebatimentos nos espaços públicos dos processos urbanos e culturais contemporâneos. Contempla trabalhos sobre os usos cotidianos e as diferentes representações do espaço urbano, a cidade como espaço físico e simbólico, os modos de subjetivação da cidade, os imaginários urbanos, as tensões territoriais, os limites da territorialização das culturas na cidade, os conflitos e dissensos no espaço público, as relações entre corpo e cidade, assim como as possibilidades de

intervenções urbanas e de diferentes experiências artísticas na cidade contemporânea”.

Como sabemos, corpo, cultura e cidade estão necessariamente coimplicados a partir da prática ou uso dos espaços urbanos. Qualquer experiência urbana é também uma experiência corporal e cultural, uma experiência complexa e não pacificada. O que torna urgente e relevante o debate sobre o tema com pesquisadores de diferentes campos disciplinares é a necessidade de um enfrentamento crítico ao já citado processo, ainda em curso, de espetacularização das cidades contemporâneas. Acredito que os temas desta ementa de 2011 ainda sejam atuais e necessários para uma compreensão mais vasta da noção de cultura e, assim, espero que nos próximos dez anos, o Enecult possa voltar a discutir esta complexa e importante relação de coimplicação entre cidade, corpo e cultura, e, em particular, seus rebatimentos e possibilidades críticas no espaço público e nas ações artísticas.

### *Notas*

- 1 Ideias desenvolvidas anteriormente no capítulo: “Elogio aos Errantes”, publicado no livro *Corpos e Cenários Urbanos*, organizado por Paola Berenstein Jacques e Henri Pierre Jeudy (2006). E, bem mais recentemente, no livro *Elogio aos Errantes* (2012), de autoria de Paola Berenstein Jacques.
- 2 Em *Estética da Ginga*, (2001) eu já havia tratado implicitamente dessa questão, sobretudo no capítulo sobre o labirinto, uma vez que: “A sensação de se perder está implícita na experiência labiríntica”.
- 3 Desde 2007, desenvolvemos esta ideia a partir dos estudos dos processos de interação entre corpo e ambiente, desenvolvidos em parceria com a pesquisadora de dança Fabiana Dultra Britto. Ver: “Cenografias e corpografias urbanas – um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade” no número especial dos *Cadernos do PPG-AU – FAUFBA*, Paisagens do Corpo publicado em 2008.
- 4 Sobre os encontros e a plataforma de ações CORPOCIDADE ver: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br>>.
- 5 Dois números especiais dos *Cadernos do PPG-AU-FAUFBA* foram publicados com os resultados desta pesquisa: *Cidade & Cultura 1* (2011) e *Cidade & Cultura 2* (2012).

encontro de **estudos**  
**multidisciplinares**  
em **cultura**

# VIII ENECULT

*encuentro de estudios  
multidisciplinarios  
en cultura*

Realização:



Patrocínio:



PETROBRAS

Ministério da  
Cultura



Ministério da  
Educação





# Estudos de política cultural no Brasil: um olhar desde o Enecult

*Alexandre Barbalho\**  
*Jocasta Holanda\*\**

## *Introdução*

As pesquisas e produções acadêmicas sobre política cultural no Brasil são relativamente recentes e pouco numerosas, se comparadas com outros temas abordados nas diversas disciplinas das Humanidades.

Provavelmente, o livro que inaugura essa área de estudos no país seja a coletânea organizada por Sérgio Miceli, *Estado e cultura no Brasil*, lançada em 1984 e ainda hoje uma referência aos estudiosos do assunto. Antes, em 1979, Miceli publicou sua tese de doutorado, na qual discute as relações entre os intelectuais e a classe dirigente dos anos 1920 ao fim do Estado Novo. Nesse trabalho, a questão da política

\* Professor dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: alexandrealmeidabarbalho@gmail.com

\*\* Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: jocastrahb@gmail.com



cultural está latente ao longo de toda a discussão, mas não chega a se constituir enquanto tal.<sup>1</sup> Do mesmo modo, o livro de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira*, de 1977.

Em 1983, José Mário Ortiz Ramos publica um importante estudo sobre o papel do Estado na produção cinematográfica: *Cinema, estado e lutas culturais: Anos 50/60/70*. Dois anos depois, o papel dos intelectuais na vida política e cultural do país é central no livro de Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*. Aqui a questão da política cultural perpassa o debate, muitas vezes assumindo o papel central, quando, por exemplo, Ortiz discute o lugar da cultura nos governos Vargas e militar.

A tese em sociologia de Albino Rubim, *Partido Comunista, cultura e política cultural*, defendida em 1986 na Universidade de São Paulo (USP) e parcialmente publicada como *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*, quase dez anos depois, soma-se a esse contexto de estudos pioneiros no país sobre política cultural.

Na década seguinte, o interesse acadêmico sobre o tema se amplia, certamente influenciado pelo momento democrático no qual o país vive, que incentiva leituras críticas sobre a produção cultural das décadas anteriores. Mas também pelas mudanças profundas que vinha passando a política cultural no âmbito do governo federal desde a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, da Lei Sarney, em 1985, primeira lei federal de incentivo à cultura, e das transformações seguintes nos governos de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso.

Talvez o melhor sinal desse novo patamar das pesquisas seja a publicação em 1995 do *Dicionário crítico de política cultural*, elaborado por Teixeira Coelho e sua equipe do Observatório de Política Cultural da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Outras publicações dessa década merecem referência por constarem na bibliografia de parte significativa da produção posterior,<sup>2</sup> como, por exemplo, os livros de José Reginaldo Gonçalves, *A retórica da perda e Os discursos do patrimônio cultural no Brasil* (1996); de Anita Simis,

*Estado e Cinema no Brasil* (1996); de Maria Cecília Fonseca, *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* (1997); de Alexandre Barbalho, *Relações entre Estado e cultura no Brasil* (1998); de Humberto Cunha Filho, *Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro* (2000); e de Isaura Botelho, *Romance de formação: Funarte e política cultural – 1976-1990* (2000).

No novo milênio, as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira à frente do Ministério da Cultura, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, deram um impulso aos estudos sobre política cultural ao colocarem novas questões aos pesquisadores, em particular, o desafio da institucionalização, da participação popular nessas políticas públicas (conferências, Política e Sistema Nacional de Cultura) e da implementação de programas e ações que redefiniram o papel do Estado, como o Programa Cultura Viva e a ação Pontos de Cultura.

Nos últimos quinze anos, ao lado do incremento de publicações,<sup>3</sup> observamos o surgimento de linhas e grupos de pesquisa sobre política cultural, ou de forma mais ampla, sobre a organização da cultura, nas instituições de ensino superior, geralmente vinculadas a programas de pós-graduação nas mais diversas disciplinas, com destaque para a comunicação, a sociologia e a história, e naqueles que surgem como programas interdisciplinares.<sup>4</sup>

Como marcos desse adensamento de pesquisas e produções sobre política cultural a partir de 2000, podemos citar as criações: em 2002, do Setor de Pesquisas em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, chefiado por Lia Calabre, que organiza um encontro anual sobre o tema; em 2005, do Observatório da Diversidade Cultural, inicialmente ligado à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado por José Márcio Barros e José Oliveira Júnior; e, em 2007, da Rede de Estudos em Políticas Culturais (Redepcult), que reúne pesquisadores de vários estados brasileiros. Apesar de não estar organizada formalmente, a Redepcult é responsável, entre outras ações, pela

edição do periódico científico *Políticas Culturais em Revista*,<sup>5</sup> cuja primeira edição foi publicada em julho de 2008.<sup>6</sup>

É nesse contexto das pesquisas sobre política cultural no Brasil que devemos compreender como o tema foi abordado ao longo das nove edições do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), entre 2005 e 2013. Isto porque o referido encontro, não estando centrado unicamente nesse debate, tem nele um de seus principais eixos. Não sem razão, a referida Redepcult surgiu da reunião de pesquisadores presentes no III Enecult, ocorrido em maio de 2007. Portanto, uma análise dos textos que tratam sobre política cultural (incluindo as políticas setoriais e temas afins, como gestão, economia e produção cultural) apresentados no Enecult funciona como uma espécie de “estado da arte” dessa área de estudos.

É a este desafio que nos dedicamos nesse trabalho. Levantamos, do universo de textos publicados nos anais do Enecult,<sup>7</sup> 402 artigos que tratam de política cultural, ainda que esse não seja necessariamente o tema central.<sup>8</sup> A esse *corpus* empírico lançamos as seguintes questões: 1. Qual a procedência dos autores dos textos?; 2. O universo retratado é federal, estadual e/ou municipal?; 3. Quem são os agentes dessas políticas (governo, movimentos sociais, ONGs, empresas etc.)?; 4. A partir de quais perspectivas a política cultural é discutida (patrimônio, diversidade cultural, desenvolvimento etc.)?; 5. São artigos mais conceituais ou resultado de pesquisas empíricas? e, por fim, 6. Quais disciplinas, autores e livros são mais referenciados?

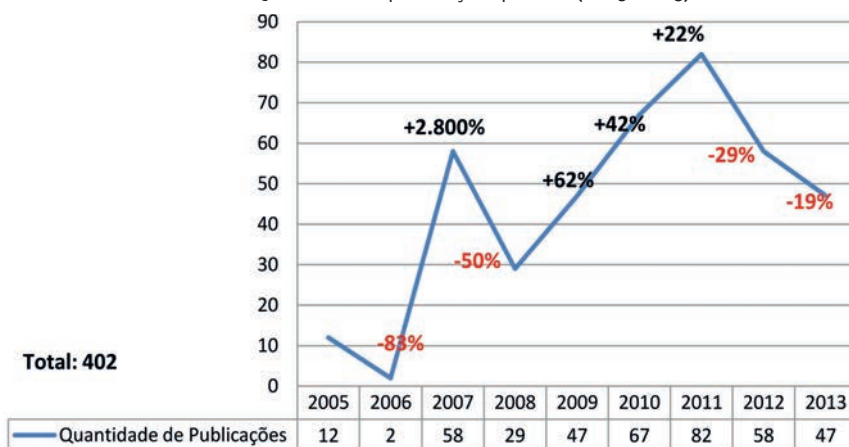
Pierre Bourdieu (2008) colocava a necessidade de se fazer uma sociologia da ciência ou, mais especificamente, da sociologia, tomada como um campo particular. Pensar a prática científica, colocá-la sob reflexividade ou autorreflexividade, ela que tem como lógica operacional a reflexão, não para desacreditá-la, mas, pelo contrário, para ajudar a controlar e reforçar seu conhecimento. Por sua vez, quando um sociólogo toma sua ciência como objeto de análise, se expõe ele mesmo a esse exercício.

Tomamos em conta as observações de Bourdieu no sentido de que as considerações que faremos têm como intuito reforçar a área de estudos e pesquisas sobre política cultural e de que o esforço analítico que segue recai sobre nós, autores, uma vez que também somos pesquisadores dessa área, portanto, parte interessada nesse processo.

*Quantificação por ano e procedência dos autores (estado e instituição)*

O gráfico abaixo apresenta a distribuição anual dos artigos sobre política cultural apresentados no Enecult. Por conta de nos dois primeiros não constarem as publicações integralmente, consideramos que só a partir do ano de 2007 podemos ter uma análise mais real do panorama de crescimento desta produção acadêmica.

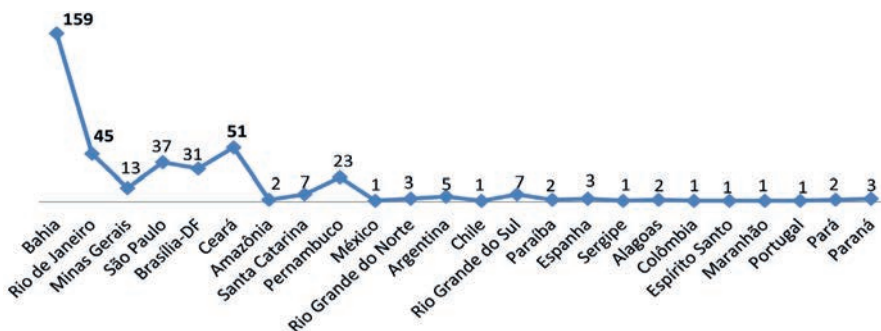
Gráfico 1: Quantidade de publicações por ano (2005 a 2013)



Como pode ser visto, a partir de 2009 percebe-se um crescimento sequencial de artigos acerca da temática, o que permanece até 2011, quando registra-se o maior número de artigos sobre o tema, com um crescimento

de 22% em relação ao ano anterior. O número elevado de estudos em 2011 possivelmente é resultante das pesquisas impulsionadas pelas inovações que o governo Lula traz para o campo das políticas públicas de cultura. O ano anterior, 2010, representa o encerramento das gestões de Gil e Juca à frente do MinC, e a transição para o governo Dilma.

Gráfico 2: Procedência dos autores (localização por estado/país)



Quando partimos para a análise da procedência dos autores desses artigos, no que se refere ao seu estado ou país e vínculo acadêmico, percebemos uma distribuição regional ampla, porém com elevada concentração nos estados da Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília-DF e Pernambuco.<sup>9</sup>

O estado da Bahia contribui com 159 artigos, com a participação de nove instituições acadêmicas e de pesquisas. Em parte, isso se explica pelo fato do Encontro ocorrer desde o início em Salvador. Mas é inegável o fato de que nesse estado encontra-se um centro de excelência de pesquisa sobre políticas culturais. Tanto que a Universidade Federal da Bahia (UFBA) é responsável por 83% desses autores, com significativa presença dos alunos do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.<sup>10</sup> Os demais estão vinculados às seguintes instituições: Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – 7%; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – 4%; Fundação Pierre Verger – 1%; Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC) – 1%; Sebrae-BA 1%;

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – 1%; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – 1%; UNIME – 1%.

O segundo estado que se destaca é o Ceará, com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) como principal representante por meio do seu Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas que reúne o Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS) e o Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MPPP), representando 41% dos autores cearenses participantes no Enecult.

Em seguida, destaca-se a atuação da Universidade de Fortaleza (Unifor), com 31% dos autores. A essa instituição credita-se, sobretudo, os estudos acerca dos direitos culturais – dentre os 19 artigos sobre o tema apresentados sete deles (37%) são de autores da Unifor, ligados ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais. A Universidade Federal do Ceará (UFC) aparece logo em seguida, com 16% dos pesquisadores do estado.

Por último, destacamos a produção acadêmica das instituições do Rio de Janeiro, que vem logo após o Ceará. A Universidade Federal Fluminense (UFF) aparece como principal instituição, com 12 artigos, o que representa 27% dos autores deste estado. Em seguida, vem a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 25%, a Fundação Casa de Rui Barbosa – 20%, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – 11%, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – 7%, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – 2%, a Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) – 2%, o Instituto Federal do Rio de Janeiro – 2%, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) – 2% e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) – 2%.

### *Nível federativo das políticas culturais*

Quando analisamos a esfera de abrangência das políticas culturais estudadas, nos deparamos com um universo de 120 artigos (42%) que tratam de experiências em âmbito nacional, majoritariamente oriundas do MinC,

secundados por textos que tratam dos indicadores sobre cultura disponibilizados pelo IBGE e das políticas promovidas por universidades federais.

Em seguida, temos 66 artigos (23%) que analisam experiências estaduais, e aqui, em se tratando dos agentes formuladores (tema a ser discutido no ponto seguinte), temos tanto o governo, quanto outros agentes que atuam em âmbito estadual, como empresas privadas, Sebrae, ONGs, movimentos sociais etc. A Bahia é o estado que mais tem experiências estudadas (25 artigos – dos quais cinco se ocupam do Recôncavo Baiano), dado que se vincula claramente à posição de destaque que as universidades baianas ocuparam no tópico anterior. Seguem os estados do Ceará (21 artigos) e Pernambuco (nove artigos). Por sua vez, há um profundo desequilíbrio quando olhamos para a totalidade dos estados da federação e sua divisão em regiões, posto que os trabalhos que abordam políticas de âmbito estadual se concentram nas regiões Nordeste e Sudeste.

Quando observamos o âmbito municipal, encontramos 72 trabalhos (25,2%) que também revelam pouca distribuição entre os estados e as regiões. Salvador é a cidade com mais estudos (12 artigos), seguida do Rio de Janeiro (6 artigos) e Belém (5 artigos).

Há um aspecto peculiar que é o desencontro entre o nível estadual e o municipal. Em outras palavras, da presença de experiências de determinadas cidades, cujas políticas estaduais não se destacam ou mesmo não aparecem na análise. É o caso, por exemplo, de São Luís, com três artigos, sendo que só há um sobre a política cultural do Maranhão. Também acontece o inverso, ou seja, de estados cujas políticas são alvo de uma quantidade razoável de estudos e o mesmo não acontece com as políticas municipais. É o caso do Ceará, que foi alvo de 21 artigos, como já exposto, mas apenas duas de suas cidades foram objeto de reflexão: Fortaleza (quatro artigos) e Guaramiranga (dois artigos).

### *Agentes formuladores das políticas culturais*

Outra questão que verificamos diz respeito a quem são os agentes formuladores das políticas culturais estudadas pelos participantes do

Enecult. Para esta análise, dividimos as publicações que abordam as políticas desenvolvidas e implementadas pelo poder público nos três níveis federativos (governos federal, estaduais e municipais), pelas instituições privadas (empresas com fins lucrativos), pelas organizações sociais (grupos culturais, movimentos sociais, redes, cooperativas) e pelas organizações internacionais (multilaterais) que promovem ou impulsionam políticas no campo da cultura (Unesco, BID, Mercosul).

Segmentamos ainda os artigos que se propunham a uma articulação entre os campos da administração pública e da gestão não estatal da cultura, isto é, políticas que tivessem como formuladores e implementadores dois ou mais desses agentes. O gráfico abaixo ilustra esse panorama.



Constatamos que a maioria preponderante das produções acadêmicas desta análise, 86% (344 artigos), se concentraram no exame das instituições governamentais como agentes formuladores das políticas culturais. Entre elas, programas e ações do Ministério da Cultura e das secretarias de cultura dos estados e municípios; políticas promovidas por instituições públicas de ensino, como a UFBA; órgãos de pesquisa, como o IBGE; políticas de TVs públicas etc.

Esse dado revela que a academia está atenta às políticas implementadas pelos agentes governamentais, desempenhando muitas vezes um papel fiscalizador por meio de análises críticas e avaliações dessas ações.



Este é um papel que pode, sobretudo, subsidiar o Estado no aperfeiçoamento e no desenvolvimento de suas políticas de cultura. Por outro lado, tal concentração acaba relegando a planos secundários os demais agentes e gerando uma escassez de pesquisas a respeito das iniciativas das instituições privadas e sociais.

Face a esse contexto, destacamos a pequena, porém expressiva, produção sobre as políticas culturais que possuem organizações sociais como seu agente formulador (30 artigos – 7%). Entre elas, cooperativas e grupos de teatro, ações de movimentos sociais, sobretudo, as ações culturais do MST.

Há que se destacar ainda as publicações que examinam a articulação entre os agentes das políticas culturais (11 artigos – 3%). A exemplo disso, as políticas e redes de intercâmbio cultural entre as organizações internacionais e os Estados nacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), o Convenio Andrés Bello, a Organização dos Estados Americanos (OEA); ou ainda os Estados com o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID); ou, em casos mais restritos, como a relação das políticas culturais do governo Lula com as convenções da Unesco para a diversidade cultural.

### *Temáticas e perspectivas de análise*

As políticas culturais são associadas e analisadas a partir de diversas perspectivas nos artigos examinados neste trabalho. Segmentamos os 402 artigos em 12 temáticas para perceber quais são mais exploradas e o que não aparece e carece de investigação pela academia. Antes, é importante esclarecer que tais temáticas não são excludentes entre si, pois podem, algumas delas, estarem presentes em um mesmo texto. Como, por exemplo, a discussão sobre diversidade e desenvolvimento e a do patrimônio e cultura popular.

Gráfico 4: Temáticas e perspectivas de análise das políticas culturais



Como podemos ver no gráfico acima o tema das políticas culturais, discutida de forma ampla ou pela análise de políticas específicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais, políticas setoriais ou de instituições não estatais, são as que mais aparecem nos artigos apresentados no Enecult. São 119 artigos que analisam as políticas culturais, o que corresponde a 30% do total de publicações. Esses trabalhos discutem o histórico e a trajetória das políticas culturais no Brasil; as gestões específicas dos governos federal, estadual ou municipal; a política cultural a partir de uma perspectiva conceitual; a estruturação do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura; programas específicos, como o Cultura Viva e a ação Pontos de Cultura, que é um dos mais estudados aparecendo em 14 artigos e, por fim, a democratização cultural (descentralização e participação social por meio dos conselhos de cultura).

Em seguida vem a discussão sobre o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, com 77 artigos (19%). Entre esses, há diversos

artigos que analisam a implantação de museus e projetos de instituições museológicas ou discutem o setor museológico de forma geral. A temática do patrimônio imaterial também é bastante expressiva nestes trabalhos, perpassando as questões acerca dos patrimônios vivos, dos saberes e fazeres tradicionais, da patrimonialização de festas e expressões culturais, entre outros. Isso indica a compreensão, por parte do novo quadro de gestão ministerial e das políticas culturais contemporâneas, da preservação do patrimônio mais voltada para a ótica imaterial, por meio de ações de preservação da memória e da salvaguarda de grupos e expressões culturais. Nesse sentido, essa temática está profundamente relacionada com outra, a cultura popular, que está presente em 21 artigos (5%).

Identificamos 31 artigos que tratam das “Políticas para Artes”, o que representa 8% do total de trabalhos apresentados. A linguagem mais presente entre esses trabalhos diz respeito às políticas para o cinema e o audiovisual (14 artigos – 45%), em seguida vem o teatro (7 artigos – 23%); literatura (3 artigos – 10%); dança (2 artigos – 6%); artes visuais (2 artigos – 6%); abordagem geral de políticas para as artes (2 artigos – 6%) e, finalizando, circo (1 artigo – 3%).

Outra questão expressiva nas publicações é a discussão do papel da cultura como dimensão estratégica do desenvolvimento (22 artigos – 5%). A temática dos direitos culturais aparece de forma mais significativa a partir do ano VI Enecult, em 2010 (19 artigos – 5%), demonstrando que são recentes os estudos que abordam a cultura a partir dessa perspectiva. O financiamento à cultura (20 artigos – 5%), por meio da análise das leis de incentivo federais, estaduais e municipais também é uma das principais investigações dos pesquisadores. Nesses estudos, destacam-se as análises acerca das leis do Audiovisual e Rouanet. A “Economia da Cultura” que também está relacionada a essa perspectiva, está presente mais especificamente em 13 artigos (3%).

Dois temas que possuem forte visibilidade acadêmica e também midiática nas últimas décadas também aparecem em destaque, mas em menor evidência que os anteriormente citados: diversidade cultural

(13 artigos – 3%) e identidade (10 artigos – 2%). A problematização acerca da gestão da cultura (21 artigos – 5%), apesar de pequena, conseguiu abranger a questão nos seus diversos segmentos. A temática foi abordada pelos autores a partir das perspectivas da gestão pública, da gestão de grupos culturais e de instituições privadas, esta última tendo como objeto as empresas de produção cultural.

Destacamos ainda os artigos sobre a formação profissional em gestão e produção cultural que aparece pela primeira vez no III Enecult, em 2007, mas ganha maior visibilidade e interesse a partir do VII Enecult, em 2011 (17 artigos – 4%). O tema ainda possui poucas publicações, assim como ainda são escassos os estudos. Entretanto, a presença mais consistente e o crescimento do interesse na temática revelam o próprio aumento da implantação de cursos técnicos de formação nas referidas áreas em todo o país nos últimos anos.

Há ainda os temas que aparecem com menor expressividade, reunidos em “Outros” (29 artigos – 7% do total), como o da identidade, já citado (10 artigos – 34% desta categoria); Indicadores culturais (7 artigos); produção cultural (4 artigos); ação cultural (2 artigos); empreendedorismo (2 artigos); mapeamento cultural (2 artigos) e *marketing* cultural (2 artigos).

### *Pesquisa empírica ou reflexão conceitual*

Para introduzir o próximo e último ponto, achamos relevante identificar a principal natureza dos artigos, quanto ao conteúdo mais conceitual ou resultado de pesquisa empírica. Nesses termos, observamos que 83% dos textos têm uma abordagem que privilegia a análise de dados empíricos, dedicados majoritariamente a objetos de pesquisa contemporâneos. Alguns (poucos) trabalhos, no entanto, são relatos técnicos de caso, não se configurando como textos acadêmicos.

Dos textos com maior carga conceitual, parte significativa se detém sobre o tema mais amplo do patrimônio, incluindo o material, o imaterial, a cultura popular e o museu. Em seguida, destaca-se a discussão sobre os significados de “política cultural”. Em terceira posição, com

um quantitativo muito próximo entre si, estão as reflexões sobre o direito, a gestão e a diversidade culturais.

### *A base disciplinar e bibliográfica*

Por fim, no que se refere à questão da disciplina, percebe-se claramente um aporte interdisciplinar, tanto no sentido dos autores recorrerem a obras das mais variadas ciências humanas, bem como da filosofia, quanto pelo fato das pesquisas se darem, principalmente, em Programas de Pós-Graduação (PPGs) filiados a diversas áreas de concentração da Capes, incluindo a Interdisciplinar.

A área que reúne mais trabalhos é a de Ciências Sociais Aplicadas I, por conta dos PPGs em Comunicação, e, nesse sentido, os autores mais citados são Armand Mattelart, com suas análises sobre a comunicação de massa e a indústria cultural, e Muniz Sodré, com seus textos sobre cultura.

No entanto, é da Sociologia onde vem o principal aporte teórico, pois o autor mais recorrente é Pierre Bourdieu com seus conceitos de agente, campo, capital e *habitus*. É interessante notar que autores pioneiros nos estudos sobre política cultural, como os citados Miceli e Ortiz, dialogam fortemente com o pensador francês, principalmente o primeiro que foi seu orientando de doutorado e organizou, em 1974, uma das mais conhecidas coletâneas do autor: *A economia das trocas simbólicas*. Ortiz, por sua vez, organizou o volume sobre Bourdieu na histórica coleção Grandes Cientistas Sociais da editora Ática, publicado em 1983.<sup>11</sup>

Outros autores centrais para a sociologia contemporânea, como Anthony Giddens e Norbert Elias, também se fazem presentes, apesar de bem menos recorrentes que o pensador francês. Um texto mais antigo, contudo constantemente debatido, é de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural, um dos capítulos da *Dialética do esclarecimento*, publicado originalmente em 1947.

Uma quase ausência que surpreende, pois citado poucas vezes, é a de Raymond Williams, autor de imensa obra sobre cultura, inclusive com alguns textos sobre política cultural inglesa. O caso talvez se explique

pelo fato de vários de seus livros publicados no Brasil estarem há muito esgotados, como *Marxismo e literatura*, e outros só recentemente terem sido traduzidos, como o dicionário *Palavras-chave*. Em se tratando dos estudos culturais britânicos, o autor mais citado é mesmo Stuart Hall, base, quase sempre, das discussões sobre identidade (secundado, nesse debate, por Manuel Castells).

Em um entendimento mais amplo dos estudos culturais, no qual se inclui o próprio Ortiz,<sup>12</sup> podemos inserir dois dos autores mais citados nos textos, Nestor Garcia Canclini, em seus estudos sobre cultura híbrida e consumo cultural, e George Yúdice, com seu debate sobre a cultura como recurso.

No campo da filosofia, ressalta-se a presença de autores filiados ao que os norte-americanos denominam de pós-estruturalismo. Desse universo, destaca-se Michel Foucault, com sua discussão sobre poder (disciplina e biopolítica) e, de modo secundário, o debate sobre a ética e a estética. Também Félix Guattari, principalmente por conta do livro organizado no Brasil por Suly Rolnik, *Micropolítica: cartografias do desejo*, é um autor dessa corrente com presença significativa.

As discussões sobre cultura feita por Terry Eagleton e a de Michel de Certeau sobre a cultura do/no cotidiano são bastante referenciadas. Por outro lado, um pensador que causa estranheza ser pouco citado é Gramsci, aquele que no campo do marxismo mais contribuições deu para se pensar o papel da cultura e dos intelectuais. Tal constatação carrega ainda um paradoxo, pois um dos conceitos mais presentes nos artigos é o de hegemonia, conceito este caro ao pensador italiano. Acontece que o debate se dá a partir de autores gramscianos ou próximos a ele, como é o caso de Carlos Nelson Coutinho.

Relevante, no caso de filósofos brasileiros, é a presença de Marilena Chauí, não apenas com sua discussão sobre democracia cultural, em grande parte devedora de sua experiência como gestora de cultura da cidade de São Paulo, mas também com reflexões sobre a cultura popular entre o conformismo e a resistência.

Nos estudos sobre política cultural, destacam-se os artigos e os livros individuais e/ou organizados por Alexandre Barbalho, Albino Rubim, Humberto Cunha Filho, Isaura Botelho, em especial a coletânea organizada por Barbalho e Rubim, *Políticas culturais no Brasil* (2007) e a organizada por Rubim, *Políticas Culturais no governo Lula* (2010).

A estes autores agregam-se os trabalhos de Lia Calabre e Frederico Barbosa da Silva e o livro de Eduardo Nivón Bolán, *La política cultural: temas, problemas y oportunidades* (2006), além das obras coletivas, uma organizada por Leonardo Brant, *Políticas culturais* (2003), a outra por Gisele Nussbaumer, *Teorias e políticas da cultura* (2007).

Especificamente sobre diversidade cultural, são recorrentes as citações aos textos de Paulo Miguez e José Márcio Barros e às obras coletivas organizadas por Barros, *Diversidade cultural: da proteção à promoção* (2008) e Leonardo Brant, *Diversidade cultural: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas* (2005). Além dos documentos da Unesco, com destaque para a “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” e o “Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento” escrito por Javier Cuéllar, denominado *Nossa diversidade criadora* (1997).

Um tema afim ao da diversidade é o do desenvolvimento, onde, exatamente por isso, Miguez e Barros são também muito citados e que tem em Celso Furtado, particularmente sua obra *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984), um autor fundante. Outro autor recorrente é Guy Hermet, com o livro *Cultura e desenvolvimento* (2002).

Quando o tema é a questão da gestão, o livro mais citado é o de Maria Helena Cunha, *Gestão Cultural: profissão em formação* (2007) e, em seguida, o livro de Rômulo Avelar, *O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural* (2008), também uma referência central, como indica o subtítulo, para os trabalhos sobre produção. É o mesmo caso (de presença nos trabalhos sobre gestão e sobre produção) do livro *O mercado da cultura em tempos (pós)modernos* (2000), de Gisele Nussbaumer.

Também nessa área se destacam as coletâneas organizadas por Linda Rubim, *Organização e produção da cultura* (2005) e por Cláudia Leitão, *Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade* (2003). No debate sobre financiamento e leis de incentivo, o trabalho mais recorrente é o de Cristiane Olivieri, *Cultura neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura* (2004), seguido por *Marketing cultural e financiamento da cultura* (2003), de Fonseca Reis.

É instigante constatar como os próprios gestores, que escreveram sobre política cultural, seja refletindo sobre alguma experiência específica da qual fizeram parte, seja em uma perspectiva mais histórica e/ou conceitual, tornaram-se referências importantes para outros estudos da área. O caso mais relevante é o de Célio Turino que, com seu livro *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima* (2009), é uma presença quase que obrigatória nos artigos sobre o Programa Cultura Viva e a ação Pontos de Cultura. Mas também se inserem nesse contexto, por exemplo, os escritos de Márcio Souza, *Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil* (2000); Aloísio Magalhães, *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil* (1985); Francisco Weffort, *A cultura e as revoluções da modernização* (2000); Sérgio Mamberti, *Políticas públicas: cultura e diversidade*, (2005); José Álvaro Moisés, *Os efeitos das leis de incentivo* (1998). Apesar de recente, o livro *Cultura Pela Palavra* (2013) com textos dos ex-ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, já aparece nas referências do último Enecult analisado e deverá ser um dos mais citados nos futuros encontros, a continuar o interesse dos pesquisadores por esse período de nossa política cultural.

Por fim, duas observações sobre a dimensão, digamos assim, meta-discursiva do Enecult. Primeira, a constatação de que vários textos citam outros trabalhos também apresentados no Encontro. Segunda, que os livros da Coleção Cult<sup>13</sup> estão entre os mais presentes nas referências bibliográficas. Tal contexto possibilita um pensamento comum, e não único ou unificado, que vai constituindo uma base de análises



empíricas e conceituais fundamental para os pesquisadores que chegam à essa área de estudos.

### *Conclusões*

Como exposto na introdução deste artigo, tomamos como *parti pris* de nossas reflexões a tese de que os trabalhos apresentados no Enecult retratam, metonimicamente, os estudos brasileiros sobre política cultural. Assim sendo, podemos traçar algumas considerações sobre as linhas de força desse contexto, bem como apontar virtuais potencialidades, bem como atuais debilidades.

Começemos com alguns pontos fortes. O primeiro deles é a transição de estudos centrados na relação entre intelectuais e política, ou mais especificamente, entre Estado e cultura, marca dos anos 1970 e 1980, para análises centradas nas políticas culturais propriamente ditas. Não que estudos de sociologia dos intelectuais, parte da sociologia das elites, tenham deixado de existir. Mas funcionam como suporte, ainda que fundamental, para os estudos das políticas culturais.

Outro elemento que se destaca é o crescimento de temas, centros de pesquisa e pesquisadores ligados à área nas duas últimas décadas, o que aponta para a sua gradativa consolidação no campo científico brasileiro. Ainda nessa perspectiva, a predominância da abordagem interdisciplinar, o que corresponde aos novos desafios colocados pela ciência contemporânea. (SANTOS, 2010; 2003)

Por fim, a predominância de pesquisas sobre políticas governamentais pode e deve servir aos formuladores de política (*policy makers*) em suas atividades, de modo a corrigir rumos, evitar erros e ampliar os campos de possibilidades de criação de programas e ações na cultura.

Quanto às potencialidades, entre outras, temos os estudos sobre as políticas governamentais e as promovidas pela sociedade, tanto por iniciativas de empresas privadas, quanto por instituições e movimentos sociais. Com alguma expressividade, ambas devem crescer à medida

que tais iniciativas vão ganhando relevo, em especial, no rescaldo da implantação do Sistema Nacional de Cultura, no primeiro caso, e da atuação dos Pontos de Cultura.

Por fim, entre os pontos fracos apontaríamos os reduzidos estudos sobre as políticas voltadas para as linguagens artísticas, com exceção do cinema e do audiovisual; a forte concentração de pesquisa em três estados (Bahia, Ceará e Rio de Janeiro); e a reduzida reflexão conceitual sobre política cultural. Se a área quiser, de fato, se consolidar, deve produzir um consistente corpo teórico que deve ser, por sua vez, constantemente alimentado com novos conceitos e noções à medida que a pesquisa empírica nos desafia como novos elementos.

### *Notas*

- 1 É o caso também da obra de Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil*, publicada dez anos depois da de Miceli.
- 2 Esta afirmação baseia-se na análise das referências bibliográficas utilizadas nos textos apresentados no Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) e publicados em seus anais, como será explicado no último tópico.
- 3 Algumas destas publicações serão comentadas mais adiante.
- 4 Apesar de nosso interesse ser a produção que resulta de pesquisa acadêmica, concentrada basicamente nos programas de pós-graduação, é importante destacar a criação dos cursos de graduação e de extensão na área. A esse respeito ver RUBIM; BARBALHO; COSTA (2012; 2011).
- 5 <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/index>>
- 6 Ainda que não esteja ligado a uma instituição de ensino e pesquisa, mas a uma fundação mantida por instituição financeira, é importante destacar a criação, em 2006, do Observatório Itaú Cultural que, por meio da Revista Observatório, publica artigos sobre política cultural e temas afins.
- 7 Os anais dos trabalhos apresentados no Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) podem ser consultados no endereço: <http://www.cult.ufba.br/biblioteca.html>.
- 8 O Enecult utiliza oito categorias para a sistematização dos artigos apresentados no encontro a respeito do tema das políticas culturais. São elas: Cidades e Políticas culturais (5 artigos); Políticas culturais (188 artigos); Políticas culturais comparadas (3 artigos); Políticas culturais e Gestão pública (5 artigos); Políticas culturais e Sociedade civil (4 artigos); Políticas culturais

estaduais (2 artigos); Políticas culturais no Brasil atual (5 artigos); Políticas, direitos e financiamento da cultura (4 artigos). De acordo com esta subdivisão de sessões, áreas ou eixos temáticos, registram-se 216 artigos. No entanto, quando consideramos os temas afins à política cultural, tais como culturas e cidades; culturas e desenvolvimento; culturas e territórios, identidades etc., esse número praticamente duplica, chegando aos 402 artigos analisados. Cabe ressaltar que nos anos iniciais do Encontro, 2005 e 2006, não era exigido que os participantes apresentassem o artigo completo para publicação nos anais. Assim, muitos artigos apresentados não constam no repositório institucional do Enecult.

- 9 Apesar de nosso foco ser a pesquisa nacional, é importante assinalar que a partir de 2008, o Encontro passou a contar com a presença de pesquisadores vinculados a universidades estrangeiras. No IV Enecult (2008) participaram pesquisadores da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), da Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), da Universidad Nacional de Rosario (UNR) e da Universidad de Buenos Aires (UBA) – as três últimas da Argentina. O V Enecult (2009) contou com a presença de autores da Universidad de Santiago de Chile (USACH), da Universidad de Barcelona (UB) e da Universidad de Girona (UdG) – as duas últimas da Espanha. Em 2011, no VII Enecult, aparecem autores da Universidad de Los Andes (UniAndes), da Colômbia e da Universidade de Coimbra (UC), de Portugal.
- 10 Também faz parte da UFBA o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), criado em 2003, responsável pela realização do Enecult e que reúne grande parte dos pesquisadores soteropolitanos dedicados à política cultural. A esse respeito, ver: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress>>.
- 11 Ver o texto de Ortiz (2013) sobre a recepção da obra de Bourdieu no Brasil.
- 12 A esse respeito ver Ortiz (2004).
- 13 A coleção CULT é organizada pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e publicada pela editora da UFBA.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ORTIZ, Renato. Estudos Culturais. *Tempo social*. v. 16, n. 1, São Paulo, 2004, p. 119-127.

ORTIZ, Renato. Nota sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2013, p. 81-90.

RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre; COSTA, Leonardo. Formação em organização da cultura: a situação latino-americana. *Pragmatizes*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, , 2012, p. 125-149.

RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre; COSTA, Leonardo. Mapeamento da formação em organização da cultura no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 8. 2011, Salvador. Anais... Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Graal, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.





11 a 13 de setembro de 2013  
Reitoria da UFBA e PAF III (Campus de Ondina)

encontro de estudos  
multidisciplinares  
em cultura

# IX ENECULT

encuentro de estudios  
multidisciplinarios  
en cultura

Salvador Bahia Brasil

[www.cult.ufba.br/enecult](http://www.cult.ufba.br/enecult)  
[enecult@ufba.br](mailto:enecult@ufba.br)

REALIZAÇÃO



## PATROCÍNIO



SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO E HISTÓRIA

SECRETARIA DE CULTURA



## PARCERIA



Realizado com apoio da UFBA através dos Editais PROEXT/Eventos 2013 e PROPCI-PROPG-PROGRAD-AAI/UFBA 01/2013 - Pró-Eventos.



## Algumas anotações sobre o percurso do eixo temático Culturas e Mídia no Enecult

*Rita de Cássia Aragão Matos\**

### *Falas iniciais*

Ao iniciarmos um comentário sobre a trajetória de pesquisadores reunidos em torno do eixo temático Culturas e Mídia, nestes dez anos de evento anual do Encontro Nacional de Estudos sobre Cultura, Enecult, revisitamos, em um primeiro momento, a ementa que pretende sintetizar o universo de interesses destes estudiosos. Diz a ementa: “Contempla trabalhos relacionados à reflexão sobre o campo midiático e a experiência na contemporaneidade. A relação entre mídia e as diversas dimensões da vida social: política, religião, economia etc. Produção de sentidos e mídia: produção, circulação e interpretação dos produtos midiáticos.”

\* Professora Adjunta do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia e do Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade/UFBA.



Nesta tentativa de demarcação de um universo de interesses comuns, observamos a definição de uma possível fronteira, a qual implica na inscrição do campo midiático no mundo contemporâneo, a concepção de experiência problematizada a partir do mundo vivido por sujeitos que se movem sob os auspícios das mídias e a relação destas mídias com as diversas dimensões do mundo social – a política, a religião, as artes – bem como a análise das complexas operações de produção de sentidos.

Observamos também um elemento na ementa que indica o acolhimento de trabalhos que procuram refletir sobre os distintos paradigmas, teorias e autores voltados para uma reflexão acerca da relação entre comunicação e cultura. Sendo assim, trabalhos oriundos de tais pesquisas e, sobretudo, de estudos desenvolvidos em programas de pós-graduação específicos ou de natureza inter/multidisciplinar teriam no encontro de pesquisadores em torno deste eixo temático um lugar próprio de acolhida e discussão.

Vale reiterar, ademais, que neste núcleo é bastante significativo o número de estudos submetidos ao processo de seleção, destacando-se sempre dentre os GTs mais procurados e contando, a cada ano, com a participação de pesquisadores reconhecidos no âmbito de seus programas nos mais distintos campos do conhecimento, a exemplo das áreas de: Comunicação, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História; originários da área da Saúde e da Ciência e Tecnologia, bem como de Programas Multidisciplinares de Graduação ou Pós-Graduação, cuja marca é, pois, a inter/multidisciplinaridade.

Não por acaso evidencia-se uma grande demanda por este eixo temático, neste sentido é interessante considerar que este responde como o segundo com o maior número de trabalhos inscritos no Enecult. O primeiro lugar sendo do coletivo de Políticas Culturais.

Como sabemos, desde os primeiros estudos, o interesse pelo fenômeno midiático emerge entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, o que fez explodir o volume de estudos neste campo a partir dos mais distintos olhares: da Psicologia e Psicanálise, à Antropologia,

Sociologia, à área de C&T, passando ainda pelos estudos interdisciplinares em Saúde. Neste sentido, é notório o volumoso repertório de leituras considerado nos trabalhos apresentados neste eixo temático.

Com relação às diversas concepções teóricas norteadoras destes trabalhos, observamos sobre este aspecto a influência de diversificadas perspectivas, sobressaindo-se aquela usualmente nomeada de Estudos Culturais, referenciada a partir de autores como Raymond Williams, Stuart Hall, Richard Hoggart, David Morley, dentre outros. Os ecos dos fundadores da Escola de Frankfurt: Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin. O diálogo com estudos americanos, especialmente aqueles desenvolvidos na chamada Escola de Palo Alto e Escola de Chicago, além do pensamento contemporâneo francês sobre a cultura e a comunicação. São nomes importantes: Roland Barthes, Gilles Deleuze, Jean Baudrillard, Michel Foucault, Edgar Morin, Michel Maffesoli. Enfim, uma constelação de pensadores os quais vêm contribuindo junto a estudiosos neste campo.

### *Percursos*

Considerando a diversidade de escolas e autores revisitados pelos pesquisadores deste eixo temático, parece evidente que os estudos sobre as relações entre cultura e mídia venham convergir para um encontro da natureza do Enecult. Ou seja, tendo em vista a própria natureza deste Encontro, de reunir pesquisas inter/multidisciplinares sobre a cultura e, ao mesmo tempo, promover o encontro de pesquisadores interessados na análise do campo midiático, é evidente a diversidade de temas, objetos, metodologias, perspectivas teóricas, confluências entre as mais diversas áreas do conhecimento e, mesmo, da construção de olhares para além da perspectiva interdisciplinar.

Assim, ao longo do processo de consolidação do núcleo Culturas e Mídia, este constituiu-se como parte significativa do percurso trilhado desde o primeiro encontro do Enecult, no ano de 2005.

Sem embargo, a proposta de criação deste eixo temático consiste na convicção da relevância do campo midiático nas sociedades atuais. Trata-se, portanto, de pensar a mídia em sua inscrição na cultura contemporânea, seja pensando categorias para sua análise, e aqui podemos citar trabalhos cujos eixos fundamentais de problematização são categorias como: Espetáculos Midiáticos, Mídia, Memória e Mídia, Discurso Midiático, dentre outros. Neste caso, como exemplos citamos estudos como: “Periferia Mídia – Mídia da Periferia”, “As teorias da Cultura na Perspectiva da Comunicação”, “Cultura Midiática e Cultura Científica: algumas reflexões” ou ainda: “A Cultura como Acontecimento: uma análise dos valores notícia do jornalismo cultural a partir dos Sites do Estadão, Globo e Folha.Com”. Seja buscando compreender os mecanismos postos em movimento para a produção de sentidos na materialidade dos mais diversos produtos simbólicos, a exemplo de estudos apresentados que analisam telenovelas, revistas e jornais impressos, telejornais, anúncios publicitários, a música em sua relação com a mídia.

Destacam-se ainda pesquisas cujo núcleo de análise são os desdobramentos da relação entre a cultura e o campo midiático através de sua materialização em práticas, comportamentos, valores assimilados através destes produtos simbólicos em seus processos de produção, circulação e consumo. Para ilustrar tais propostas de investigação, mencionamos estudos sobre o comportamento das torcidas de futebol, o consumo midiático de determinados segmentos como idosos, crianças e adolescentes, ou ainda setores economicamente precarizados. São desta natureza trabalhos como: “Barbie aos 50, sem envelhecer: uma análise sobre fantasia e consumo de produtos audiovisuais por crianças”, “Mãos que falam: o surdo e a aprendizagem mediada pela televisão” ou, ainda, “Terceira idade, consumo cultural, culto ao corpo e mídia”.

A partir de um olhar panorâmico sobre o conjunto de trabalhos apresentados ao longo destes dez anos, é notório, portanto, o interesse pelo

estudo sobre os mais diversos temas que envolvem o campo midiático, os quais procuram desvelar territórios deste universo tão vasto em sua relação com a cultura.

Observa-se a compreensão por parte destes pesquisadores de que a comunicação midiática plasma todos os domínios da vida: a política contaminada pela lógica publicitária e de *marketing*; as artes e as operações de visibilidade da mídia; a religião e os ritos preparados para a TV; a oratória radiofônica; os informativos; os esportes, cada vez mais movidos pela celebração de celebridades que, mais do que atletas, convertem-se em garotos e garotas propaganda; bem como a rotina cotidiana, não raro, organizada a partir de rituais midiáticos.

Se este eixo temático tem como principal objetivo reunir estudiosos da Cultura, os quais desenvolvem análises que tomam como eixo norteador as relações entre a Cultura e o campo da mídia, é notório, a partir de um olhar sobre os trabalhos apresentados, que prevalece a ideia abrangente de Cultura em sua interação com as mídias tradicionais e as novas tecnologias. Tal concepção, portanto, tem prevalecido em um conjunto significativo de trabalhos apresentados. Ao mesmo tempo, observam-se pesquisas cujo foco são as possibilidades de leitura, as variantes na relação concreta entre leitores/receptores e a comunicação midiática.

Com efeito, desde os seus primeiros anos de funcionamento, este Eixo Temático reúne pesquisadores oriundos de diversos estados do Brasil e sediados em distintas instituições e nos mais diversos programas de pós-graduação, além da presença marcante de pesquisadores oriundos das universidades situadas no estado da Bahia.

No quadro dos trabalhos apresentados, percebe-se que não há uma prevalência de estudos específicos sobre determinadas mídias – televisão, rádio, cinema, internet, impresso – mas uma diversidade de interesses a partir de suportes distintos.

Além disso, observamos nos trabalhos acima mencionados, um conjunto de temas que procuram cobrir as inúmeras interfaces, um esforço

no sentido de alinhavar a relação entre cultura e mídia em suas mais diversas facetas: Cultura, Mídia e Sexualidade, Cultura, Mídia e Poder Político; Cultura, Mídia e Gênero; Cultura, Mídia e Geração; Cultura, Mídia e Religião etc.

Interessante considerar que as pesquisas sobre as diversas mídias ao mesmo tempo em que constroem análises sobre as características específicas de cada um dos meios, como: internet, rádio, TV, cinema, impressos, articulam tais textos, tais “gramáticas” próprias de cada veículo, com certas dimensões do mundo social: o universo das Artes, da Educação, do Turismo etc.

Para ilustrar os trabalhos desta natureza apresentados ao longo destes anos, citamos os estudos: “Dialogismo Cultural: o livro didático e as controvérsias no ensino de Língua Portuguesa”; “A arte na sociedade contemporânea: a cultura de convergência como propiciadora de novas manifestações artísticas e o caso das narrativas transmídias com utilizações de QR Codes”; “A literatura de cordel no processo de comunicação: os poetas como mediadores”.

Vale observar que neste conjunto de trabalhos compõem ainda estudos marcadamente conceituais nos quais emergem debates de natureza teórico-metodológica, quando são discutidas categorias consideradas relevantes para uma abordagem no campo da Cultura/Comunicação. Como exemplos de pesquisas desta natureza, podemos citar: estudos sobre processos de mediação, de estratégias de leitura dos meios, de discursos midiáticos etc., onde são problematizadas abordagens de natureza etnográfica, tal como é possível observar nos estudos acima citados, ou ainda aqueles que procuram aprofundar procedimentos para a análise de produtos midiáticos, quando são discutidas abordagens semióticas, análise de discurso, análise de conteúdo, críticas sobre os limites e possibilidades das pesquisas de natureza quantitativa etc. Ilustremos aqui esta tendência mencionando os trabalhos: “As teias sociais e culturais do conhecimento sob a ótica bakhtiniana” e “As teorias da cultura na perspectiva da comunicação”, dentre outros.

Não poderíamos deixar de observar, ademais, a preocupação destes diversos pesquisadores, evidente nos estudos acima anotados, em compreender o modo como estão materializadas as relações de poder através de produtos como telenovelas, telejornais, anúncios publicitários, filmes, revistas, veiculados através das redes sociais. São exemplos emblemáticos trabalhos como: “A miséria da imagem: estudo sobre a representação da exclusão social em três programas de TV”, “A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja”, ou ainda “Aspectos culturais do Nordeste nas HQS Xaxado e a volta da Graúna”.

Ainda sobre esta questão, vale mencionar que alguns destes estudos buscam compreender as estratégias postas em cena para potencializar ou interditar mensagens, discursos, bens simbólicos produzidos e/ou inseridos nos espaços virtuais da internet.

Destacam-se, ademais, análises dos processos de leitura/recepção dos bens simbólicos, como podem ser observados em vários estudos apresentados.

As pesquisas acima mencionadas permitem concluir que, neste Eixo Temático, de um lado, explicita-se a continuidade de reflexões que orbitam em torno de preocupações que poderíamos nomear de “clássicas”, de estudos inscritos em uma tradição de pesquisa consolidada no âmbito dos estudos sobre a relação da cultura com o campo midiático, tais como: investigações que articulam estudos da mídia e política a exemplo de “Governo militar e meios de comunicação midiáticos”, assim como trabalhos que se inserem em perspectivas de abordagens mais recentes, a exemplo das relações de poder estabelecidas com base em novos cânones de beleza, a normatividade sobre os gêneros, as estratégias do universo da moda para revelar novas distinções sociais.

Seja sob o olhar das pesquisas, cujos temas revisitam preocupações “clássicas”, seja a perspectiva de novos olhares sobre o corpo, a problemática na normatividade dos gêneros, segundo estes pesquisadores, é evidente a centralidade do fenômeno midiático no mundo vivido no presente.

Cumpra mencionar a apresentação de pesquisas empíricas em andamento ou concluídas, no que se refere às suas distintas propostas metodológicas. É notório o interesse de diversos estudos em reconhecer o universo empírico dos processos de recepção/leitura; das operações textuais realizadas através de jornais impressos ou virtuais, de produtos televisivos, de anúncios publicitários.

Evidentemente, a participação nestes encontros do Enecult potencializa a circulação dos textos produzidos e ali apresentados, sua publicação em revistas nas diversas áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, consideramos que é interessante para o funcionamento deste núcleo, o fato de que os debates nascidos em seu seio repercutem em diversos níveis nos programas aos quais seus pesquisadores pertencem, por meio dos cursos de pós-graduação que foram elaborados, das dissertações de mestrado e teses de doutorado que, direta ou indiretamente, assimilaram horizontes de diálogo. Enfim, parecem ampliar-se os efeitos deste espaço de interlocução, em particular no estímulo do olhar inter/multidisciplinar aí reforçado, como podemos observar, particularmente, a partir do significativo número de trabalhos apresentados por alunos oriundos dos cursos de pós-graduação e, mesmo, em nível de graduação, tal como podemos observar na autoria dos trabalhos ao longo destes anos.

Ainda com relação ao perfil dos pesquisadores, como sabemos, não há a exigência de ser filiado a uma instituição de nível superior para submissão de trabalhos ao Enecult, isto não obstante, evidencia-se, como mencionamos acima, a presença de um número significativo de trabalhos de pesquisas desenvolvidas junto a programas de pós-graduação, isto é, de pós-graduandos em nível de mestrado e doutorado, além de docentes destes programas.

Com efeito, considerando-se a ampliação sobretudo dos cursos de pós-graduação de caráter inter/multidisciplinar, parece-nos pertinente considerar, com base na tendência observada, o potencial de ampliação de estudos relacionados à análise das novas tecnologias, sobretudo e mais especificamente, análises centradas nas chamadas

redes sociais, tanto sob o ponto de vista dos seus produtos simbólicos como dos usos sociais. Ao mesmo tempo, observa-se a permanência do interesse pelo estudo de mídias como o rádio, a imprensa escrita e a televisão, revisitadas tanto a partir da tentativa de compreensão das mudanças ocorridas ao longo dos anos, a exemplo de pesquisas sobre a trajetória da TV no contexto de realidades específicas, como nos impactos fomentados pelos processos de digitalização das práticas midiáticas/simbólicas.

Um aspecto importante a ser considerado diz respeito à publicação dos trabalhos apresentados neste Eixo Temático. Além da procura através do site do CULT/Enecult, os leitores interessados podem ter acesso a estes trabalhos através de *CD-ROMs*, produzidos em anos anteriores bem como através dos anais do Enecult.

Sobre esta questão, é importante lembrar que há um debate sobre a possibilidade de criação de boletins eletrônicos e de uma revista eletrônica para a divulgação de estudos e troca de informações entre pesquisadores reunidos em torno deste e outros núcleos os quais organizam-se a partir do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA, CULT, o qual organiza este encontro nacional de cultura.

Como parte desta discussão, inicia-se um diálogo sobre o funcionamento deste Eixo Temático, estratégias de interlocução entre seus membros e o debate sobre sua ementa. A reelaboração da ementa poderá ser feita considerando o que parecem ai ser relevante nos textos selecionados ao longo destes dez anos e nos debates que ocasionaram, assim como nos recortes teóricos e metodológicos que vêm sendo discutidos neste período.

Este debate interno realizado entre pesquisadores deste núcleo coletivo tem um interessante efeito circular uma vez que, tal como ocorre no âmbito dos programas de pós-graduação, leva a uma reflexão sobre os desdobramentos das discussões dos estudos desenvolvidos e das possibilidades de colaboração entre seus membros, assim como o movimento inverso, isto é, as contribuições surgidas nos cursos e pesquisas de outros grupos e eventos que alimentam o GT.



Deste modo, o momento atual poderá apontar para uma reflexão acerca do “estado da arte” deste Eixo Temático e indicar a possibilidade de realização de um mapeamento das suas tendências.

### *Comentários finais*

Diante do cenário aqui apresentado, é possível vislumbrar dois movimentos no âmbito do eixo temático Culturas e Mídia, quais sejam: o primeiro, um movimento interno, que deverá ser objeto de discussão dos pesquisadores reunidos em torno deste núcleo, quando poderá ser considerada a relação entre este Eixo Temático e os demais Eixos Temáticos que compõem o Enecult, os quais incluem o termo Cultura e sua articulação com uma determinada dimensão do mundo social. Vale lembrar que, hoje, contamos com 14 eixos temáticos no Enecult.

Ao mesmo tempo, neste processo de (re)avaliação deste Eixo, quando serão consideradas as imbricações entre o campo midiático e a Cultura, será necessária a sistematização dos estudos propostos.

Uma vez que tais estudos contemplam os cenários, as formas de diálogo entre Cultura e Comunicação, os efeitos das práticas midiáticas, as relações e representações culturais que aparecem na ementa e põem em pauta o seu entendimento, é fundamental compreender de que modo pesquisadores interessados neste tema concebem tais articulações, de que maneira, enfim, realizam este enquadramento.

A necessidade de tal sistematização nos parece fundamental para ampliar o debate no interior destes eixos temáticos; os diversos caminhos para construção do seu objeto, suas abordagens e a justificativa de sua continuidade.

O segundo movimento, articulado ao primeiro, é, porém, mais amplo. Diz respeito a este momento da nossa experiência cultural nesta sociedade, que alguns designam como sociedade tecnológica de informação ou sociedade de conhecimento dentre tantas outras denominações. Relaciona-se ao debate em pauta nas diversas arenas sociais que

exige a compreensão da importância da presença do campo midiático na dinâmica do mundo.

Ao ultrapassar as fronteiras da academia, este debate levanta questões para toda a sociedade sobre os desdobramentos da crescente digitalização da experiência, na mediação da cultura por máquinas de informação e nos seus ecos sobre pensar, o sentir, o agir humano, sua experiência em sua inscrição no mundo.

Como sabemos, as tecnologias da cultura que emergiram e se impuseram ao longo do século XIX, como o telefone, o cinema, a fotografia, e aqueles que passaram a se inscrever na experiência cotidiana dos sujeitos no século XX, como o rádio, a televisão e as redes sociais, bem como as céleres modificações encarnadas nos processos de digitalização e o acesso às novas tecnologias encenados no século XXI, modificaram e continuam a modificar a percepção, a sensibilidade e os processos cognitivos que conformam nossa experiência. Desta maneira, quando reconhecemos que estas mudanças estão implicadas nas novas mídias, reconhecemos também que tais transformações exigem para sua compreensão a formulação e aplicação de um conjunto de instrumentos conceituais e metodológicos. Portanto, compreender estes processos e interferir sobre esta realidade é um desafio colocado a este fórum que reúne estudiosos da Cultura e da Mídia.

Assim, neste aniversário de dez anos, é tempo de realizar uma reflexão sobre essa caminhada que envolve rastros nas estradas de poeira e ícones virtuais.

### *Referências*

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, ENECULT, 5., 2009, Salvador. Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/>>. Acesso em: 5 maio 2014.

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, ENECULT, 6., 2010, Salvador. Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/>>. Acesso em: 6 maio 2014.

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, ENECULT, 7., 2011, Salvador. Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/>>. Acesso em: 16 maio 2014.

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, ENECULT, 8., 2012, Salvador. Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/>>. Acesso em: 21 maio 2014.

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, ENECULT, 9., 2013, Salvador. Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/>>. Acesso em: 21 maio 2014.

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, ENECULT, 10., 2014, Salvador. Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/>>. Acesso em: 22 maio 2014.

SOUZA, Delmira Nunes de. O ENECULT: Encontro de estudos Multidisciplinares em Cultura e suas Contribuições para os Estudos no Campo da Cultura na Universidade Federal da Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão de Recursos Universitários da Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SUBMISSÃO. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, ENECULT, 10., 2014, Salvador. Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/layout/padrao/laranja/vienecult/submissao.html>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

encuentro de estudios  
multidisciplinares  
en cultura

encontro de estudos  
multidisciplinares  
em cultura

[www.cult.ufba.br/enecult](http://www.cult.ufba.br/enecult)  
[twitter.com/enecult](https://twitter.com/enecult)  
[facebook.com/grupo.cult](https://facebook.com/grupo.cult)

# ENECULT 10 ANOS

Reitoria da UFBA PAF III  
Campus de Ondina  
Salvador Bahia

27, 28 e 29  
de agosto de 2014

## Realização



INSTITUTO DE ESTUDIOS  
INTERDISCIPLINARES  
EM CULTURA E SOCIEDADE  
UFBA



UFBA

## Patrocínio:



Governo do  
Estado da Bahia

Secretaria de Cultura



## Parceria:

Itaú  
cultural



Realizado com apoio da UFBA através do Edital PROEXT/Ações e Programas 2014



## Cultura e arte: transversalidade das imagens, gestos, sons e vozes na cultura

*Edilene Matos\**

O grupo Cultura e Arte do CULT propõe um estudo teórico-prático da cultura e da arte como manifestações de linguagem, com cruzamento entre o clássico, o popular e o contemporâneo. Propõe, de igual modo, um diálogo Cultura e Interartes, considerando os processos de criação artística em seu circuito de produção/recepção de sentidos.

Na experiência do CULT como motivador e promotor dos bem-sucedidos e pioneiros Encontros Culturais (Encult), agora em sua décima edição, as proposições relativas ao cenário das artes são diversificadas e atingem o número de 191, considerado

\* Ensaísta e professora da  
Universidade Federal da  
Bahia.

o mais expressivo, numericamente, entre os eixos temáticos, conforme levantamento realizado por Delmira Nunes.

Posto isto, cabe-nos um testemunho da importância do diálogo artes/culturas, considerando de antemão a arte enquanto processo e, portanto, como um procedimento de viés multiplicador, alicerce de sentidos e valores.

Se os artistas são “leviatãs de um mesmo templo”, como quer Soriau (1983, p. 10) aqui vamos nos referir a uma abordagem de caráter multidisciplinar (ou transversal) entre as artes.

Arte é expressão, expressão que revela sentidos potenciais e infinitamente multiplicados. Partamos, portanto, dessa premissa. Assim, a possibilidade de as linguagens se aproximarem, se tocarem, dialogarem e até mesmo se completarem, mantendo suas individualidades como signos que produzem interpretantes com modos semelhantes de expressão, ainda que por meios diferentes, ou suportes, para falar contemporaneamente.

Edgar Morin aponta a necessidade de articulação dos saberes para esse terceiro milênio. Ou seja, refere-se ele à marca de uma cultura que permita articular, religar, contextualizar, globalizar os conhecimentos adquiridos. Na trilha desse instigante pensador, refletimos sobre as ligações das linguagens artísticas com as culturas.

A relação entre a linguagem verbal e as não verbais não só substituem as coisas que representam, mas também provocam outros signos que são despertados com o repertório do intérprete, no sentido mesmo da multiplicação de textos. Textos e não textos se desfazem e se completam – cópia, modelos, citações, relações palimpsésticas.

Insistimos na ideia de que o artista é um ser preocupado fundamentalmente – citando evidentemente Sartre – com seu lugar no mundo.

O artista, como os primeiros homens que habitaram este planeta, e como nós também, sente agudamente, experimenta agudamente a necessidade – que é de todos nós – de estabelecer um elo mais estreito com o mundo dos seres e das coisas. Ao sentir-se, como diz Sartre,

inessencial em relação ao mundo, o homem busca o estabelecimento de um elo mais estreito com o cosmos, com os outros seres, com o outro, um elo que lhe permita reencontrar sua essencialidade perdida. Em outras palavras, que lhe permita reencontrar-se consigo mesmo, com o seu – digamos assim – verdadeiro ser. O caminho da arte, para nós, basicamente está aí, nessa busca, de todos nós, por uma linguagem que promova o reencontro do eu com o outro.

No tocante à arte, vamos nos preocupar com seu papel, sua função, sua importância, com relação ao universo das culturas. Vamos nos preocupar com a importância que os objetos artísticos têm na sociedade e o papel que desempenham no contexto do organismo social.

Não temos dúvidas de que a questão da mimese, que os gregos puseram em destaque como uma espécie de matriz do gesto poético – todo gesto poético para os gregos era fruto desta inclinação nossa, dessa vocação nossa para a imitação –, foi fruto desse questionamento. A tese da imitação está estritamente vinculada a uma preocupação política e social que os gregos sempre tiveram diante da arte. Se eles tivessem lançado um olhar outro sobre o objeto poético, teriam destacado outra coisa.

Os gregos chamaram atenção para o fato de que o artista é um imitador, assinalando que seu gesto imitativo era movido, segundo Platão, pelo lado passional do ser humano. E quando Platão chegou a esta constatação, concluiu que, na verdade, toda mimese poética era nociva ao equilíbrio e à harmonia da sociedade, da *polis* grega.

Aristóteles (1992), por sua vez, chamou atenção para o fato de que essa dimensão passional do texto artístico era extremamente importante para o equilíbrio e para a harmonia da *polis*, ao contrário do que afirmava Platão. Enquanto para Platão a dimensão passional da poesia desequilibrava, para Aristóteles ela purgava e libertava.

E quando Jakobson, como linguista, diz que a função poética e a linguagem da poesia se caracterizam pela projeção do princípio de similaridade do paradigma sobre o sintagma, ele não está dizendo algo radicalmente oposto ou excludente em relação ao que os gregos disseram.



Está simplesmente chamando atenção para um outro aspecto do texto artístico, que complementa as teses gregas. Curiosamente, na boca e no pensamento de um linguista, essa dimensão passional da arte se traduz em “abalo” do sintagma. Jakobson não está preocupado, pelo menos especificamente, com nenhuma *polis*. Ele está preocupado, sim, com este abalo que efetivamente ocorre no âmbito da linguagem poético-artística. Jakobson queria entender como é que o artista operava para provocar este terremoto, que para Platão era perigoso e que para Aristóteles era catártico.

Barthes, por seu turno, refere-se ao aspecto trapaceiro da linguagem artística. A linguagem da arte seria, então, uma linguagem transgressora, trapaceira.

Seguindo o traçado até aqui delineado, não é difícil perceber que a arte foi definida sempre como um princípio desagregador, antinormativo e, por isso mesmo, transgressivo e aberto.

A arte é feita para emocionar, diz o coro. É, sim, e isto não pode ser negado. Mas, é bem mais que isso: a arte tem uma dimensão cognitiva. A arte passa conhecimento pelo filtro do sentimento, com dilatação da sensibilidade perceptiva.

Segundo Aristóteles, o poeta é imitador, tanto quanto o pintor ou qualquer outro artista que cria imagens. Desse modo, todo processo de pensamento requer imagem.

Imagens e sons. Figuras e ruídos. Gestos plasticizados. Eis o que une as artes. Eis o que compõe o território das artes. A imagem é como que outro gênero de escritura. Imagens verbais, visuais, corporais, sonoras.

Lembremos de uma citação, feita por Plutarco e atribuída a Simônides (500 anos A. C.), de que a poesia é pintura falante e a pintura uma poesia muda *Ut pictura poesis* (a poesia deve ser como um quadro). Essa relação é retomada por Horácio, na sua *Arte poética*, o que permite um olhar voltado para as referências mútuas entre as artes.

A ideia de arte total, com aproximação entre elas é matriz do pensamento romântico. Tal olhar se reverbera no mundo contemporâneo, marcado fortemente pela fusão entre os diversos sistemas artísticos.

Se pensarmos, por exemplo, na dimensão de uma linguagem que ultrapasse o código verbal, o resultado é uma aproximação entre signos e objetos. Nessa extrapolação do verbal para a realização de uma experiência intersemiótica, partamos, é bom insistir nisso, da chamada plasticização da linguagem, ou seja, de uma linguagem que se quer plástico-icônico-sonora ou verbo-voco-visual – palco, portanto, de intercomunicação entre as diversas séries sógnicas da cultura. Esse movimento de articulação entre as artes tem por base as sensações, através das cores, dos cheiros, dos sons.

O diálogo da literatura com a música, por exemplo, é sempre pertinente, evidenciado pela presença do ritmo, da sonoridade das palavras (imagem sonora). E essa relação, que vem de muito longe, é objeto de estudo da melopoética (canto + poética). A poesia esteve sempre associada à música (e à dança), desde seu momento inaugural.

O estudo da contribuição da musicologia para as análises interdisciplinares encontra adeptos ilustres no século XX, diz Solange Oliveira (2003). Sabe-se, também, que, nos tempos modernos, o romantismo e o simbolismo se constituíram marcos fundamentais nessa relação. Assim, as qualidades acústicas de sílabas, palavras e frases, as propriedades sonoras de locuções verbais passam a ser cada vez mais apreciadas como fenômenos essencialmente musicais.

No tocante à relação letra/voz/som, entendemos o texto como espaço acústico e semântico, onde se insere a música da palavra. Tal espaço abriga textos atravessados pela vibração da voz e pela coreografia do corpo; desse modo, vão aparecer possibilidades de reflexão sobre modelos poéticos na composição de estruturas musicais. A própria leitura de texto poético (que não é só texto de poesia, é bom que se diga) reconhece a poesia vocalizada e musicalizada como instrumento para sensibilização e conhecimento de si e do mundo.

Buscamos respaldo em Octavio Paz para escutar essa outra voz, voz das paixões e das visões. Essa voz que é de um e é de todos. Essa voz que é do poema escrito e do poema cantado. Uma palavra (en)cantada, enfim.

No que tange às ligações da literatura com o teatro, estas são, de igual modo, evidentes. Enfatizamos, sobretudo, a questão da vocalidade.

Mesmo sem assinatura, porém, as vozes dos poetas continuam a ostentar suas marcas. Nas vozes dos intérpretes, ainda ressoa o timbre dos criadores, ecoando sonora e luminosamente no nosso imaginário.

A escritura, diz Zumthor (1993, p. 218), não basta para fixar o texto, e, a todo instante, a boca do leitor se prepara para remanejá-lo ou até refazê-lo. No palco, a poesia, o conto, o romance, a peça propriamente escrita para teatro, são perpetuados e continua e constantemente reencenados.

O texto como palco. A voz como espaço textual. Alguns poetas se dizem mesmo trovadores, como o russo Mayakovski (“continuo a tradição interrompida dos trovadores e menestréis”). Não se pode, portanto, pensar sua poesia como destinada a ser lida apenas em silêncio. Ela requer, antes de tudo, um forte grito, um prolongado som de balalaica. Além do acento marcante de oralidade, sua poesia supõe intensa participação do corpo, que envolve, por sua vez, a variação de tons da voz, a estruturação melódica e até mesmo a gesticulação, notadamente das mãos, além de meneios de cabeça, curvaturas do tronco e do corpo em geral, compondo uma verdadeira encenação performática. É de se lembrar que os registros conhecidos das performances do poeta o revelam um hábil ator, que dava espetáculos de recitação, atuava em comícios e tinha um público ávido e certo na Rússia das duas primeiras décadas do século XX. Vladimir causava fascinação nos auditórios, a começar por seu porte de homem alto e másculo, que sobressaia ainda mais por suas veementes gesticulações e pelo timbre estentóreo de sua voz. Cada aparição sua, ao mesmo tempo, um martírio e um êxtase, era, por si mesma, todo um espetáculo. De temperamento dramático, não foi por acaso que Maiakovski-ator-espetáculo se viu envolvido (e apaixonado) pelas artes cênicas – circo, teatro, cinema.

Num recorte bem rigoroso, pulamos para o século XXI e trazemos, motivados pelo trabalho de Irene Machado (a cenarização da fala), outro exemplo: Rosa. João Guimarães Rosa e as possibilidades combinatórias,

exploradas por ele. Tais possibilidades se, por um lado, redimensionaram gêneros da oralidade típicos de nossa cultura, por outro realizaram experiências estéticas em que o signo verbal extrapola seus próprios limites, revelando a palavra como cenário não só de letra e de voz, mas, sobretudo, de corpo em movimento. Para Irene Machado (2010, p. 4)

muito embora seja a palavra sua mídia primordial, a arte de Rosa estende-se a um amplo fenômeno comunicativo, situando-se no cruzamento do teatro, do cinema, da performance, do espetáculo televisual ou da peça radiofônica, sem deixar de ser literatura, poesia. Com isso, além de operar gêneros literários e discursivos, Rosa exhibe sua habilidade em operar gêneros e signos de diferentes tradições culturais, sobretudo os de sua contemporaneidade

Quando se lê os textos de Rosa, descobre-se um diálogo intenso não só com experiências estéticas da tradição oral, como muitos dos principais estudiosos de sua obra já demonstraram, como também com experiências semióticas geradas pela cultura da audiovisualidade cinética – do rádio, do cinema, da televisão.

Não esqueçamos dos diálogos pertinentes entre Literatura & Cinema.

Recuso a idéia de adaptação. Ela me parece sempre redutora. Nos melhores momentos, seja trabalhando para a TV ou para o cinema, talvez tenha alcançado uma espécie de resposta aos textos, ou, no meu modo de sentir, um diálogo, uma reação criativa à literatura.

Assim se expressou Luiz Fernando Carvalho (2007) nos *Cadernos manuscritos não publicados*.

Considerando o diálogo entre duas manifestações artísticas distintas – literatura/cinema, refletimos sobre pontos de cruzamento dessas linguagens, fundidas e, às vezes, até confundidas num espaço cambiante entre letra e linguagem plástica.

Olhares de cumplicidade e desejo se alternam com olhares de tensão e até de rejeição, que entre si trocam o cinema e a literatura. Contato e tensão: domínios incertos. Escrita/mão & imagem/olho.

A técnica de composição fílmica esculpe o tempo e constrói uma forma de reinscrição da realidade que encanta aos olhos e estimula a percepção.

A literatura, como fenômeno de linguagem, dialoga com outros códigos de qualidade artística que, assim como ela, também se expressam por meio de um discurso aberto à perspectiva plurisignificativa e multicultural.

Ambos, cinema e literatura, são linguagens imagéticas, linguagens plasticizadas. O cinema não se faz só com palavras, mas com imagens em movimento; na literatura, a imagem não se identifica diretamente com a visualidade, mas se estende à imagem sonora, tátil, e de forma mais ampla, à imagem sensorial;

O artista, seja ele escritor, pintor, ator, ou cineasta é esse sujeito que não se satisfaz com aquilo que no nosso dia a dia é perfeitamente satisfatório. O artista não se satisfaz com a representação. Ele sabe que isso é importante, mas também sabe que é muito pouco para nós. Representar é muito pouco; os seres humanos sempre quiseram mais. Nós somos seres desejantes exatamente porque a representação – o simples representar – não nos satisfaz. Se a dimensão representativa do signo nos satisfizesse inteiramente – por hipótese, por absurdo – nós seríamos seres plenamente satisfeitos, e o desejo estaria radicalmente eliminado como marca da nossa humanidade, como uma das marcas essenciais da nossa humanidade. Diríamos mesmo que nós desejamos exatamente porque os signos todos que inventamos e criamos não satisfazem nossa ânsia de reencontrar o outro. O que nos falta é exatamente o outro. Esse outro que o signo representativo promete, mas não nos dá. E uma das saídas para isso, uma das saídas para atenuar esse nosso desejo de encontro com o outro é a arte.

Dar forma ao pensamento é a expressão da arte. Arte não é só técnica. É preciso ultrapassar a mera construção técnica e isto só ocorre quando “formos capazes de gerar um sonho, com tamanha força de contaminar o escuro do cinema como uma peste. É necessário criar um estudo de vidência, de transformação, de imaginação”.

Ao pensar na relação da literatura com a pintura, exibimos exemplos significativos: o poema ideográfico de Apollinaire, *Lettre-Océan*, inaugurador de uma espécie de genealogia de colagem literária, ao trazer para o meio linguístico recursos dos pintores cubistas, traduzidos na diversidade descontínua de fragmentos; a prosa de Alencar (Verdes mares bravios da minha terra,...); a poesia de Castro Alves (cena da 4ª parte de *O Navio Negreiro*, em que os escravos acorrentados, de todas as idades, são obrigados a dançar, mesmo famintos e cambaleantes, dança macabra, ao som de uma música que se mistura ao estalar do chicote, compondo forte cena neste incrível feito de composição poética); a poesia plástico-icônica de Oswald de Andrade (referimo-nos ao desenho crítico-paródico que fez do Brasil na sua composição poética *A história do Brasil* – acompanhada de desenho –, e, mais ainda, à sua tradução verbal da pintura da Tarsila do Amaral – sabe-se que o movimento de Antropofagia teve na base de sua inspiração a tela *O Abaporu*, de Tarsila).

Se Oswald dialogou, de maneira bem acentuada, com a pintura, também o fez o poeta Jorge de Lima, sobretudo com suas fotomontagens de viés surrealista, propondo, num processo dinâmico, um jogo intertextual, relação entre signos para novas leituras e novos sentidos.

No tocante ao assunto, insistimos na referência a João Cabral de Mello Neto (1997, p. 77) e sua intensa vivência ao lado dos artistas plásticos. Neste poema, “A lição de pintura”, está expressa a lição de todas as artes:

Quadro nenhum está acabado,  
disse certo pintor;

se pode sem fim continuá-lo,  
primeiro, ao além de outro quadro  
que, feito a partir de tal forma,  
tem na tela, oculta, uma porta  
que dá a um corredor que leva a outra e a muitas outras

Não poderíamos deixar de trazer à tona exemplos da produção dos poetas concretistas, ele que buscaram transformar “o sentir em coisas”, coisas concretas de linguagem, materialidade textual, provocando um desvio do olhar do linguístico-gramatical para um olhar que desenha o objeto estético com sincronicidade dos sentidos.

A imaginação material, no caso, é poderosa e vai além das letras no branco do papel. O poeta quer provocar outra sorte de sensações, quer que os olhos leiam mais que letras: nascem assim os desenhos, as ilustrações, enfim, os poemas manuscritos e visuais. O poeta da mão rabisca papéis, faz caricaturas, usa pincéis, na busca persistente de expressão em outra linguagem. Ao acompanhar diferentes processos, observa-se na intimidade da criação um contínuo movimento tradutório. Trata-se, portanto, de um movimento de tradução intersemiótica, que, aqui, significa conversões, ocorridas ao longo do percurso criador, de uma linguagem para outra: percepção visual se transforma em palavra; palavras surgem como diagramas. (Cf. ALMEIDA SALLES, 1999, p. 114-115)

Surgem, assim, outras imagens, múltiplas e diversas, criadas, agora, pelos poetas da mão, imagens novas, inquietantes, instigantes, reveladoras, que reúnem num espaço real, embora ambíguo e fluido, os traços, os ecos, os fragmentos de um imaginário impossível de ser captado por inteiro. Imagens que, fruto de um mergulho na imaginação criadora, revelam o valor da mão, a bachelardiana mão feliz, que sonha seus próprios sonhos e os impõe ao mundo.

Nossa pretensão foi, neste texto, apontar um diálogo entre as artes, conscientes de suas especificidades, buscando identificar pontos de

contato entre essas linguagens e suas inserções no campo da cultura. Essas inserções das artes no âmbito dos estudos das culturas, são, a nosso ver, incontestáveis, principalmente se considerarmos que as artes deixam rastros na percepção do ser humano, seja na instauração de um discurso artístico que se vale de um aparato técnico, industrial para registrar a matéria imagética e sonora da realidade, seja na forma como o homem do século XXI passa a lidar com um mundo totalmente fragmentado. Tais considerações, ainda que incipientes, apontam para novas possibilidades de se compreender o fenômeno artístico e colocá-lo em contato verdadeiro e livre com outras formas culturais.

Sejam tais formas representações das denominadas de *Web art*, ou seja, arte das redes. Este termo faz referência à arte que utiliza como meio as redes de computadores, no sentido em que a rede existe por si mesma e/ou por seus conteúdos técnicos, culturais e sociais como base para o trabalho artístico. Mais amplo ainda, como quer Santaella (2010, p. 21):

[...] o termo ciberarte se refere a toda arte que tem base na cibercultura. Assim, a ciberliteratura tem como propriedades: habilidade de criar traços multi-nivelados, reproduzir em cores, habilidade para dar à composição qualidades cinéticas, uma composição que se move enquanto é exibida, ser capaz de programar elementos, eventos e permutações em variações na obra, copiar e enviar instantaneamente, deixar o mundo da rigidez e entrar em uma textualidade que é mais múltipla, variável e vibrante.

Em síntese, arremata, com entusiasmo, Santaella (2010, p. 9) “entre as mais poderosas qualidades da e-literatura estão a intermedialidade, a hibridização, a interatividade, a permutabilidade e a cinética”.

Espaço aberto, a arte é, conforme Octavio Paz (2014, p. 13), conhecimento, salvação, poder, abandono. E acentua o pensador/poeta mexicano: “Operação capaz de mudar o mundo, a atividade poética (artística) é revolucionária por natureza... É expressão histórica de raças, nações, classes...”. Ao fim e ao cabo, o Enecult se propõe estabelecer um espaço



múltiplo de diálogos e de trocas, envolvendo não apenas as artes, mas também as diversas manifestações culturais. O Grupo Cultura e Arte, no entanto, tem sido palco privilegiado de interesses, em que, sob o influxo do exercício livre da criação, busca-se criar um espaço de revolução permanente das linguagens e, conseqüentemente, das sociedades.

### *Referências*

- ALMEIDA-SALLES, Cecília. *Gesto Inacabado*. Processo de criação artística. São Paulo: Anablume, 1999.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poetica, 1992.
- BARTHES, Roland. Existe uma escritura poética? In: BARTHES, Roland. *O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- CARVALHO, Luiz Fernando. *Cadernos manuscritos e não publicados*. Barueri/SP, 2007. (Encarte do DVD)
- JAKOBSON, Roman. *Poética em ação*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- MACHADO, Irene. Cenarização da fala, dos grafismos e da luz: as experiências dos signos culturais em Guimarães Rosa. In: MATOS, Edilene (Org.). *Cultura e Arte: memória e transgressão*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- MELLO-NETO, João Cabral de. *Poesias Completas: 1940-1965*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, Solange Ribeiro. Introdução à melopoética: a música na literatura brasileira. In: Solange Ribeiro et al. (Org). *Literatura e música*. São Paulo: Itáu Cultural/SENAC, 2003.
- PAZ, Octavio. *A outra Voz*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- PAZ, Octavio. *El Arco y la lira*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2014.

SANTAELLA, Lúcia. O autor como produtor na era digital. In: MATOS, Edilene (Org.). *Cultura e Arte: memória e transgressão*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1989.

SORIAU, Étienne. *A correspondência das artes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1993.



## Outros títulos da Coleção Cult

CULT 1 - Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares

*Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.)*

CULT 2 - Políticas culturais no Brasil

*Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)*

CULT 3 - Políticas culturais na Ibero-América

*Antonio Albino Canelas Rubim e Rubens Bayardo (Org.)*

CULT 4 - Estudos da cultura no Brasil e em Portugal

*Antonio Albino Canelas Rubim e Natália Ramos (Org.)*

CULT 5 - Transversalidades da cultura

*Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)*

CULT 6 - Políticas culturais no governo Lula  
*Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)*

CULT 7 - Políticas culturais para as cidades  
*Antonio Albino Canelas Rubim e Renata Rocha (Org.)*

CULT 8 - Políticas culturais, Democracia e Conselhos de Cultura  
*Antonio Albino Canelas Rubim e Taiane Fernandes e Iuiri Rubim (Org.)*

CULT 9 - Stonewall 40 + o que no Brasil?  
*Leandro Colling (Org.)*

CULT 10 - Cultura e Desenvolvimento: perspectivas  
políticas e econômicas  
*Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Paulo Miguez e Renata Rocha (Org.)*

CULT 11 - Estudos da festa  
*Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)*

Cult 12 - Desleitura cinematográfica: literatura, cinema e cultura  
*Marinyze Prates de Oliveira e Elizabeth Ramos (Org.)*

CULT 13 - Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França  
*Frederico Lustosa da Costa (Org.)*

CULT 14 - Federalismo e políticas culturais no Brasil  
*Alexandre Barbalho, José Márcio Barros e Lia Calabre (Org.)*

CULT 15 - Estudos e políticas do CUS

*Leandro Colling e Djalma Thurler (Org.)*

CULT 16 - Cultura dos sertões

*Alberto Freire (Org.)*

Este livro foi composto na EDUFBA por  
Edson Nascimento Sales.

O projeto gráfico foi desenvolvido no Estúdio  
Quimera por Iansã Negrão, com o auxílio de Inara  
Negrão para a EDUFBA, em Salvador.

Sua impressão foi feita no setor de Reprografia da  
EDUFBA. A capa e o acabamento foram feitos na  
Cian gráfica, em Salvador.

A fonte de texto é DTL Documenta. As legendas  
foram compostas em DTL Documenta Sans, família  
tipográfica projetada por Frank Blokland.

O papel é Alcalino 75 g/m<sup>2</sup>.

500 exemplares.





Dez anos de realização do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) têm muito a revelar. No conjunto das suas nove edições, o Enecult reúne indicadores que comprovam a sua crescente consolidação, a ponto de torná-lo um dos mais importantes eventos científicos do país dedicado ao tema da cultura. Este livro, ao retratar a trajetória do Enecult, pretende oferecer uma possível compreensão sobre o perfil e tendências que a pesquisa sobre cultura vem ganhando no Brasil nos últimos dez anos, bem como as contribuições que o referido evento vem legando para o campo dos estudos sobre cultura no país.



ISBN 978-85-232-1251-3



9 788523 212513